



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ENSINO PENSADO PARA O RURAL:
Projeto de modernização do ensino na *Revista de*
***Educação* (Santa Catarina – década de 1930)**

THAÍS CARDOZO FAVARIN

FLORIANÓPOLIS, SC. 31 DE JULHO DE 2018

THAÍS CARDOZO FAVARIN

ENSINO PENSADO PARA O RURAL:
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO ENSINO NA *REVISTA DE EDUCAÇÃO*
(SANTA CATARINA – DÉCADA DE 1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cristiani Bereta da Silva

FLORIANÓPOLIS
2018

F272e Favarin, Thais Cardozo

Ensino pensado para o rural: projeto de modernização do ensino na Revista de Educação (Santa Catarina – década de 1930) / Thais Cardozo Favarin. - 2018.

150 p. il.; 29 cm

Orientadora: Cristiani Bereta da Silva

Bibliografia: p. 133-141

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

1. História - Estudo e ensino. 2. Periódicos. 3. Escola Nova. I. Silva, Cristiani Bereta da. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD: 907 - 20.ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Alice de A. B. Vazquez CRB14/865
Biblioteca Central da UDESC

THAÍS CARDOZO FAVARIN

**ENSINO PENSADO PARA O RURAL:
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO ENSINO NA *REVISTA DE EDUCAÇÃO*
(SANTA CATARINA – DÉCADA DE 1930)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História.

Banca Examinadora:

Orientadora:

Prof^ª. Dra. Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

Prof^ª. Dra. Maria Helena Câmara Bastos
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Membro:

Prof^ª. Dra. Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Suplente:

Prof^ª. Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 31 de julho de 2018

AGRADECIMENTOS

A materialização deste trabalho encerra um percurso de dois anos de muito empenho e aprendizado compartilhado no âmbito acadêmico com professores e colegas do PPGH¹ e PPGE² da UDESC. Dentre eles destaco aqueles que, durante esse tempo, fizeram parte do grupo de pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas os quais, com suas leituras e sugestões, ajudaram a lapidar estes capítulos. A eles dirijo os primeiros agradecimentos.

Em especial, agradeço à querida orientadora Cristiani que com sabedoria e gentileza me guiou nesse trajeto. Muito procuro me espelhar na sua forma de lidar com o trabalho e com as pessoas que a cercam. Às professoras Maria Teresa e Núcia que fizeram parte da banca de qualificação também deixo meus agradecimentos. As sugestões e apontamentos feitos naquela ocasião conduziram a novas ideias e deram novo gás às análises. É uma felicidade saber que vou voltar a ter contribuições da Maria Teresa no dia da defesa e que, ainda, vou conhecer pessoalmente a Maria Helena, quem há tanto tempo utilizo como referência. Obrigada por aceitarem o convite para ler esta versão final!

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e da Imprensa Oficial do Estado deixo, também, registrada minha gratidão. Além de sempre deixarem separadas as pastinhas em que eu pesquisava (o que facilitava muito o início do trabalho nos dias seguintes), tiveram a extraordinária ideia de me levar para fazer uma visita ao maquinário da IOESC. Lá fui muito bem recebida e pude ver de perto as impressoras, tipos e clichês utilizados nas décadas anteriores. Conversar com os funcionários mais antigos, naquela ocasião, foi uma verdadeira aula.

No âmbito pessoal agradeço imensamente a minha mãe, meu porto seguro, e sua maravilhosa “mania” de apoiar as minhas escolhas. Obrigada por me motivar, aconselhar e estar sempre presente. Aos meus avós também sou muito grata nesse sentido.

Amigas e amigos também tiveram papel fundamental nesses dois anos. Quando decidi que faria o mestrado a Carol estava lá para ler a versão final do projeto, a Mari apareceu com os livros que não encontrava na Biblioteca, a Simone e a Yáskara me acolheram nas suas casas. Também não poderia deixar de lembrar do Alê, do Edu e do Djoní que vibraram comigo a cada etapa.

No meio disso tudo pude, ainda, contar com o Geoff que por tantas vezes me esperou em casa com os braços abertos e uma comidinha gostosa na mesa. Sem ele, aliás, os gráficos e

¹ Programa de Pós Graduação em História.

² Programa de Pós Graduação em Educação.

tabelas deste trabalho não seriam tão bonitos e coloridos. Precisaria de algumas páginas a mais para agradecer à altura todo o suporte e carinho.

Também contei muito com o Nicolas, fiel escudeiro, que me levava para dançar ou jantar com a família quando a escrita travava. Gi, Bruna e Thaine também foram incríveis em dar esse apoio extra-acadêmico tão necessário. Ao Artur sou grata pela parceria em degustar todos os lanches baratos da vizinhança e por ficar madrugada a dentro me ajudando com as mazelas da formatação. A vocês que tornaram esta etapa mais leve, meu carinho e gratidão!

FAVARIN, Thais Cardozo. **Ensino pensado para o rural:** projeto de modernização do ensino na *Revista de Educação* (Santa Catarina – década de 1930). 2018. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa investiga algumas estratégias acionadas pelos intelectuais ligados ao ensino em Santa Catarina na década de 1930, dadas a ver e a ler na *Revista de Educação*, periódico pedagógico veiculado no Estado entre os anos de 1936 e 1937. A História do Tempo Presente e a História Cultural dão o suporte às análises desse periódico, ao mesmo tempo fonte e objeto do trabalho. A primeira por abarcar as ressonâncias do passado nos dias atuais, a segunda por permitir que objetos de estudos como as revistas e outros impressos possam ser pensados dentro de suas materialidades e lógicas próprias. Além disso, agrega-se a tais perspectivas os conceitos de cultura política e cultura escolar que serão mobilizados de modo a compreender as estratégias de ação política veiculadas na época e desenvolver um melhor entendimento dos aspectos culturais próprios do campo educacional. Assim, a partir da busca por nuances do pensamento pedagógico no Estado, tanto por meio do estudo da materialidade da *Revista de Educação*, quanto pelo estudo prosopográfico dos sujeitos a ela ligados, constatou-se a presença central da tendência ruralista. Também, identificou-se nos textos veiculados pelo impresso uma série de outras complexidades ligadas ao que se entendia por educação moderna: um ensino ativo, voltado para o trabalho, pensado para o povo e vinculado a valores católicos. Observou-se, também, a circulação de ideias entre aqueles que buscavam instruir professores e estudantes de Santa Catarina de acordo com os preceitos que atribuíam à Escola Nova. Por fim, a contribuição desta pesquisa reside em ampliar o entendimento sobre a história da educação em Santa Catarina ao dimensionar a presença da tendência ruralista no Estado e ao mostrar que seu projeto político-pedagógico, embora tivesse suas especificidades, não estava dissociado do projeto nacional.

Palavras-chave: *Revista de Educação*. Ruralismo Pedagógico. História do Tempo Presente. Escola Nova. História Cultural.

FAVARIN, Thais Cardozo. **Teaching thought for the rural context:** the modernization project of teaching in the *Revista de Educação* (Santa Catarina – 1930's). 2018. 136f. Dissertation (Masters in History) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

ABSTRACT

The present research seeks to investigate strategies employed by intellectuals in the field of teaching in Santa Catarina in the 1930s. To this end, the *Revista de Educação* was used as a source: a pedagogical journal published in the State between 1936 and 1937, written and produced by people linked to the Department of Education. The History of the Present Time and Cultural History serve as a theoretical framework for the conducted analyses. The former serves to embrace the resonances of the past in the present day, while the latter allows study objects such as magazines and other printed materials to be portrayed within their own materiality and logic. In addition, these perspectives are supplemented with concepts of political culture and school culture in order to better understand the strategies of political action conveyed at the time, as well as the cultural aspects of the educational field. Thus, the search for nuances of pedagogical thought in the State, made in chapter one, revealed a prominent influence of the ruralist tendency. This ascertainment was reached both through analysis of the materiality of *Revista de Educação* and the prosopographic study of subjects connected to it. Chapter two, in turn, describes other complexities linked to what was understood by modern education, as found in the articles written mostly by teachers: an active teaching, directed to work, popular education, and catholic values. Finally, chapter 3 focuses on the circulation of ideas among those who sought to instruct the teachers of Santa Catarina in accordance with the precepts they assigned to New School.

Keywords: History of the Present Time. Cultural History. *Revista de Educação*. New School. Pedagogical Ruralism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Organização do Departamento de Educação, janeiro de 1935	37
Figura 2: Contracapa da Revista de Educação	39
Figura 3: Lembrete para a quitação de pagamento da R.E.....	40
Figura 4: Carta de envio do pagamento.....	41
Figura 5: Correspondência de Luís Trindade a Antônio Lúcio	47
Figura 6: Correspondência de Antônio Lúcio a Luís Trindade.....	49
Figura 7: Páginas do texto <i>A educação física na escola</i>	50
Figura 8: Manuscritos de Antônio Lúcio sobre Ed. Física para a R.E.....	51
Figura 9: Manuscrito de Virgílio Gualberto sobre o município de Concórdia.....	52
Figura 10: Texto <i>Concórdia</i> de Virgílio Gualberto: versão publicada na <i>Revista de Educação</i>	53
Figura 11: Capa do 2º número da <i>Revista de Educação</i>	55
Figura 12: Capa do 6º número da <i>Revista de Educação</i>	55
Figura 13: Capa do 7º número da <i>Revista de Educação</i>	56
Figura 14: Cabeçalhos do 1º número da <i>Revista de Educação</i>	57
Figura 15: Cabeçalho do 2º e demais números da <i>Revista de Educação</i>	57
Figura 16: Uma página da <i>Revista de Educação</i>	58
Figura 17: Páginas com imagens (ornamentadas ou não) da R.E.....	59
Figura 18: Página com citações de Alberto Torres.....	60
Figura 19: Vidal Ramos.....	62
Figura 20: Orestes Guimarães.....	62
Figura 21: Luís Bezerra da Trindade.....	63
Figura 22: João dos Santos Areão.....	63
Figura 23: Grupo Escolar ‘Professor Venceslau Bueno’ – Palhoça.....	64
Figura 24: Imagem impressa com o uso de clichê na RE.....	67
Figura 25: Escola isolada ‘Cel. Procópio Gomes’ – Joinvile	69
Figura 26: Publicidade na primeira edição da <i>Revista</i>	70
Figura 27: Publicidade da <i>Companhia Editora Nacional</i>	72
Figura 28: Decreto de criação de Escolas Rurais, em 1936.....	91
Figura 29: “Oração ao livro”.....	95
Figura 30: Publicação de “Oração ao Livro” na R.E.....	95

Figura 31: <i>Atualidades Pedagógicas</i> recomendada por Luís S. B. Da Trindade.....	108
Figura 32: Relações de livros para uma Biblioteca Escolar (Livros para professores).....	112
Figura 33: Indicação de Leitura (Ler e Aprender, Alda Fonseca).....	124
Figura 34: Indicações de Leitura (Edições Rio Branco).....	125
Figura 35: Indicações de Leitura (<i>Santa Catarina</i> – Oswaldo Cabral).....	126
Figura 36: Indicações de Leitura (<i>Minha Escola</i> – Antônio Lúcio).....	127
Gráfico 1: Números de páginas por edição da <i>Revista de Educação</i>	61
Gráfico 2: Quantidade de imagens na <i>Revista de Educação</i> por sua tipologia.....	65
Gráfico 3: Temática principal e quantidade.....	66
Gráfico 4: Temas com maior número de páginas (soma de todas as edições da <i>Revista</i>).....	74
Quadro 1: Publicidade na <i>Revista de Educação</i>	71
Quadro 2: Assuntos frequentes na <i>Revista de Educação</i>	73
Quadro 3: O Estado de Santa Catarina no ano de 1934, organizado por Virgílio Gualberto – parte do “Quadro Sinótico”.....	79
Quadro 4: Transcrição das Recomendações de Trindade, com destaque às traduções de títulos estrangeiros”.....	109
Quadro 5: Transcrição da lista: Biblioteca Escolar – Livros para professores (com destaque para os títulos estrangeiros)	112
Quadro 6: Transcrição da relação de livros para serem enviados na primeira remessa – para professores (com destaque para os títulos estrangeiros).....	114
Quadro 7: Transcrição da lista: Biblioteca Escolar – Livros para alunos (com destaque para os títulos estrangeiros).....	115
Quadro 8: Transcrição da relação de livros para serem enviados na primeira remessa – para alunos (com destaque para os títulos estrangeiros).....	117
Quadro 9: Citações na <i>Revista de Educação</i> (com destaque dos autores estrangeiros).....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Edições da <i>Revista de Educação</i> e períodos correspondentes.....	42
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

APESC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
DE	Departamento de Educação
IOESC	Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina
RE	<i>Revista de Educação</i>
SAAT	Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 A REVISTA DE EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO POLÍTICA	35
1.1 Contextos de produção e circulação	35
1.2 Papel atribuído ao departamento de educação e aos “intelectuais” a ele ligados ...	44
1.3 Aspectos materiais da <i>Revista de Educação</i>	54
1.4 Conteúdo imagético da <i>Revista de Educação</i>	61
1.5 Publicidade na <i>Revista de Educação</i>	70
1.6 Temática da <i>Revista de Educação</i>	72
2 EDUCAÇÃO MODERNA EM UM CONTEXTO RURAL: ASPECTOS DA RENOVAÇÃO DO ENSINO EM SANTA CATARINA	77
2.1 Aspectos do movimento de “Renovação do Ensino” em Santa Catarina (Década de 1930)	80
2.2 Características pedagógicas da “Renovação do Ensino”: Projeto de um cotidiano escolar	95
2.3 Reflexões sobre o tempo presente: “Não existe novidade mais velha que a da escola nova”	101
3 IDEIAS QUE COMPUSERAM A REVISTA DE EDUCAÇÃO: ESCRITOS QUE CIRCULARAM EM SANTA CATARINA NA DÉCADA DE 1930	105
3.1 Como as ideias circulavam? Quais eram essas ideias? De onde vinham?	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	143

INTRODUÇÃO

A análise das publicações da *Revista de Educação* que circularam em Santa Catarina entre os anos de 1936 e 1937 teve início com o trabalho de conclusão de curso intitulado “Aos professores essas páginas: práticas e representações na *Revista de Educação* (Santa Catarina, 1936-1937)”³, do qual pretendo fazer desta pesquisa uma extensão. O primeiro contato com a fonte se deu por meio da pesquisa “Nação e Região: uma leitura a partir das culturas políticas e das políticas para o ensino de História em Santa Catarina nas décadas de 1930 a 1940” coordenada pela professora Cristiani Bereta da Silva e realizada pelo grupo de pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas⁴ do qual, em 2014, passei a fazer parte.

Naquela ocasião, tive acesso às fotografias digitalizadas dos três primeiros volumes (Tabela 1, p. 34) o que me fez, antes de mais nada, debruçar sobre o conteúdo escrito daqueles documentos. Logo na nota de apresentação do periódico, encontrei um incentivo que, de certa forma, tornou-me destinatária do teor que ali se encontrava: “a todos quantos se interessam pelas coisas do ensino ficam abertas as páginas desta *Revista*”⁵ (R.E., n.1,1936, p. 1). Senti-me, então, convidada.

Convite aceito, fui até alguns dos principais arquivos de Florianópolis⁶ em busca das versões originais daquelas páginas, bem como de outros números sobre os quais encontrei referência em trabalhos realizados por Maria das Dores Daros (1998), Ticiane Bombassaro (2004) e Valdecir Soligo (2008). Todos eles se referiam a sete edições do periódico, as mesmas que, nessas visitas, encontrei. Nesta etapa, ao manusear a primeira edição do impresso, uma sensação pode ser expressa pela interjeição: como a *Revista de Educação* era pequena comparada ao que aparenta na grande tela do meu computador! Talvez, inconscientemente ali, tenha delimitado um aspecto da minha perspectiva de análise, como se verá adiante.

³ Defendido em 2013 no curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

⁴ Esse grupo de pesquisa vincula-se ao Laboratório de Ensino de História (LEH) e Laboratório de Patrimônio Cultural (Labpac) – UDESC.

⁵ Neste trabalho a opção por manter a grafia original na transcrição dos documentos foi feita por razões metodológicas. Entende-se que a estrutura das palavras e dos textos também evidencia aspectos relevantes do contexto em que o impresso foi veiculado. No caso da *Revista*, por exemplo, há em diversas ocasiões o uso de dois formatos para se referir a mesma palavra (ex.criança/creança), algo que é indício não só da adaptação de alguns colaboradores ao novo acordo ortográfico, citado no impresso, como de que não havia a preocupação/tentativa de padronizar a grafia.

⁶ Ao todo, pesquisou-se a existência das revistas em três arquivos de Florianópolis: no arquivo da Biblioteca Pública, no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). O primeiro local apresentou o número mais completo das revistas em questão que hoje estão digitalizadas e disponíveis no site da hemeroteca digital catarinense.

Tendo todos os seis volumes⁷ em mãos, iniciei o processo de conhecimento das características mais evidentes que perpassavam a *Revista*. Em primeiro lugar, vi que era uma publicação bimestral, fruto da iniciativa do Departamento de Educação de Santa Catarina, produzida pela Imprensa Oficial do Estado e dirigida pelo inspetor escolar, Antônio Lúcio⁸. Em segundo, deparei-me com um material – publicado nos anos de 1936 e 1937 – que apresentava ilustrações, fotografias, publicidade e que dizia ter nos professores seu público alvo. Isso a colocava em uma categoria que Maria Helena Câmara Bastos (2002, p. 173) classifica como ‘imprensa pedagógica’⁹ que, segundo ela, por prescrever determinadas práticas, valores, normas de conduta, bem como por construir e elaborar representações do social, torna-se um instrumento privilegiado para a construção do conhecimento, um guia prático do cotidiano educacional e escolar.

De acordo com a autora, ainda, as revistas especializadas em educação são instâncias singulares para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional pois é por meio delas que circulam informações sobre o trabalho pedagógico, o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, entre outros temas que emergem do espaço profissional (BASTOS, 2002, p. 7). A *Revista de Educação* como parte da imprensa pedagógica, possibilita o acesso a aspectos culturais do ambiente escolar sendo capaz, também de “fornecer representações de práticas que possuíam razões, códigos, finalidades e destinatários específicos que dão a ler e interpretar as marcas e interesses sociais de seu tempo” (SILVA, 2013, p. 182).

No Brasil o estudo desse tipo de fonte dentro das pesquisas de história da educação ganhou ênfase a partir da década de 1990 seguindo a tendência da Nova História Cultural francesa. Pesquisadores como Maria Helena Câmara Bastos e Denice Barbara Catani, passaram a dar atenção especial às questões concernentes ao universo escolar e suas representações, sobretudo, em estudos envolvendo as primeiras décadas do século XX. Ambas o fizeram se debruçando em pesquisas sobre a imprensa periódica educacional.

⁷ A *Revista de Educação* teve sete números publicados em seis volumes. Como será explicitado adiante, o quarto e quinto números foram condensados em uma só edição.

⁸ Antônio Lúcio, quem dirigiu a *Revista de Educação* durante os seus anos de existência, foi diretor, em 1931, do Grupo Escolar Manoel Cruz (na cidade de São Joaquim) e, em 1932, passou à direção do Grupo Escolar Jerônimo Coelho (na cidade de Laguna). No ano de 1933, foi promovido ao cargo de inspetor escolar da 4ª circunscrição (com sede em Tubarão) e, em 1935 já aparece como inspetor da 1ª circunscrição (com sede na capital). Nesta função ficou até janeiro de 1938, quando foi substituído por João Romário Moreira. Durante sua carreira profissional em Florianópolis teve papel ativo na formação continuada de professores não só na capital, como em todo o Estado.

⁹ Bastos (2002, p.173) assim define a imprensa pedagógica: “jornais, boletins, revistas, magazines; feita por professores para professores, feita pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos, associações e Igreja”.

Cabe destacar que nas décadas que seguiram a implantação da República no Brasil, houve um alargamento das iniciativas pertinentes ao campo educacional, entre as quais esteve a organização de diversos periódicos pedagógicos. Tal aspecto Catani (2002) atribui ao aumento do número de escolas e dos profissionais da educação naquele momento. Particularidade, esta, que fez com que um trabalho de delimitação de saberes específicos entre os professores se evidenciasse (CATANI, 2002, p. 80). As revistas de educação ou de ensino daquele período poderiam, portanto, ser encaradas como instrumentos de formação continuada para os profissionais da área. O que foi o caso da *Revista de Educação* de Santa Catarina.

Com a leitura de todos os volumes foi possível, então, organizar em tabelas as categorias que sistematizassem as informações ali encontradas: temas, autores, número de páginas, imagens, publicidade, etc. A tabulação foi um processo fundamental que permitiu, inclusive, delimitar as questões a serem exploradas naquele primeiro trabalho: como a *Revista*, na condição de suporte material, procurou normatizar as práticas escolares dos professores e quais eram as representações acerca daqueles profissionais veiculadas no periódico. Ao longo da pesquisa, porém, outros aspectos aguçaram a curiosidade. Aspectos estes que, por falta de tempo, não puderam ser explorados naquele momento, mas que serão desenvolvidos neste trabalho.

Ao constatar que elementos referentes ao ensino voltado às áreas rurais apareceram imbricados aos pensamentos escolanovistas que circulavam nos anos de publicação do impresso um dos questionamentos que surgiu foi: a que ‘Escola Nova’ está se referindo a *Revista de Educação*? Ou, talvez seja melhor colocar, que modernidade (ou modernidades) aparece(m) no periódico e como ela(s) se relaciona(m) ao âmbito rural? Assim, se aquilo que se tenta fazer ao intitular um trabalho é sintetizar a temática de uma discussão a partir de elementos chave, evidencio que duas das palavras que utilizei para este fim – ‘rural’ e ‘modernização’ – referem-se ao pensamento (anacrônico) que contrapõe uma coisa a outra e que, à princípio, seduziu-me em 2013. A compreensão dessa dualidade a partir da *Revista de Educação* é, portanto, um dos objetivos (e uma das motivações) desta pesquisa. Cabe delimitar aqui que percebo essa dualidade como uma noção construída, em grande medida, naqueles anos – para além do âmbito educacional – e que reverbera nos dias de hoje.

Enquanto no primeiro trabalho o foco esteve nos anos de publicação da *Revista* (1936-1937), neste segundo momento julguei fundamental ampliar o recorte temporal para toda a década de 1930. Essa escolha se deu tanto por compreender a efêmera publicação do

impresso, quanto por abarcar a Reforma Trindade (1935)¹⁰, a entrada de Getúlio Vargas no poder (1930), o Manifesto pela Educação Nova (1932) e as constituições de 1934 e 1937. Também, foi durante esses anos que se afirmou a preocupação central do projeto político de “educar o catarinense para constituí-lo como um cidadão disciplinado” o qual se consolidaria no Estado Novo (CAMPOS, 2008, p. 182).

Quanto ao projeto de modernização cabe indicar que em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova expressou as diversas preocupações e demandas de um grupo de intelectuais referentes à instrução pública naquele momento. Estas se referiam principalmente à criação de um sistema de organização escolar que estivesse “à altura das necessidades modernas e das necessidades do país”¹¹ que desde 1930 estava sobre o governo de Getúlio Vargas. No documento, uma das questões que se colocou foi que a organização escolar da forma como se estruturava, funcionava como um “sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades”. Tal expressão atribuída a Alberto Torres¹² – ícone ligado a apologia da educação rural no período – sintetiza um dos desafios fundamentais que se colocava em um país onde aproximadamente 70% da população vivia em zonas rurais (ÁVILA, 2013, p. 117).

Na *Revista de Educação*, aliás, por diversas vezes foram feitas menções a Alberto Torres, nome que ao ser utilizado como chave de busca me levou à expressão “ruralismo pedagógico”. Este, de acordo com Adonia Antunes Prado (1995, s/p), se caracterizou como uma tendência de pensamento consolidada no Brasil na década de 1930, porém já articulada por alguns intelectuais desde a década de 1920. Consistiu, assim, na defesa de uma escola adaptada aos interesses e necessidades hegemônicas diluídos entre os interesses de caráter econômico dos grupos de capitalistas rurais e os interesses de grupos políticos interessados na questão urbana (PRADO, 1995, s/p).

Prado (1982), em seu estudo feito na década de 1980 sobre a revista *Cultura Política*¹³, dedicou ao tema do ruralismo pedagógico um sub item de poucas páginas no qual

¹⁰ A Reforma Trindade foi encabeçada por Luiz Sanches Bezerra da Trindade em Santa Catarina (Decreto n.713 de janeiro de 1935). A partir dela ficou extinta a Diretoria da Instrução Pública e, em seu lugar, surgiu o Departamento de Educação, subordinado à Secretaria de Estado que, então, era denominada Interior e Justiça. (FIORI, 1975, p.146).

¹¹ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932 Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso: 24 dez. 2015.

¹² Alberto Torres (1865-1917) nasceu no Estado do Rio de Janeiro, local onde profissionalmente atuou como jornalista, escritor e político. Entre suas obras se destaca *A Organização Nacional* (1914).

¹³ A revista *Cultura Política* circulou de 1941 a 1945 e era diretamente vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Era distribuída nas bancas de São Paulo e Rio de Janeiro e tinha ampla divulgação. Além de relatar minuciosamente as realizações governamentais, a revista funcionou como uma espécie de central de informações bibliográficas, noticiando e resenhando todas as publicações sobre Vargas e o Estado Novo.

já apontava para uma expressividade daquelas ideias no contexto do Estado Novo (1937-1945). Na década seguinte a autora desenvolveu o assunto em artigos como o que se fez aqui referência. Além dos trabalhos de Prado foi possível encontrar outras pesquisas que dedicaram atenção ao ruralismo pedagógico no Brasil.

Luiz Bezerra Neto (2003), em sua tese de doutorado, abordou as permanências e rupturas na educação rural no Brasil a partir da análise dessa concepção dentro das reformas educacionais e da corrente nacionalista em voga no século XX. Ao compará-la com elementos do presente no qual escreveu – tais como as demandas por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) quanto à educação no campo – identificou nuances do ruralismo pedagógico desde os anos de 1920 (quando, de acordo com o autor, essa vertente representou uma tentativa de fixação das pessoas no campo) até a apropriação dessas ideias pelo MST.

Outro trabalho que menciona a tendência aproximando-a, contudo, do contexto de Santa Catarina é o de Virgínia Pereira da Silva de Ávila (2013) que comparou as políticas referentes à educação rural neste Estado às de São Paulo, procurando, dessa forma, apreender os modos de apropriações regionais das políticas de esfera nacional. O período abarcado pela pesquisa englobou os anos de 1921 a 1952, assim delimitado em razão das reformas educacionais e das campanhas de ensino que tomaram parte nessa época. A autora concluiu, então, que a década de 1930 ficou marcada como um período em que a questão da educação rural entrou em pauta de modo mais efetivo no país – tanto pela intenção de conter o fluxo migratório, quanto pela intenção de que o interior fosse saneado e contasse com uma formação técnica. Mesmo assim, segundo a autora, as políticas educacionais em ambos os Estados ainda se dirigiam mais às cidades do que ao campo.

Além disso, os demais trabalhos que encontrei acerca do tema corresponderam aos estudos sobre o pensamento dos propagadores dessa tendência - Alberto Torres e Sud Mennucci – a partir de seus escritos. Sobre as concepções de Sud Mennucci, quatro trabalhos foram localizados da área da Educação: Mattos (2004), Fonseca (2014), Menezes (2015) e Santos (2015). No caso de Alberto Torres, uma gama maior de pesquisas foram encontradas em sua maioria, na área de Ciências Políticas e Sociologia: Oliveira (1991), Fernandes (1997),

Martini (2002), Araújo (2006), Patrão (2007), Bueno (2014) e, em menor número nas áreas de Educação e História: Jorge (1997), Itoda (2008) e Totti (2009).

Dessa busca concluí que as pesquisas que abordam e exploram a questão do ruralismo pedagógico nas décadas de 1930 e 1940 quando, de acordo com Bezerra, ele se consolidou, são escassas – sobretudo na área de História da Educação. Tal constatação provocou questionamentos quanto à relevância dessa tendência, ou mesmo sobre a possível multiplicidade de expressões ou termos que poderiam ser utilizados para tratar do tema.

Cabe acentuar que embora o foco desta pesquisa esteja no que se refere à educação, não se dissocia esse âmbito do conjunto de iniciativas e discussões acerca de diversas esferas pautadas por diferentes grupos sociais na década que me proponho estudar, em especial aquelas ligadas ao setor rural. Nesse sentido os argumentos levantados por Sônia Regina Mendonça (1997) apontam para uma expressividade de um discurso próprio – ruralista – do que a autora chama de “frações não hegemônicas da classe dominante”, discurso esse que possibilitou o surgimento de associações – como, em 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) – e do Ministério da Agricultura e Indústria e Comércio (MAIC), em 1909.

A “modernidade” que aparece na *Revista de Educação*, não deveria resultar no esvaziamento do campo, e sim no desenvolvimento deste. Esta percepção atrelada às leituras sobre o ruralismo pedagógico, novamente, alimentou a curiosidade já mencionada acerca da multiplicidade de vertentes referentes à Escola Nova, especialmente em Santa Catarina. Compreendi, então, que a *Revista de Educação*, entendida como estratégia do Departamento de Educação para inserir o Estado nos moldes do ensino renovado, poderia fornecer chaves para elucidar essas questões.

Mapear e identificar essas estratégias e suas nuances são, assim, objetivos que se somam a este estudo. O embasamento teórico acerca do que se propõe se dará a partir daquilo que Michel de Certeau (1998, p.99) coloca como o “cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado”. Ou seja, ao utilizar dessa perspectiva, entendo a *Revista de Educação* como um lugar físico articulado a partir de um postulado de um lugar de poder o qual agrega sujeitos a serem considerados em sua individualidade e rede de sociabilidades.

Esta pesquisa será fundamentada, assim, em primeiro lugar, por conceitos e categorias de análise concernentes à História Cultural com o intuito de se explorar as representações presentes na *Revista* sobre a educação em Santa Catarina durante a década de 1930 e, a partir disso, mapear as ações por parte do corpo editorial do periódico alusivas ao projeto

modernizador. Dessa forma, como referência de tal abordagem utilizo os trabalhos de Roger Chartier – *À beira da falésia* (2002), *O mundo como representação* (1991), e *A história cultural* (1990) – em que este se atém sobre as possibilidades de análise das fontes em sua materialidade, e no qual o historiador desenvolve conceitos relevantes para que se explorem as fontes impressas.

Tal perspectiva serviu de aporte a diversas pesquisas que, em âmbito nacional, dedicaram-se à análise de revistas pedagógicas na década de 1930. Entre elas, aquelas realizadas por Maria Helena Câmara Bastos (1994), como já citado, Maurilane de Souza Biccas (2001), Marta Maria Chagas de Carvalho (2001), Maria Rita de Almeida Toledo (2001), Carlos Monarcha (2003-2008), Omar Schneider (2003), Rafaelle Flaiman Lauff (2007), Ekristayne Medeiros de Lima Santos (2013) e Geciane Soares do Nascimento (2014).

Tânia de Luca (1998), referência nos estudos sobre impressos¹⁴, baseada também na perspectiva apontada, escreve que a historicidade de uma revista pode ser apreendida tanto do ponto de vista de sua produção e das suas características físicas (tais como dimensões, papel, letra, layout, impressão) quanto de escolhas de gêneros textuais. Além disso, considera fundamental introduzir as tramas da temporalidade na análise ao articular à perspectiva sincrônica. Tal exercício, a seu ver, poderia contribuir para “retraçar os fios de tradições nem sempre explícitas e, ainda, tornar mais evidentes as relações de proximidade ou distanciamento com congêneres contemporâneos” (LUCA, 2016, p. 45).

Considera-se também as discussões de Jean-François Sirinelli (2003) acerca da história dos intelectuais, sendo que, para este, esse estudo se torna possível e válido através das revistas por estas se tratarem de um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Os textos impressos, de maneira geral, são “o primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo” (SIRINELLI, 2003, p. 245). A esse respeito, embora o estudo proposto não tenha como foco os sujeitos ligados à *Revista*, mas suas estratégias, torna-se fundamental considerar a rede de sociabilidade desses intelectuais já que, aqui, a *Revista de Educação* é percebida como um “lugar de fermentação intelectual e relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 249).

¹⁴ Tânia de Luca (1998) realizou uma pesquisa sistemática acerca da *Revista do Brasil*, a qual foi uma das mais importantes publicações nacionais do início do século XX, fundada por Monteiro Lobato em 1916. Focando nas décadas de 1910 e 1920, a historiadora teve em vista não só os percursos editoriais, como a relação dos autores e leitores com o periódico, e sua inserção no projeto político-cultural da época.

No período que vai de 1935 a 1950 a instrução pública do Estado esteve sobre liderança alternada de Luiz Bezerra da Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa (FIORI, 1975, p.148). Apesar de o recorte temporal aqui delimitado excluir as décadas de 1940 e 1950, importa destacar que esses três homens já na década de 1930 frequentavam os mesmos espaços, tinham um círculo de conhecidos em comum e, provavelmente, compartilhavam questões e anseios.

Nesse sentido, destaco que as idas ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) levaram a um conjunto de correspondências que permitiram vislumbrar a convivência e as relações entre as pessoas ligadas ao impresso, especialmente, entre seu diretor Antônio Lúcio e Luís Sanches Bezerra da Trindade, então diretor do Departamento de Educação. O mesmo se mostrou possível, também, a partir do rico material organizado por Gladys Mary Guizoni Teive (2014) no livro *Professor Areão: Experiências de “bandeirante paulista do ensino” em Santa Catarina (1912-1950)*.

A esse aspecto, portanto, será despendida devida atenção. Para tanto farei o exercício de relacionar alguns traços das biografias dessas pessoas com suas atuações no contexto político-educacional do Estado. Em outras palavras, esses rastros deixados por esses homens (e sobre esses homens) serão pensados a partir do método prosopográfico. De acordo com Cássio Albernaz (2011, p.11), tal método exige pouco interesse biográfico, no sentido estrito do termo, de modo que a prosopografia e a biografia tratam de questões e interesses diferenciados que, paralelamente, dão a ambas sua legitimidade. “Enquanto a biografia visa o indivíduo; o interesse da prosopografia é o conjunto, a totalidade, constantemente considerando o indivíduo nas suas relações de conjunto” (ALBERNAZ, 2011, p.11).

Compreender como, e em torno de que, essas pessoas se articulavam tendo, evidentemente, as questões veiculadas na *Revista de Educação* como ponto de partida, permitirá acessar aspectos da cultura política daquele contexto. Serge Bernstein (1998, p. 356-357) classifica a cultura política como valores e normas de condutas adquiridas a partir dos diversos tipos de socialização e só se torna verdadeiramente operacional quando suscita a adesão de grupos importantes da sociedade, isto, após ter progredido nas mentes que pouco a pouco se vão habituando ao seu discurso, às soluções por ela propostas, e que acabam por interiorizá-la (BERSTEIN, 2009, p. 39). Ao mesmo tempo que tem caráter plural, a cultura política é parte integrante da cultura global.

Ainda, de acordo com o autor, “um sistema institucional jamais é um simples agenciamento de poderes, mas traduz no plano de organização do Estado a visão global do mundo e da sociedade peculiar à cultura política em questão” (BERSTEIN, 2009, p.35).

Nesse sentido, caberá pensar a *Revista de Educação* e as representações nela e por ela produzidas como parte de um sistema que permite interpretações acerca de uma determinada sociedade. De modo que “analisar as práticas e as representações que as designam a partir desse aporte conceitual é importante, na medida em que se compreende que as culturas políticas exercem papel fundamental na legitimação de regimes ou na criação de identidades” (SILVA, 2013, p. 182).

Como alicerce para a compreensão desses fatores, a cultura política será pensada, como categoria de análise, a partir da relação que esta estabelece com a cultura escolar. Para tanto, entende-se a cultura escolar como plural, produzida, cada qual, dentro das próprias instituições escolares e capaz de penetrar e moldar a cultura global. Para Antônio Viñao Frago (1995, p.69)

A cultura escolar é toda a vida escolar: feitos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer. O que sucede é que neste conjunto há alguns aspectos que são mais relevantes que outros, no sentido que são elementos organizadores que a conformam e definem.¹⁵ (Tradução livre)

Nesse sentido, toma-se como base o trabalho de Silva (2013) acerca do projeto de nacionalização e o jornal escolar *A criança Brasileira* nas décadas de 1942 a 1945. Nele a autora associa essas duas categorias – cultura política e cultura escolar – ao problematizar as relações estabelecidas entre o projeto político de nacionalização em Santa Catarina e as práticas escolares a partir da análise do periódico em questão.

Aproximar as contribuições teórico-metodológicas da História Cultural e da História do Tempo Presente mostra-se, também, relevante já que permite pensar temas que permanecem e que são re-significados no contexto atual. Nesse sentido, quando François Dosse (2012, p.6) se remete à “contemporaneidade do não contemporâneo”¹⁶ se refere à aspectos do passado que reverberam no presente. O passado sobre o qual este trabalho se propõe refletir a partir de uma revista pedagógica, apresenta uma série de representações que não soariam estranhas ao século XXI, tais como os professores associados a missionários, ou o Brasil a um país de vocação agrícola. Quando se considera os percursos da Educação no

¹⁵ Versão do texto original: “La cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido que son elementos organizadores que la conforman y definen.” (Viñao Frago, 1995, p. 69)

¹⁶ “Defenderei, de minha parte, a ideia de uma verdadeira singularidade da noção da história do tempo presente que reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do “espaço de experiência” e no presente do passado incorporado.” (DOSSE, 2012, p.6)

tempo, percebe-se que, entre os “estratos”¹⁷ que estão presentes aqui e agora, encontram-se permanências do que era presente na década de 1930. Pensar e reelaborar esses aspectos, sobretudo, em um momento em que a finalidade da escola está sendo redefinida por leis limitadoras que se apresentam sob a égide de uma reforma educacional é, portanto, uma pequena contribuição a esse campo.

Perceber as nuances dos discursos modernos acerca da educação na década de 1930 significa aproximar o olhar das permeabilidades presentes nas fronteiras que distinguem determinados grupos, tais como modernistas católicos e pioneiros¹⁸. Na *Revista de Educação* há elementos que extrapolam essas distinções e permitem entender as ideias e os sujeitos que tiveram parte nesse projeto em suas complexidades. Nessa perspectiva se torna coerente o fato de que num mesmo periódico haja exaltações a ícones ligados ao manifesto de 1932 e a concepção de que as aulas de religião, ancoradas no catolicismo, seriam imprescindíveis ao desenvolvimento da moral nos estudantes.

Embora outras pesquisas tenham se debruçado sobre as *Revistas de Educação*, utilizando-as como fonte, não se encontrou nenhuma que tivesse como foco as concepções escolanovistas veiculadas no periódico a partir de um estudo sistemático do mesmo. Tais estudos, porém, são relevantes ao entendimento do contexto educacional da época, com o qual busco, também, com esta pesquisa contribuir. Servem, assim, como uma base de diálogo e um ponto de partida.

Entre essas pesquisas está a de Vera Regina Bacha Pereira (2004) que, em sua dissertação, fez um apanhado acerca das diversas questões alusivas ao processo de nacionalização do ensino em Santa Catarina durante os anos de 1930 e 1940. Entre elas, trata da imprensa como divulgadora do projeto de nacionalização, no qual menciona a existência da *Revista de Educação* como parte desse movimento conformador de práticas. Ao longo do trabalho a autora analisou trechos de artigos publicados no periódico por Adriano Mosimann, a partir dos quais identificou a concepção de nacionalização para o, então, inspetor de ensino. Além disso, apresentou e analisou o programa da *Semana de Educação* realizada em Blumenau, veiculado no impresso, a fim de evidenciar a forte presença dos inspetores na difusão e sustentação do sentimento de nacionalidade e de condutas escolares.

¹⁷ Refere-se, aqui, à ideia de “estratos do tempo” desenvolvida por Reinhart Koselleck (2014). Para o historiador os tempos passado, presente e futuro carregariam em si outros tempos (ao que faz analogia com os estratos de rochas). Nessa perspectiva, pode-se dizer por exemplo, que há passado e futuro no presente.

¹⁸ Maristela da Rosa (2017) ao tratar do que chama escolanovismo católico beckeusiano entre as décadas de 1930 e 1940 explora os limiares amalgamados entre pioneiros e católicos.

Em 2006, Ticiane Bombassaro, lançou questões, justamente, às Semanas Educacionais que, assim como a *Revista de Educação*, fizeram parte das iniciativas do Departamento de Educação de Santa Catarina para propagar os ideais daquilo que se entendia por Escola Nova. A autora, em sua pesquisa, buscou na *Revista* referências a esses encontros que uniam autoridades do ensino, diretores e professores de todas as regiões do Estado, assim como refletiu acerca do papel dos intelectuais no processo de remodelação do ensino. Já Valdecir Soligo, em 2008, analisou as políticas educacionais entre os anos de 1930 e 1945 em Santa Catarina por meio de um estudo da imprensa e da legislação da época, de modo que, entre as fontes que o auxiliaram, esteve a *Revista de Educação*.

Em 2010, Bombassaro deu continuidade aos estudos sobre o período e o contexto de reformas no ensino do Estado para desenvolver sua tese de doutorado. Dessa vez, porém, enfatizou o tema da educação física como parte de uma biopolítica do Estado de Santa Catarina, o que a levou para uma perspectiva teórica diversa daquela utilizada quatro anos antes. Para tanto, a autora utilizou, entre outras fontes, os textos publicados na *Revista* sobre a disciplina em questão (em sua maioria, assinados pelo diretor da *Revista* e inspetor escolar Antônio Lúcio).

Além dos trabalhos mencionados, Flávio Welker Merola Gentil (2015) explorou as redes de sociabilidade bem como a trajetória de alguns dos membros que compunham o Departamento de Educação de Santa Catarina, o que inclui a circulação dessas figuras na *Revista de Educação*. Dessa forma, no segundo capítulo de seu trabalho, o autor teceu um estudo prosopográfico dos sujeitos que desempenharam funções relevantes nos rumos dos projetos políticos e educacionais no Estado durante as décadas de 1930 e 1940, evidenciando suas trajetórias e atuações nesse campo. Nessa fase do seu estudo, em especial, fez-se possível acompanhar as transformações pelas quais passou o gabinete de educação catarinense, movimento este fundamental para pensar o meu objeto e ao qual pretendo dar continuidade.

Portanto, levando em conta o caminho já percorrido pelos colegas, bem como os novos questionamentos levantados a partir da *Revista de Educação*, determinei três eixos de análise que serão desenvolvidos em capítulos distintos.

No primeiro capítulo, intitulado *A Revista de Educação como estratégia de ação política*, os contextos de produção e circulação da *Revista* serão abordados. Nesse âmbito, será explorada a organização do ensino no Estado de Santa Catarina na década de 1930, bem como o papel atribuído ao Departamento de Educação e aos ‘intelectuais’ a ele ligados. Caberá aqui pesquisar o ‘espaço de ação’ desse órgão e desses sujeitos a partir de outras fontes como circulares e relatórios. Ainda, esse capítulo será dedicado à análise dos aspectos

materiais do periódico: como foi organizado, o que apresentava (e como o fazia), quais as condições técnicas disponíveis (e utilizadas), etc. A pesquisa já desenvolvida no trabalho de conclusão de curso será, então, revisitada de modo a ampliar a compreensão dessas características. Para tanto, quadros e gráficos de sistematização de dados serão apresentados e analisados.

O segundo capítulo *Educação Moderna em um contexto rural* será dedicado ao campo semântico das tendências de renovação do ensino. Nesta etapa do trabalho caberá a discussão da polissemia de alguns termos que perpassam a *Revista de Educação* e se referem aos projetos de renovação do ensino presentes naquela época. Entre eles estão: “educação ativa”, “escola nova”, “educação moderna” e “ruralismo pedagógico”. Depois de se diferenciar as vertentes que aludem ao ensino renovado, caberá situar a *Revista de Educação* em sua própria concepção de modernidade. Para tanto, será realizada a tarefa de identificar o que os sujeitos responsáveis pela educação no Estado entendiam como tal (sobretudo Luiz Bezerra da Trindade – quem dirigia o Departamento de Educação nos anos em que o órgão publicou a *Revista*). Esta etapa será desenvolvida, sobretudo, a partir dos artigos e relatórios acerca das palestras proferidas pelos membros do DE veiculados no impresso. Além disso, para que se acesse a concepção de “escola nova” veiculada, então, na *Revista* (e situá-la dentro dessa discussão/disputa) serão apresentados elementos presentes no periódico que remetam ao conceito. Aqui, será desenvolvida a discussão, já mencionada, que conecta a ideia de moderno à questão do ensino rural – algo, até então, pouco explorado na historiografia da educação do Estado.

Já o terceiro capítulo *Ideias que compuseram a Revista de Educação: escritos que circularam em Santa Catarina na década de 1930* terá como objetivo pensar a circulação de livros, autores e ideias entre aqueles que tinham por encargo a formação de professores e estudantes no Estado nos anos de 1930. Para tanto, buscou-se um diálogo entre as concepções representadas no impresso e as listas de leituras encontradas entre correspondências expedidas por (e para) membros do Departamento de Educação, entre os anos de 1935 e 1937. Também, fez-se o mapeamento dos nomes de autores citados na *Revista de Educação* identificando o lugar de origem e a área de atuação dos que, de algum modo, se destacaram¹⁹. Dessa forma se tornou possível identificar de onde vinham as influências externas a Santa Catarina e

¹⁹ Atribuiu-se destaque aos autores que foram citados mais de uma vez na *Revista de Educação*, bem como aos nomes que constaram tanto no periódico, quanto nas listas de indicações de leituras analisadas.

compreender em que medida, e de que forma, elas estiveram presentes ou foram apropriadas na *Revista de Educação*.

No mais, parafraseando o convite que recebi no início desta trajetória, “a todos quantos se interessam pelas coisas do ensino” ficam abertas essas páginas.

1 A REVISTA DE EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO POLÍTICA

1.1 Contextos de produção e circulação

A década de 1930 no Brasil foi marcada por transformações em diversas esferas. Já em seu início nos âmbitos econômico e político, o país foi alcançado pela crise que, tendo seu ápice em 1929, atingiu diversos países nos anos posteriores. A chamada ‘Revolução de 1930’ se deu nesse contexto de modo que a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do país pontuou o período conhecido como ‘Primeira República’ ou ‘República Velha’. Deu-se, então, início a uma nova caracterização de governo que, em 1934, foi expressa em uma constituição e que, em 1937, culminou no início do ‘Estado Novo’. Ao que toca à educação a primeira constituição instituída naqueles anos dividia entre a União e os Estados a responsabilidade perante a gestão do ensino, como aponta o excerto abaixo.

Parágrafo único - Os Estados e o Distrito Federal, na forma das leis respectivas e para o exercício da sua competência na matéria, estabelecerão Conselhos de Educação com funções similares às do Conselho Nacional de Educação e departamentos autônomos de administração do ensino (BRASIL, 1934).

De acordo com Carlos Roberto Jamil Cury (2011, p. 22), foi na constituição de 1934 que apareceu pela primeira vez tanto a competência privativa da União em traçar as diretrizes da educação nacional, quanto um capítulo inteiro dedicado ao tema no qual ficou estipulado que educação era um direito de todos e obrigação dos poderes públicos. Portanto, caberia ao Governo Federal traçar as diretrizes de base e, aos Estados complementar essas orientações zelando por seu cumprimento e fiscalizando as instituições. Ainda sobre o papel dos Estados, ficava permitido o estabelecimento de leis estaduais que viessem “suprir lacunas ou deficiência da legislação federal, sem dispensar as exigências desta” (BRASIL, 1934).

Dentro desse processo, em 1935, houve uma mudança na política educacional do Estado de Santa Catarina encabeçada por Luiz Sanchez Bezerra da Trindade²⁰ – professor catarinense, então responsável pela Diretoria da Instrução Pública. A partir da ‘Reforma Trindade’ (Decreto n.713 de 5 de janeiro de 1935) ficou extinta a referida diretoria e, em seu

²⁰ Luiz Sanches Bezerra da Trindade era natural de Santa Catarina, foi egresso do Ginásio Catarinense, em Florianópolis, e iniciou sua carreira docente no Grupo Escolar Jerônimo Coelho, em Laguna. Na década de 1920 exercia funções técnicas na Diretoria de Instrução Pública e chegou a atuar como Inspetor Escolar (FIORI, 1991, p.123)

lugar, surgiu o Departamento de Educação, subordinado à Secretaria de Estado que, então, era denominada Interior e Justiça (FIORI, 1975, p. 146).

Embora o decreto que permitiu a reforma do ensino tenha sido realizado no governo de Aristiliano Ramos (o qual esteve à frente do Estado de Santa Catarina entre 1933 e 1935), as medidas se concretizaram apenas nos anos de gestão de Nereu Ramos (1935-1937/1937-1945). De acordo com Maria das Dores Daros (1998, p. 5), com a Reforma Trindade, o Departamento de Educação de Santa Catarina passou, então, a ser estruturado em várias subdiretorias²¹ com o intuito de que se ordenasse a autoridade administrativa em bases técnicas imprimindo, assim, uma centralidade de comando ao aparelho escolar catarinense.

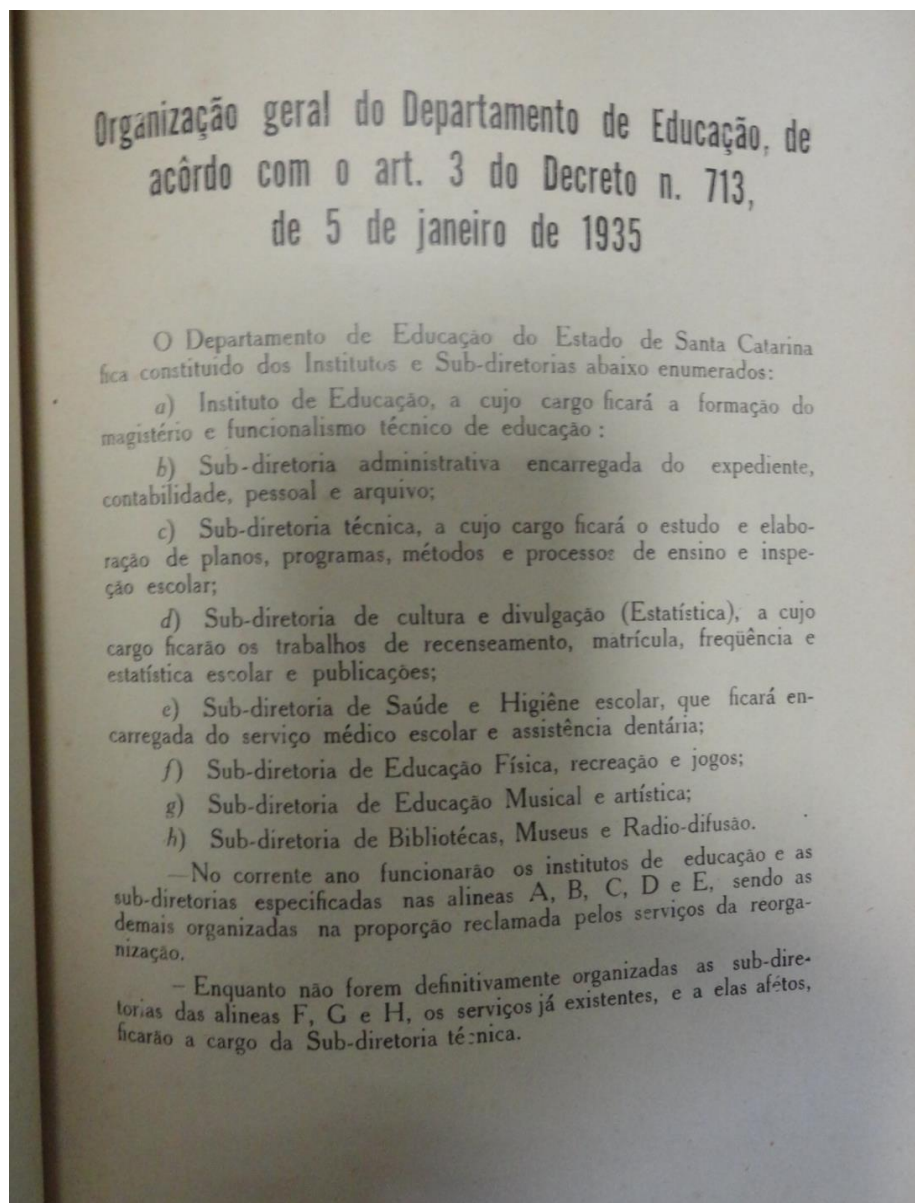
A organização geral do Departamento de Educação, como mostra a figura 1, foi divulgada em 1936, no segundo número da *Revista de Educação*, o qual comemorava os 25 anos da reforma educacional realizada por Orestes Guimarães²² a convite do governador Vidal José de Oliveira Ramos. Esta reforma, efetuada em 1911, segundo Bombassaro e Silva (2011, p. 408) apresenta em seu texto elementos que indicam a adoção do método intuitivo²³. As autoras também apontam que por meio de decretos, resoluções e outros dispositivos, ela foi sendo modificada nos anos posteriores, como em 1919, quando a duração do Curso Normal foi alterada e o currículo das escolas complementares foi reformulado.

²¹ Faziam parte do Departamento de Educação o Instituto de Educação, a Sub-diretoria Administrativa, a Sub-diretoria Técnica, a Sub-diretoria de Cultura e Divulgação, a Subdiretoria de Educação Física, Recreação e Jogos, a Sub-diretoria de Educação Musical e Artística, a Sub-diretoria de Biblioteca, Museus e Rádio Difusão e a Sub-diretoria de Saúde e Higiene Escolar (DAROS, 1998, p.5).

²² Orestes de Oliveira Guimarães nasceu em Taubaté, SP no ano de 1871 e se formou professor pela Escola Normal da cidade de São Paulo. Em 1907, depois de ter organizado e dirigido Grupos Escolares no seu Estado natal, dirigiu o Colégio Municipal de Joinville, atuação com a qual angariou simpatias que lhe renderam o convite posterior (BOMBASSARO. SILVA. 2011).

²³ O método intuitivo, também chamado de *lições de coisas*, surgiu com o intuito de solucionar o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial entre o final do século XVIII e meados do século XIX.

Figura 1: Organização do Departamento de Educação, janeiro de 1935



Fonte: Revista de Educação nº 2, s/p, 1936. Arquivo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

É nessa conjuntura que surge a *Revista de Educação*, em 1936. Anunciada como um “órgão do professorado Catarinense”, uma revista “feita por professores, para professores”, colocava-se como uma “fonte de observação e de conhecimentos práticos” a qual visava “orientar e facilitar o professor na sua árdua missão” (Redação da Revista, n.1,1936, p. 1). Como veículo do Departamento de Educação, o periódico era produzido pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

A Imprensa Oficial foi criada em 5 de fevereiro de 1934 a partir do decreto nº 483 do então Interventor Federal Aristiliano Ramos. Instituíam-se um órgão subordinado à Secretaria

de Estado dos Negócios do Interior e Justiça o qual deveria ter por função, em geral, as tarefas de editar o “Diário Oficial do Estado”²⁴ e imprimir todos os papéis gráficos necessários ao andamento da administração pública (CARDOZO, 2010, p. 19). Sobre estas funções o decreto estipulava que à Imprensa Oficial caberia desempenhar um monopólio – já que nenhum trabalho gráfico destinado a repartições públicas estaduais poderiam ser feitos em outros estabelecimentos, salvo declaração formal do diretor da Imprensa de que ela estivesse impossibilitada – no caso inverso, porém, o decreto facilitava a atuação do órgão (CARDOZO, 2010, p. 20).

Ao se referir à receita, dizia que, sendo da conveniência da Imprensa, ficava ela autorizada a comercializar, à vista ou à prazo, produtos da sua oficina de obras, Toda a renda daí procedente seria recolhida semanalmente ao Tesouro do Estado, devendo o diretor apresentar um balancete mensal à Secretaria do Interior e Justiça. A cada ano, encaminharia um relatório pormenorizado de sua gestão no período.

De acordo com o escritor Flávio José Cardozo (2010), para esta receita, além de publicar o jornal *República*, a Imprensa Oficial prestava serviços a terceiros, entre os quais se incluía a produção das listas e bilhetes da Loteria de Santa Catarina, dos ingressos dos cinemas *Rex* e *Royal*, do *Boletim Comercial*²⁵, da *Revista do Tribunal de Apelação* e da *Revista de Educação* (p.22).

De fato, havia a indicação de preço na contracapa da Revista, como mostra a figura 2. Havia, como se pode notar, opções de assinaturas anuais, por dez mil réis, e semestrais, por seis mil réis; bem como a possibilidade de adquirir o número avulso, por dois mil réis²⁶. Entre as informações que constam na contracapa, cabe salientar também que o endereço atribuído à *Revista de Educação*, rua Crispim Mira, nº 103, não era o mesmo da Imprensa Oficial localizada, então, na rua Jerônimo Coelho, nº 15. Isso mostra que, apesar de ambos os

²⁴ “Previsto (no decreto 483) como de circulação matutina, ele (o Diário Oficial) deveria publicar as leis, decretos, regulamentos, instruções e quaisquer outros atos do expediente do Governo e das Secretarias de Estado, ou das repartições a elas subordinadas, cujo conhecimento fosse de interesse coletivo; (...) o decreto detinha-se também em temas de natureza formativa, prevendo a difusão pelo “Diário Oficial” de artigos originais, ou trazidos, sobre instrução pública, agricultura, transportes, colonização, comércio, estatística, história, higiene, ciências, letras e artes e quaisquer outros assuntos de interesse geral que concorressem para o progresso moral e material do Estado, exceto aqueles que, a juízo da direção, pudessem suscitar polêmicas de caráter partidário, religioso, racial ou pessoal.” (CARDOZO, 2010, p.19-20) Hoje o Diário Oficial do Estado é veiculado online.

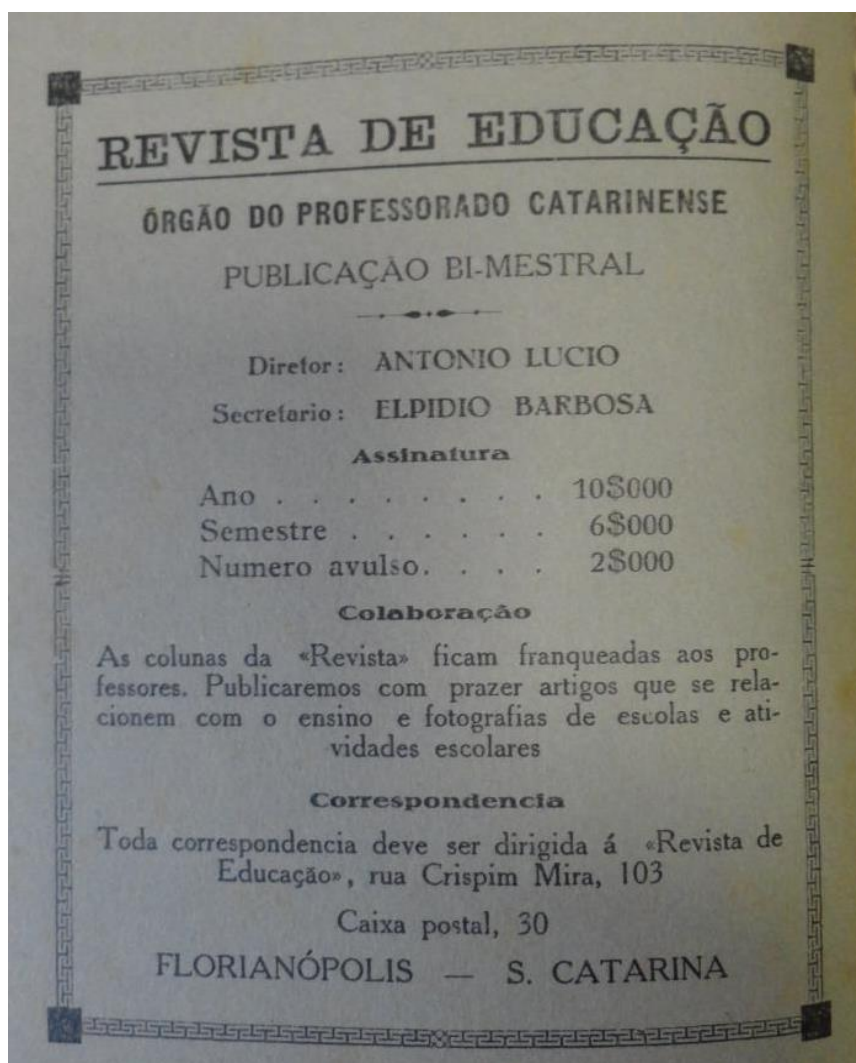
²⁵ Mensário da Associação Comercial de Florianópolis.

²⁶ Para auxiliar os leitores quanto à noção do valor em réis do periódico reproduzo aqui algumas informações retiradas de comprovantes de pagamentos emitidos pela Secretaria de Interior e Justiça no ano de 1934, disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Um desses documentos acusa a compra de cinco relógios de parede, custando o total de 150 mil réis, ou seja, 30 mil réis cada. Outro comprovante mostra que o salário mensal de um inspetor escolar era de 600 mil réis. Há ainda registro da compra da coleção História Universal, de Guilherme Onken (14 volumes) pelo preço de 280 mil réis.

endereços estarem localizados no centro de Florianópolis, a produção de conteúdo e a impressão aconteciam em lugares distintos.

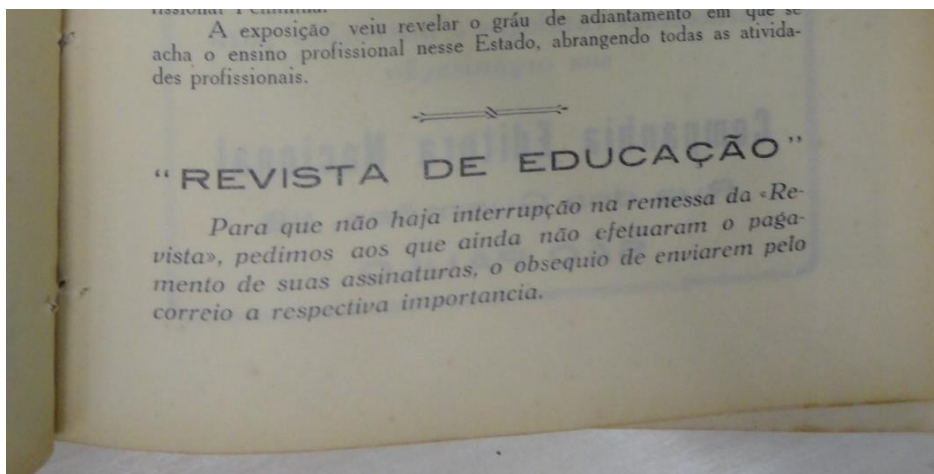
A partir do terceiro número, notas pedindo a quitação dos pagamentos das assinaturas começam a ser divulgadas no periódico (Figura 3).

Figura 2: Contracapa da Revista de Educação



Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 2. Arquivo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Figura 3: Lembrete para a quitação de pagamento da RE²⁷



Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 3. Arquivo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

No Arquivo Público do Estado foi possível encontrar duas correspondências de assinantes da *Revista* enviadas, provavelmente, ao endereço divulgado na contracapa. Além da figura 4 que mostra uma dessas cartas, abaixo estão suas transcrições:

Nucleo Hercílio Luz, Crescuma, 21 de agosto de 1936. Exmo. Sr. Diretor da Revista de Educação. Florianópolis. Junto a este remeto-vos a importância de (10\$000) dez mil réis, para pagamento de minha assinatura da Revista de Educação. Saúde e fraternidade. Paula Westphal Simon. (Pós escrito) Anexar declaração que (...) Não recebi os 10.000. Não recebi (...).²⁸ (Fonte: APESC)

São Rafael, Crescuma, 29 de agosto de 1936. Exmo. Sr. Diretor da Revista de Educação. Florianópolis. Incluso encontrará a quantia de (10\$) dez mil réis, importância que sou devedora como assinante da Revista de Educação. Saúde e fraternidade. Otília Westphal Maier. (Pós escrito) Não recebi o esp(...). (Fonte: APESC)

Nelas, mulheres da cidade de Criciúma²⁹ (não há indicação de que fossem professoras) dizem ter enviado a quantia de dez mil réis referentes a assinatura anual da *Revista de Educação*. Ambas têm um sobrenome comum (irmãs, quem sabe?) e caligrafias semelhantes (uma pessoa só teria escrito?). A razão de essas correspondências terem sido guardadas pode ter sido o não recebimento da quantia pelo destinatário – como aponta as inscrições feitas posteriormente nos documentos. Como esses documentos foram encontrados no arquivo junto de outros papéis pertencentes a Antônio Lúcio – diretor da *Revista*, sobre o qual se escreverá

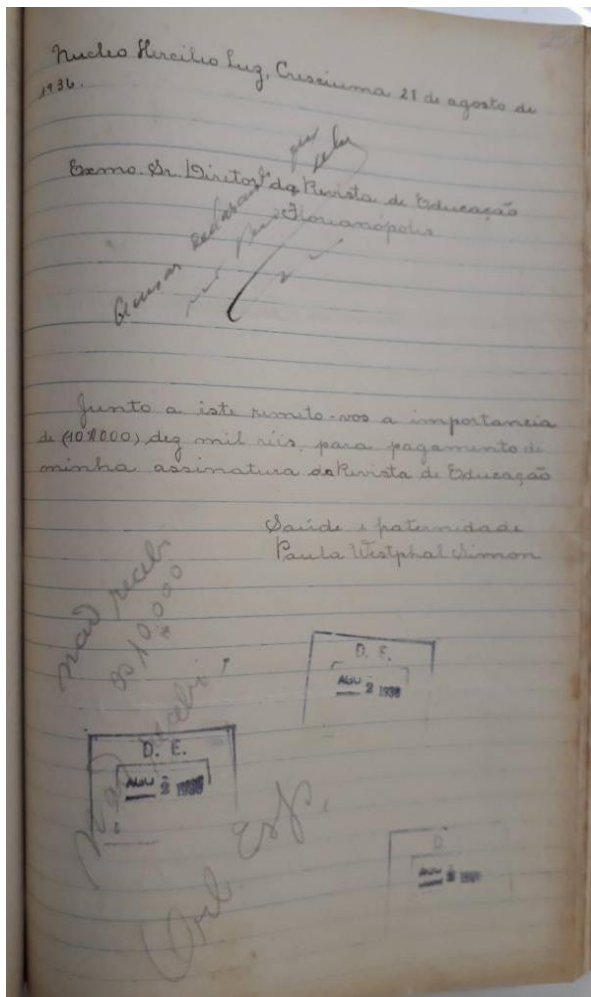
²⁷ Transcrição do lembrete de quitação de pagamento da RE: “Para que não haja interrupção na remessa da *Revista*, pedimos aos que ainda não efetuaram o pagamento de suas assinaturas, o obsequio de enviarem pelo correio a respectiva importância.”

²⁸ Neste trabalho foram mantidas nas transcrições dos documentos suas grafias originais.

²⁹ Município localizado na região sul de Santa Catarina.

mais adiante – é possível que ele, em pessoa, costumasse receber algumas correspondências destinadas ao periódico.

Figura 4: Carta de envio do pagamento



Fonte: Correspondências expedidas (1935-1936), APESC.

É curioso notar que em outro documento similar o destinatário não é o diretor da *Revista*, mas sim Luiz Bezerra da Trindade o que pode ser um indício da associação que o público leitor fazia entre o impresso e as figuras que exerciam os altos postos no Departamento de Educação. Nessa correspondência a remetente se identifica como professora provisória da Escola Estadual de Campo Novo, localizada no município de Bom Retiro³⁰. Quanto às correspondências encontradas no arquivo, estas permitem, também, imaginar a circulação da *Revista* para além da capital do Estado e indicam uma possível preferência pela opção de assinatura anual do periódico.

³⁰ Município localizado na região serrana de Santa Catarina.

Escola estadual de Campo Novo do Município de Bom Retiro, 20 de outubro de 1936. Ilmo. Sr. Luiz Sanches Bezerra da Trindade. M.D. Diretor do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. Junto a esse envio-lhe dez mil reis (10\$000) proveniente do pagamento da minha assinatura da “Revista de Educação”. Saúde e fraternidade. Aleidamira Silva. Professora Provisória. (Pós escrito) Não recebi o esp. (Fonte: APESC)

Ao todo foram encontrados sete números³¹ da *Revista de Educação*³² a qual, como mencionado, teve publicações bimestrais entre os anos de 1936 e 1937. A linha do tempo a seguir (tabela 1) mostra os meses e os anos aos quais cada número correspondia.

Tabela 1 – Número de exemplares disponíveis da *Revista de Educação* e períodos correspondentes

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dec	jan	fev
Edição 1	Número 1													
Edição 2			Número 2											
Edição 3					Número 3									
Edição 4						Números 4 e 5								
Edição 5											Número 6			
Edição 6													Número 7	
	1936 Ano I												1937 Ano II	

Fonte: elaborada pela autora, 2017.

O que se observa acima é que a existência da *Revista de Educação* foi breve. Embora no último número encontrado houvesse indicações de continuidade no artigo referente ao ensino de aritmética, trabalha-se aqui com a probabilidade de que, de fato, a sexta edição (número 7) tenha sido a última publicação do periódico. São dois os motivos que levam a essa hipótese: primeiro, a inexistência de outros números nos principais arquivos da região, ou de referências nos trabalhos de outros pesquisadores; segundo, e principal, é o conhecimento das mudanças políticas que ocorreram no ano de 1937 que afetaram, em grande medida, o ensino.

³¹ Os sete números foram publicados em seis volumes, já que os números 4 e 5 foram juntados em um só.

³² A busca por diferentes números da Revista foi feita, em 2013, nos principais acervos da capital do Estado – arquivo da Biblioteca Pública, arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) –, de algumas cidades mencionadas no periódico, tais como Laguna e Tubarão – Casa Candemil, casa Pinto Ulyssea, Arquivo Público de Tubarão –, bem como na hemeroteca digital brasileira. Além disso, buscou-se menções à possíveis outros números em demais trabalhos acadêmicos da área, encontrado-se sempre aqueles considerados aqui. Atualmente todos os números encontrados estão disponíveis no site <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br> (acesso em 24/01/2017).

Com o Estado Novo retirou-se a vinculação de impostos para o financiamento da educação e se restringiu a liberdade de pensamento (CURY, 2011, p.23). Também, esse período impactou os debates e iniciativas referentes à chamada “pedagogia moderna”, o que será explorado no capítulo seguinte.

No que se refere a produção da *Revista de Educação* o exercício de imaginar o local onde ela era materializada permite compreender o trabalho despendido na confecção de um impresso perante as condições técnicas disponíveis na década de 1930 em Florianópolis. Por muito tempo houve queixas do, então, diretor da Imprensa Oficial João Batista da Costa Pereira sobre a precariedade do espaço onde aquela funcionava.

O almoxarifado, por exemplo, localizado no porão do edifício, era descrito como um compartimento sem ar e sem luz. Com o desenvolvimento dos serviços e a maior demanda de suprimentos, o setor necessitava de um desafogo – providência, aliás, que logo foi tomada com a mudança para o prédio em frente. Mas a solução dada ao problema do almoxarifado não foi propriamente uma solução para o conjunto: com a transferência dele para outro local, foram para o porão um prelo de cilindro, a oficina tipográfica do jornal, a tipografia da Loteria, a expedição e o arquivo, abrindo-se na parte superior mais espaço para a linotipia e para acomodar melhor a tipografia e a seção de encadernação. (CARDOZO, 2010, p. 24)

A passagem acima não só ajuda a construir essa imagem mental do local, como fornece pistas sobre o modo pelo qual as imagens eram impressas pela IOESC até 1940. Com a chegada das novas tecnologias foi para o porão “o prelo de cilindro”, ou seja, naquele ano esse meio de impressão foi rebaixado, o que não significa, porém, que tenha sido descartado o seu uso. Mesmo hoje, de acordo com funcionários que trabalham na IOESC, é muito comum se associar as novas tecnologias às antigas, seja por questão de disponibilidade do equipamento (já que diversos trabalhos são impressos ao mesmo tempo) seja pela questão dos custos (não há, por exemplo, necessidade de usar uma tecnologia que permita imprimir cores quando o conteúdo é todo preto e branco).

Quanto ao “prelo de cilindro” este pode indicar que as imagens que aparecem na *Revista de Educação* podem ter sido reproduzidas pela litografia *offset*. “Esse processo inclui uma chapa que recebe a tinta de um rolo. A chapa entintada transfere a imagem para um rolo de borracha offset que, por sua vez, transfere a imagem para a folha de papel” (CLAIR, BUSIC-SNYDER, 2009, p. 91). A impressão do conteúdo escrito e imagético ficava a cargo de uma só pessoa, como indica a passagem abaixo.

O decreto (483) determinava claramente o quadro de servidores com que iria atuar a Imprensa Oficial. O pessoal titulado seria composto de um diretor, responsável pela superintendência de todos os trabalhos; um auxiliar técnico, para cuidar da direção

geral das oficinas e da parte comercial do “Diário Oficial”; um primeiro e dois segundos escriturários, encarregados da contabilidade, um deles a ser designado pelo diretor para exercer as funções de caixa; e um contínuo. O pessoal contratado seria um redator, um revisor e um conferente para o “Diário Oficial”; um chefe um sub-chefe, um paginador, um impressor do jornal, um adjunto do mesmo, um impressor de obras, uma expedidora, dois auxiliares, um servente e tipógrafos (o número que fosse preciso) (CARDOZO, 2010, p. 24).

Os salários dos funcionários da IOESC variavam entre 950 mil réis, para o diretor, e 70 mil réis, para um servidor das oficinas. Os tipógrafos ganhavam por linha produzida o que indica que a impressão por meio da linotipo não era utilizada pela Imprensa Oficial, apesar de esta tecnologia já existir, então, há algumas décadas³³. Outro indício é que, segundo Cardozo (2010, p.24-26), a primeira linotipo só foi adquirida pela IOESC em 1940, mesmo ano, aliás, que se adquiriu uma clichéria³⁴. Portanto, é possível imaginar que os tipógrafos responsáveis pela Revista de Educação tinham que compor suas páginas “tipo por tipo”.

1.2 Papel atribuído ao departamento de educação e aos “intelectuais” a ele ligados

No período que vai de 1935 à 1950 a instrução pública do Estado esteve sobre liderança alternada de Luiz Bezerra da Trindade, João dos Santos Areão³⁵ e Elpídio Barbosa³⁶. Esses três nomes, juntos, compunham o que se chamava de “Santíssima Trindade da Educação”³⁷ (FIORI, 1991, p.123). Os dois primeiros fizeram parte da equipe de trabalho de Orestes Guimarães no momento em que se realizou a reforma educacional em Santa Catarina no ano de 1911. O último, o mais jovem entre os três, tivera uma rápida ascensão na carreira do magistério (FIORI, 1975, p.148). Esses intelectuais se auto-intitulavam “embaixada oficial” do Departamento de Educação (BOMBASSARO; DAROS, 2004): Luiz

³³ A linotipo foi inventada na Alemanha, em 1886 por Ottmar Mergenthaler.

³⁴ Clichéria pode ser definida como um conjunto de aparatos, ou uma oficina, onde se produz clichês. Estes, por sua vez, são placas de metal, na maior parte das vezes de zinco, gravadas em relevo, destinadas à impressão de imagens e textos em prensa tipográfica.

³⁵ De acordo com Gladys Mary Ghizoni Teive (2014, p.26-27) João dos Santos Areão nasceu em 1892 em Taubaté, SP. Concluiu, em 1910 o curso na Escola Normal de São Paulo e, em 1912 veio a convite de Orestes Guimarães, na época Inspetor Geral do Ensino de Santa Catarina, dirigir o Grupo Escolar Jerônimo Coelho, fundado naquele ano na cidade de Laguna. Também atuou como diretor em outros grupos escolares nas cidades de Lages e Tubarão. Em 1931 passou a desempenhar a função de Inspetor Escolar da Capital onde, após a morte de Orestes Guimarães, assumiu (até 1943) o cargo por ele ocupado de “Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União”.

³⁶ Elpídio Barbosa nasceu em 1909 na cidade de Florianópolis, onde estudou nos colégios Coração de Jesus e Catarinense. Entre 1930 e 1931 atuou como diretor de Grupo Escolar em Mafra e em Joinville até ser promovido a Inspetor Escolar da 7ª circunscrição de Santa Catarina (sediada em Porto União), cargo no qual permaneceu até 1934 (GENTIL, 2015, p.18). Durante os anos de 1936-1937 atuou como secretário da Revista de Educação, mesma época em que exerceu a função de sub-diretor técnico do Departamento de Educação.

³⁷ Apesar de esta informação ser difundida em outros trabalhos acadêmicos sobre o período, não se constatou quem primeiro atribuiu essa expressão: eles mesmos, as pessoas ligadas ao ensino na época ou os pesquisadores posteriormente.

Bezerra da Trindade como Diretor – ao qual, até 1937, todos os outros cargos ligados ao Departamento estavam subordinados –, Elpídio Barbosa como Sub-diretor Técnico, e João dos Santos Areão como Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas e Nacionalização do Ensino (BOMBASSARO; DAROS, 2004).

Essas três figuras, legitimadas como porta-vozes da Educação no Estado, se mostraram diretamente ligadas à produção da *Revista de Educação*. Elpídio Barbosa era secretário e colaborador do impresso, enquanto os outros dois tiveram artigos publicados em diferentes edições. Nesse sentido, a *Revista de Educação* pode ser considerada um instrumento inserido na lógica da “Reforma Trindade”. Além dos cargos apontados acima, o Departamento de Educação de Santa Catarina contava com os inspetores escolares os quais eram os responsáveis pela fiscalização das instituições de ensino, manutenção da ordem e cumprimento da legislação vigente (BOMBASSARO, 2006, p. 38).

Entre esses inspetores esteve o idealizador e diretor da *Revista de Educação*, Antônio Lúcio. Principal colaborador do impresso, a ele couberam os textos sobre “Educação Física” presentes na maioria das edições, além de artigos dos mais diversos assuntos como instituições sociais, edifícios escolares, assistência nas escolas, papel dos professores e homenagens em geral.

A busca por informações sobre a biografia de Antônio Lúcio não deu conta de localizar sua naturalidade, ano de nascimento e instituições onde estudou, contudo, foi possível identificar sua trajetória e atuação profissional a partir o ano de 1931. Naquele ano Antônio Lúcio aparece como diretor do Grupo Escolar Manoel Cruz, em São Joaquim³⁸. De 1932 à 1933 desempenhou a função de diretor do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, em Laguna, no lugar de Celso Rila, que passou a ser inspetor da 2ª circunscrição (com sede em Blumenau).

Ainda no ano de 1933, Antônio Lúcio é promovido ao cargo de inspetor escolar da 4ª circunscrição (sediada em Tubarão) e, em 1935, já aparece como inspetor da 1ª circunscrição (sediada na capital) – o que mostra uma rápida ascensão no campo educacional naqueles anos. Durante sua atuação em Florianópolis participou ativamente na formação continuada de professores não só na capital como em todo o Estado. Há, também, registros no último número da RE de que Antônio Lúcio teria publicado um livro intitulado *Minha Escola* pela *Companhia Editora Nacional*³⁹, porém, não se encontrou nenhum exemplar ou registro desta

³⁸ Município localizado na região serrana de Santa Catarina.

³⁹ A Companhia Editora Nacional, durante a década de 1930, era uma das principais editoras do país. Foi, também, a empresa que mais investiu em publicidade na *Revista de Educação*, como se verá adiante.

obra durante esta pesquisa. Entre os documentos referentes à Lúcio constam convites e agradecimentos por palestras dos mais diversos assuntos (ensino da leitura e escrita, caixas e bibliotecas escolares, etc.)⁴⁰. Evidências dessas apresentações também constam nos programas das Semanas Educacionais divulgados na *Revista de Educação*.

As “Semanas Educacionais”, assim como a *Revista*, foram idealizadas pelos membros do Departamento de Educação como um meio de atualização dos professores. De acordo com Bombassaro (2006, p. 17), tais reuniões tinham por finalidade “fazer conhecidos os novos parâmetros do ensino, segundo as recomendações do Departamento, debatendo as questões pertinentes à prática pedagógica que se delineavam no contexto de reformas do Ensino no Estado”. Ainda, objetivavam “instituir uma nova cultura pedagógica entre os professores, reafirmar a missão republicana deste professor, comprometendo-o ao novo projeto político do Estado” (BOMBASSARO, 2006, p. 114) Ao todo, foram realizadas nove *Semanas* em nove cidades diferentes⁴¹. Sete delas foram realizadas em 1936, uma em 1937 e, em 1945, realizou-se a última.

No período de produção da *Revista*, também, é possível identificar proximidade entre Antônio Lúcio e Elpídio Barbosa, o qual o acompanhava em visitas às escolas, assim como exercia o papel de secretário da *Revista*. No ‘Termo de visita’ abaixo transcrito se identifica a sociabilidade entre Antônio Lúcio e Elpídio Santos Barbosa em visita conjunta a Escola Pública Mista da Encruzilhada, em Biguaçu (em 16 de agosto de 1935).

Cópia do Termo de visita. De passagem por esta escola, visitamo-la ligeiramente. Achavam-se presentes 49 alunos. Apesar de passarmos rapidamente pudemos constatar boa ordem e que os trabalhos estavam normalmente dando-a a impressão de uma boa escola. Encruzilhada -22-8-935. (Ass.) Elpídio Santos, Subdiretor Técnico, Antônio Lúcio, Insp. Escolar, Alfredo Silva, Chefe escolar. Escola Pública Mista da Encruzilhada do Alto. Biguaçu, município de Biguaçu. 26 de agosto de 1935. Anita Leal. Professora. (Fonte: Correspondências expedidas, 1935-1936. APESC)

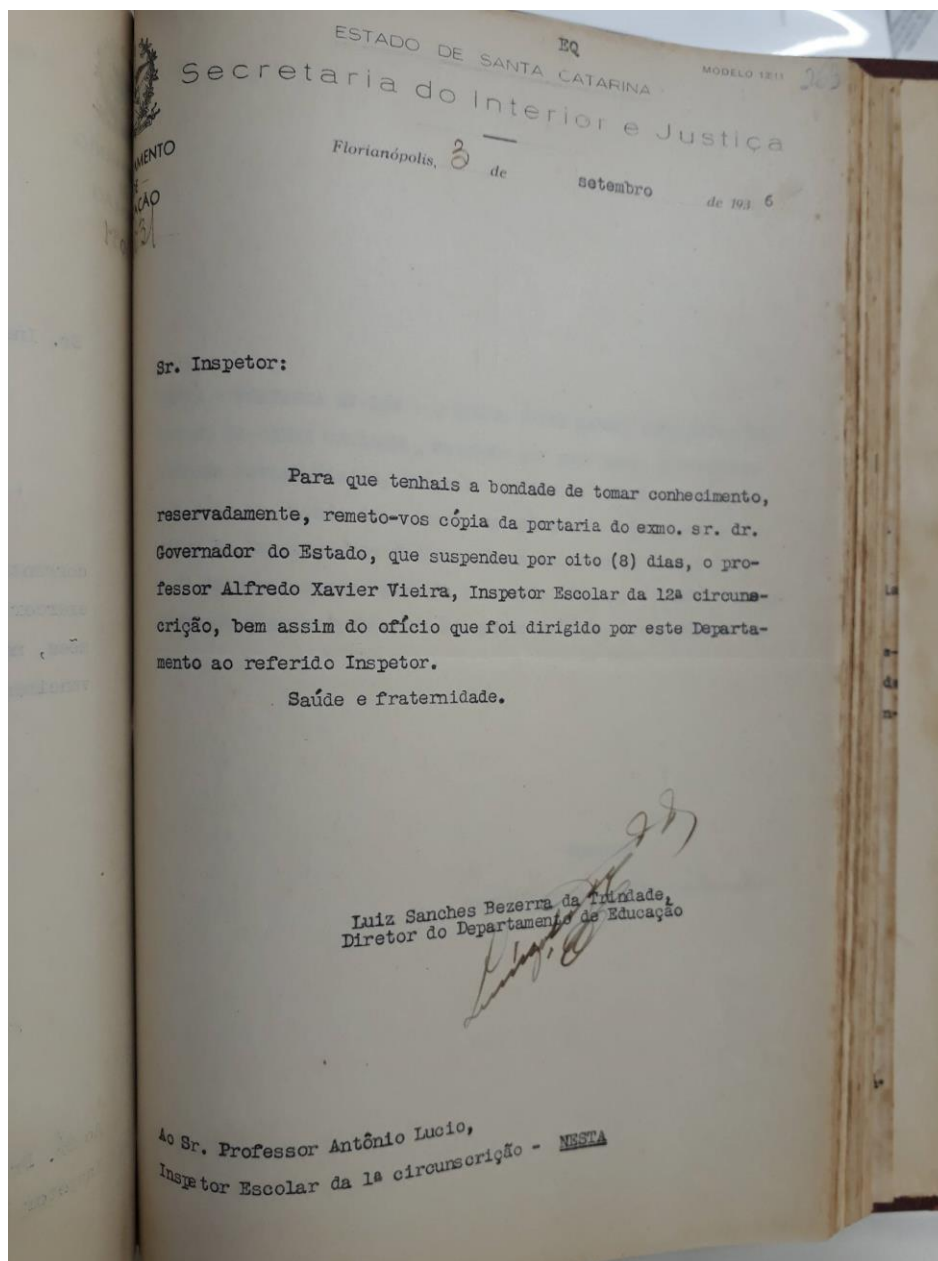
Também dialogava constantemente com Luiz Sanches Bezerra da Trindade com quem trocava correspondências institucionais. Mesmo que esses documentos fossem burocráticos, é possível notar um grau de confiança entre Antônio Lúcio e Luiz Trindade. Como na

⁴⁰ Os documentos que permitiram identificar a trajetória profissional de Antônio Lúcio foram encontrados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (em Florianópolis), no arquivo da Escola Estadual Jerônimo Coelho (em Laguna), bem como nas páginas da *Revista de Educação*.

⁴¹ As “Semanas de Educação” foram realizadas, sobretudo, em cidades com expressiva colonização estrangeira. Foram elas, em ordem cronológica: Tubarão (1936), Laguna (1936), Blumenau (1936), São Francisco do Sul (1936), Itajaí (1936), Brusque (1936), Hamônia (1936), Florianópolis (1937) e São Bento do Sul (1945) (BOMBASSARO, 2006, p. 51).

correspondência a seguir (figura 5) na qual Trindade o deixa ciente de um problema envolvendo outro inspetor escolar, pedindo, porém, discrição quanto àquela informação.

Figura 5: Correspondência de Luís Trindade a Antônio Lúcio ⁴²



Fonte: Correspondências Expedidas (1935-1936), APESC.

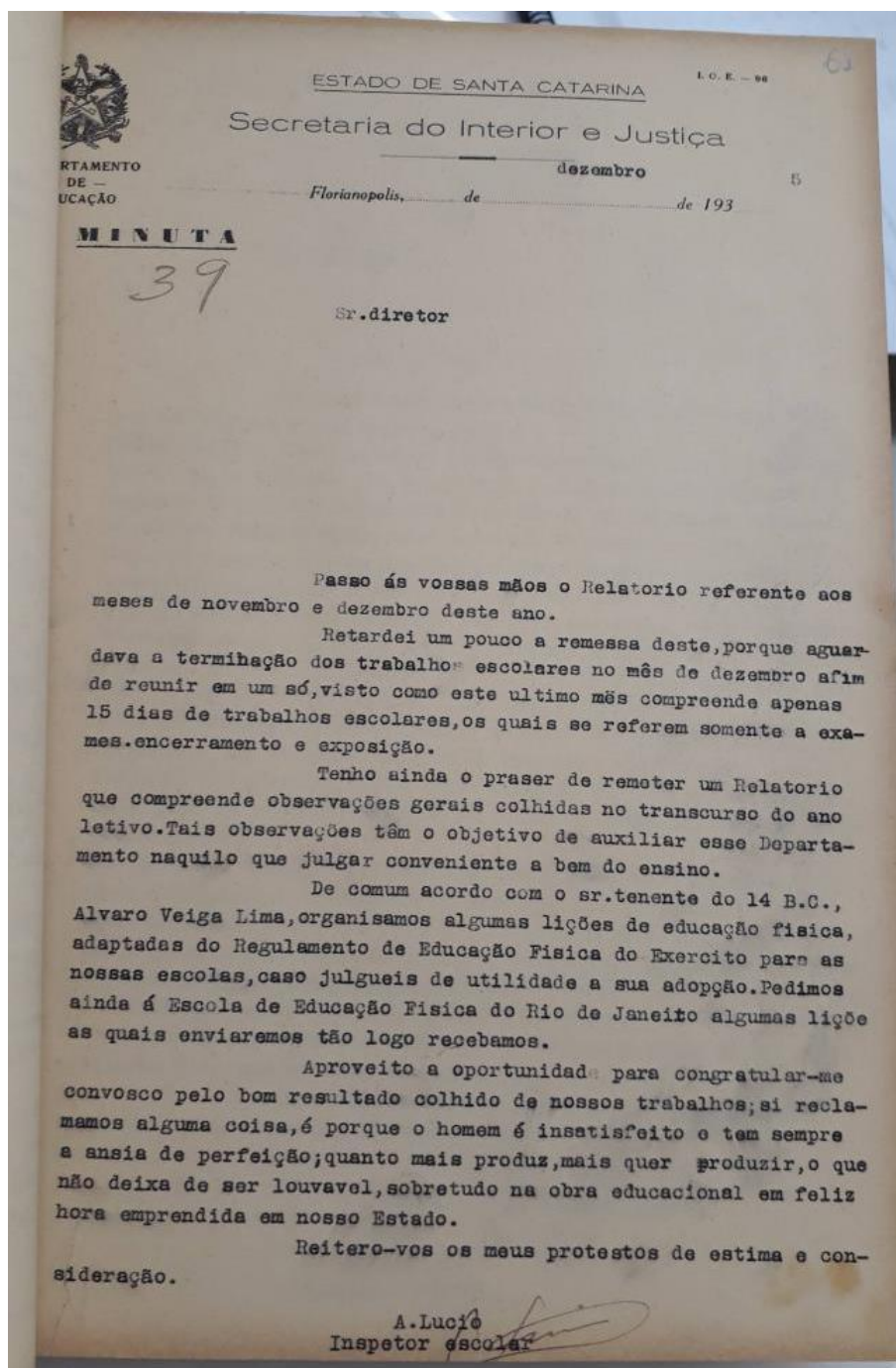
⁴² Transcrição da Correspondência de Luís Trindade a Antônio Lúcio: “Florianópolis, 3 de dezembro de 1936. Sr. inspetor: Para que tenhais a bondade de tomar conhecimento, reservadamente, remeto-vos cópia da portaria do exmo. Dr. Governador do Estado, que suspendeu por oito (8) dias, o professor Alfredo Xavier Vieira, Inspetor Escolar da 12ª circunscrição, bem assim do ofício que foi dirigido por este Departamento ao referido Inspetor. Saúde e Fraternidade. Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Diretor do Departamento de Educação. Ao Sr. Professor Antônio Lucio, Inspetor Escolar da 1ª circunscrição.”

Nas correspondências também foi possível identificar que ambos dialogavam sobre assuntos referentes à *Revista de Educação*. No documento a seguir (figura 6) Antônio Lúcio escreve ao diretor Luiz Sanches Bezerra da Trindade sobre sua iniciativa, junto do tenente Álvaro Veiga Lima de organizar lições de educação física adaptadas do Regulamento de Educação Física do Exército para as escolas catarinenses⁴³ (Documento de 15 de dezembro de 1935). O texto a que se refere foi concretizado e dividido em partes nas diferentes publicações da *Revista*. A figura 7 mostra as duas primeiras páginas (das três páginas e meia que foram publicadas no primeiro número do periódico) do referido texto elaborado por Antônio Lúcio e Álvaro V. Lima. Nota-se que na segunda página é mencionada a colaboração do tenente em sua elaboração⁴⁴.

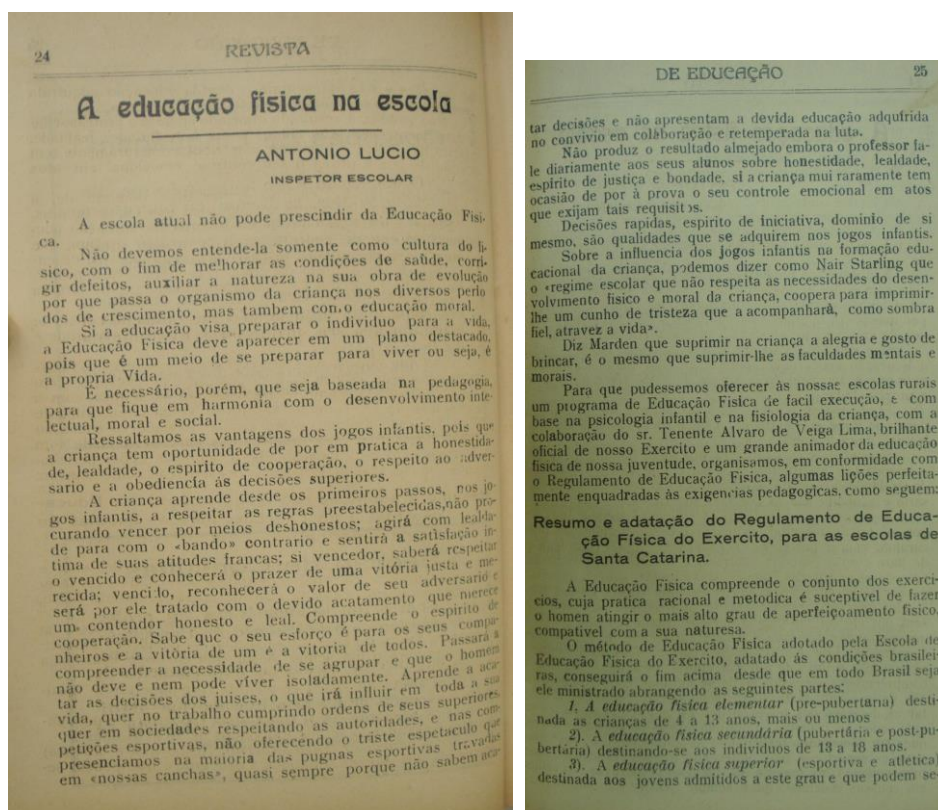
⁴³ Transcrição do trecho em questão (4º parágrafo – figura 6): “De comum acordo com o sr. Tenente do 14 B.C., Alvaro Veiga Lima, organizamos algumas lições de educação física adaptadas do Regulamento de Educação Física do Exército para as nossas escolas, caso julgueis de utilidade a sua adoção. Pedimos ainda à Escola de Educação Física do Rio de Janeiro algumas lições as quais enviaremos tão logo recebamos.”

⁴⁴ Transcrição de trecho da segunda página referido (4º parágrafo - figura 7): “Para que pudéssemos oferecer às nossas escolas rurais um programa de Educação Física de fácil execução, e com base na psicologia infantil e na fisiologia da criança, com a colaboração do Tenente Álvaro de Veiga Lima, brilhante oficial de nosso Exército e um grande animador da Educação Física, algumas lições perfeitamente enquadradas às exigências pedagógicas, como seguem.”

Figura 6: Correspondência de Antônio Lúcio a Luís Trindade



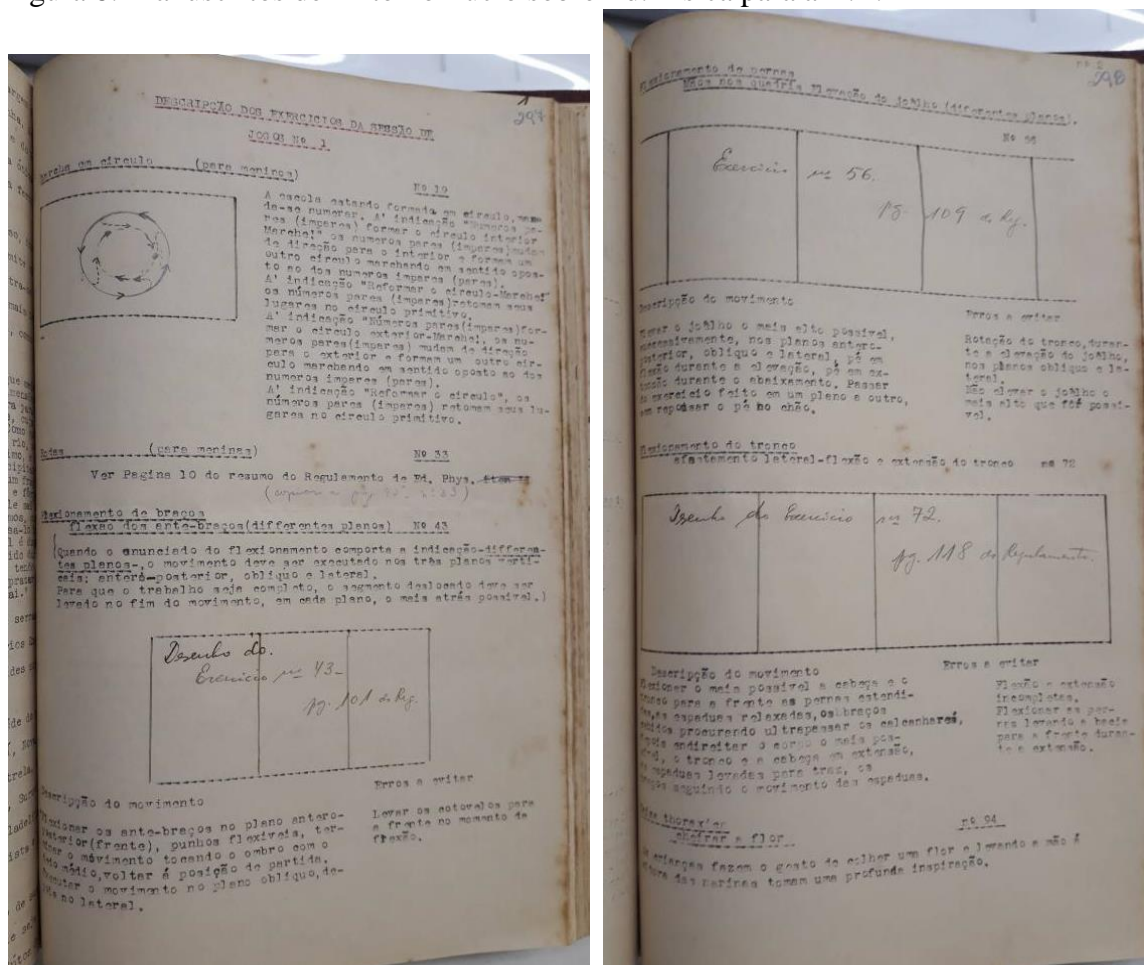
Fonte: Correspondências Expedidas (1935-1936), APESC.

Figura 7: Páginas do texto *A educação física na escola*

Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 1. Arquivo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Outros documentos referentes ao texto sobre Educação Física adaptado por Antônio Lúcio mostram o processo de criação do manuscrito que era enviado à Imprensa Oficial (Figura 8). As marcas em relevo no papel mostram que na parte de trás dos manuscritos que redigia Antônio Lúcio utilizava uma folha de papel carbono. Isso indica a preocupação do autor de fazer cópias daquilo que escrevia para a Revista de Educação. Também, que Lúcio era o responsável pela escolha e posicionamento das imagens, sendo assim o autor do texto por completo. Não se conseguiu verificar se os demais autores também tinham essa liberdade ou se a tarefa de planejamento e disposição dos elementos era atribuição do diretor.

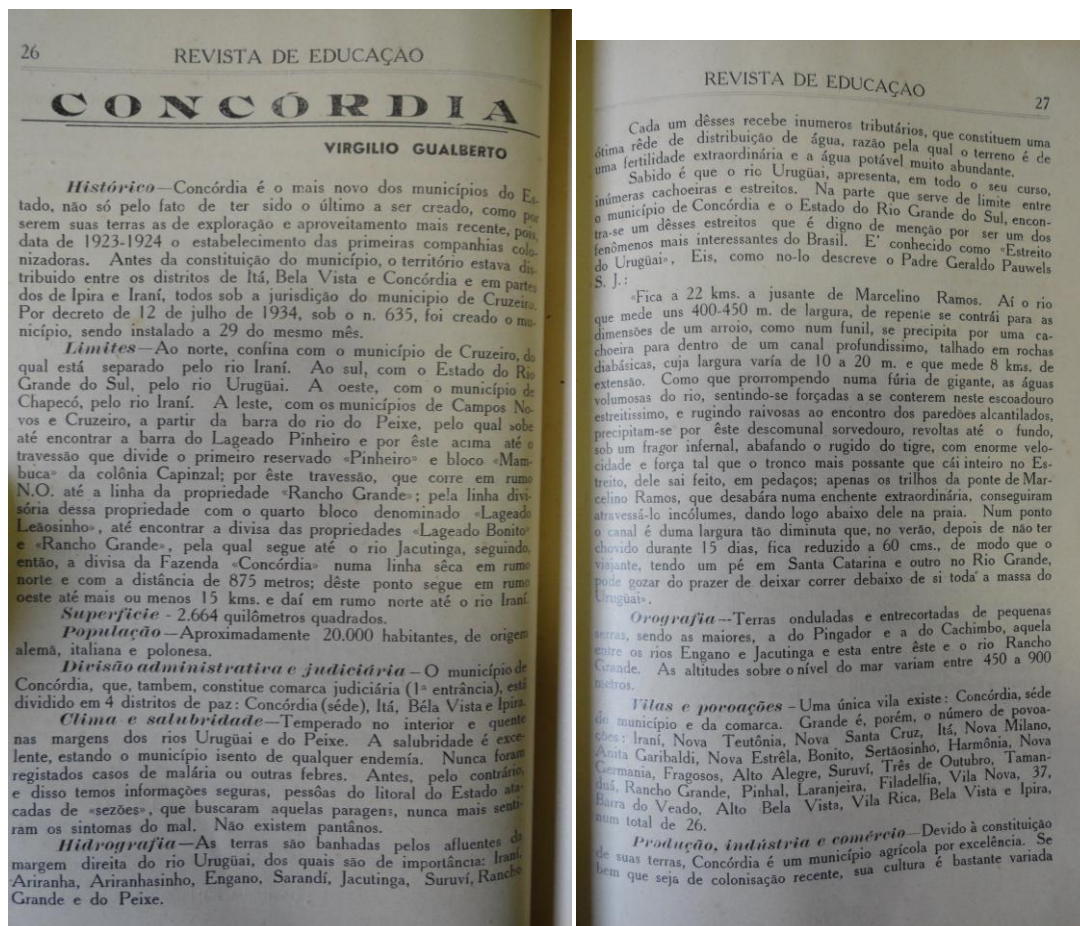
Figura 8: Manuscritos de Antônio Lúcio sobre Ed. Física para a R.E.



Fonte: Correspondências Expedidas (1935-1936), APESC.

Entre as atribuições que, possivelmente, cabiam ao diretor estava a de revisor dos textos de outros autores. O manuscrito produzido por Virgílio Gualberto (Figura 9) aparece entre os documentos referentes a Antônio Lúcio com algumas pequenas correções e retoques feitos à caneta.

Figura 10: Texto *Concórdia* de Virgílio Gualberto: versão publicada na *Revista de Educação*



Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 2. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Após o fim da *Revista de Educação*, em 1937, Antônio Lúcio permaneceu como Inspetor Escolar da 1ª circunscrição até 21 de janeiro de 1938, quando pela resolução 3.246 foi removido para a 7ª circunscrição, com sede na vila de Concórdia⁴⁵. Na 1ª circunscrição foi substituído por João Romário Moreira⁴⁶ que, em 1936, era inspetor na 8ª circunscrição (sediada em Rio do Sul).

Além dos membros da “Santíssima Trindade” e do diretor do corpo editorial, escreviam na *Revista* inspetores escolares, sub diretores técnicos, diretores de escola, médicos, militares, dentistas, engenheiros, normalistas e professores. Embora esses últimos apareçam assinando textos da *Revista de Educação*, suas participações são bastante pequenas quando comparadas à presença de inspetores ou de outras autoridades. Esse fato contraria a

⁴⁵ Município localizado no oeste de Santa Catarina.

⁴⁶ Seria João Romário Moreira relacionado a João Roberto Moreira, diretor da revista Estudos Educacionais? Este foi um periódico publicado entre 1941 e 1946, por alunos do Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis.

proposta indicada na primeira edição de que o impresso fosse feito “por professores, para professores”.

Entre os textos de colaboradores havia, também, aqueles assinados por membros do governo, inclusive pelo então governador Nereu Ramos. Textos “oficiais” ou comunicados do governo que tanto podiam ser listas de nomeações, remoções ou aposentadorias referentes aos cargos públicos da área da educação, lista de feriados; como a divulgação das leis promulgadas entre aqueles anos (1936 e 1937)⁴⁷. Em alguns casos os textos oficiais vinham publicados com seus respectivos títulos e, em outros, a informação era divulgada nos noticiários. As leis veiculadas aparecem nos sexto e sétimo números da *Revista*.

Na primeira edição foram publicados 13 artigos dos quais um, apenas, era assinado por uma mulher. Ao longo das outras edições encontradas, essa proporção não varia muito – com exceção dos relatórios sobre as *Semanas Educacionais* que foram escritos por algumas professoras. Embora a *Revista de Educação* apresente dados de que, em Santa Catarina, o número de professoras mulheres era maior (como listas de presença nas Semanas de Educação, nomeações, aposentadorias etc.), quem majoritariamente escrevia eram as figuras masculinas. Portanto, salvo exceções, é possível dizer que era uma revista feita por homens para mulheres/professoras e que, embora o magistério fosse uma profissão feminina, a ascensão na carreira era um privilégio masculino.

Os anseios “maternais” em torno dos profissionais da educação também apontam para essa expectativa de interlocução com um público majoritariamente feminino. Zelar pela saúde, alimentação e moral do estudante era tão importante quanto ensinar o alfabeto ou os números. Além disso, muitas das notas de fim de página eram dicas que correspondiam ao universo feminino (lê-se o papel atribuído à mulher) daquele momento: a importância do leite materno e da gema de ovo, o lanche mais saudável para a criança, como limpar propriamente os legumes, etc. Também, alguns textos tinham as mulheres como destinatárias evidentes, já que utilizavam os correspondentes femininos das palavras (FAVARIN, 2013, p.29).

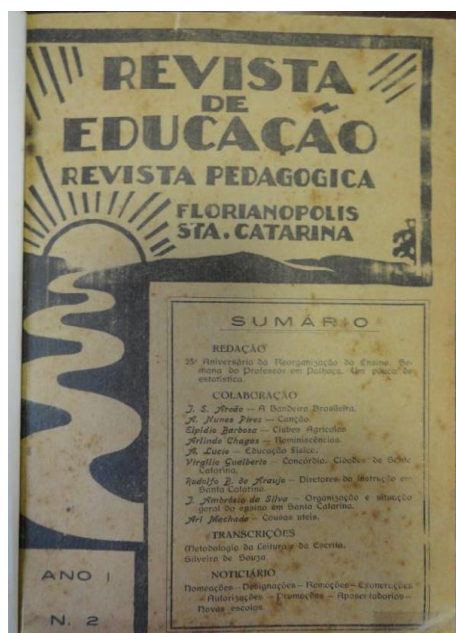
1.3 Aspectos materiais da *Revista de Educação*

As edições encontradas da *Revista de Educação* apresentaram a mesma dimensão (22,5 X 16 cm) e o mesmo tipo de papel, provavelmente o chamado papel *offset*, de qualidade

⁴⁷ Um grande volume de documentos apontando as nomeações, remoções, aposentadorias foi encontrado nas correspondências trocadas entre Antônio Lúcio e Luiz Trindade, encadernados, na APESC, junto de documentos referentes à revista, tais como os manuscritos aqui referidos.

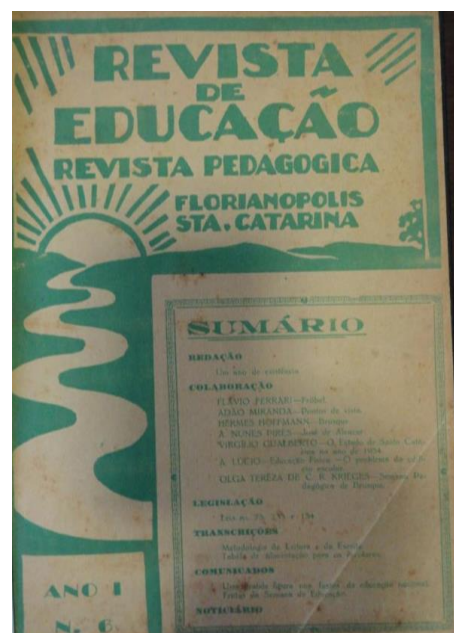
superior ao papel jornal comum na época. Isso, por si só, já indica um maior custo envolvido em sua produção, já que a escolha por um material de menor qualidade era possível naquele contexto. Tanto as dimensões quanto o formato remetem ao que hoje se associaria a um livro brochura, de capa mole. No arquivo da Biblioteca Pública, onde todos os sete números estavam presentes, estes foram encadernados juntos e protegidos por uma capa dura e resistente. Somente as capas originais de três números foram localizadas – o segundo, o sexto e o sétimo (Figuras 11, 12 e 13).

Figura 11: Capa do 2º número da *Revista de Educação*



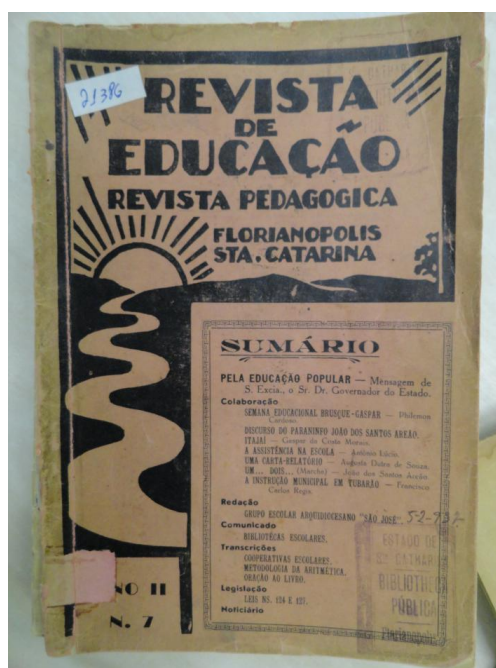
Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 2

Figura 12: Capa do 6º número da *Revista de Educação*



Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 6

Figura 13: Capa do 7º número da *Revista de Educação*



Fonte: Revista de Educação, 1937 n. 7

Cada uma dessas capas apresenta colorações e fontes diferentes, porém, o resto do layout segue o mesmo padrão visual. Apresentam ao fundo o desenho de um sol que nasce no declive de um campo aberto. Em frente ao sol há um caminho marcado por uma estrada ou um rio que leva ao quadro do sumário. Entre os raios de sol surgem, em destaque, as palavras “*Revista de Educação: Revista Pedagógica. Florianópolis, Sta. Catarina*”. No canto esquerdo da capa há, então, a indicação do ano e número da edição.

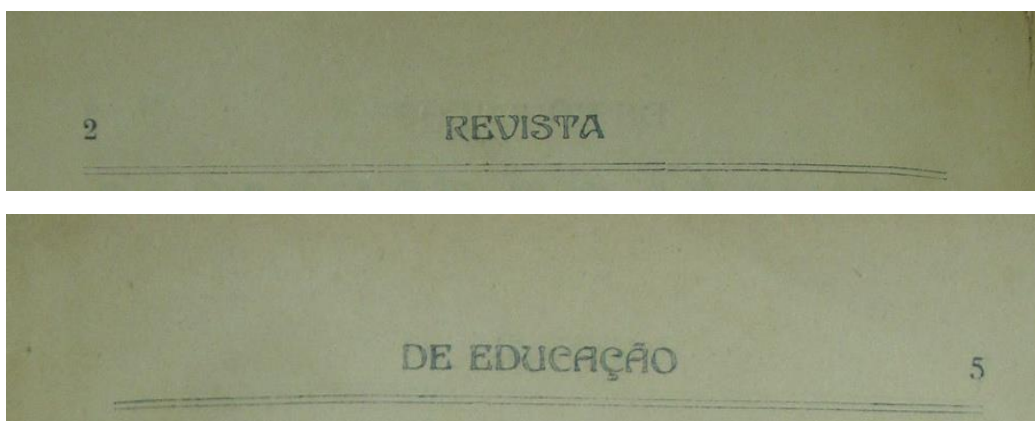
A escolha do tema bucólico para ilustrar o que pode ser lido como o cartão de visitas da *Revista de Educação* é um dos elementos que indicam o direcionamento dos conteúdos abordados pelo impresso às questões da educação rural. Também, pode-se supor que a preferência por representar uma paisagem do exterior em detrimento de imagens típicas do ambiente escolar – tais como carteiras, estudantes, livros entre outros elementos que faziam parte da sala de aula naquele contexto – indica uma escolha teórica por um ensino que se faz do lado de fora da escola. Pensamento este que, como será explorado no capítulo seguinte, estava ligado aos ideais de Escola Nova entendidos a partir de John Dewey⁴⁸.

⁴⁸ John Dewey (1859-1952) foi um filósofo e pedagogo estadunidense que inspirou, no Brasil, o movimento da Escola Nova ao colocar a atividade prática como um dos elementos fundamentais da educação.

No canto direito das capas estão os sumários indicando o título dos artigos, porém, não as páginas. Nota-se que no segundo número a divisão é feita pelos títulos “Redação”, “Colaboração”, “Transcrições” e “Noticiário”, no sexto acrescenta-se “Legislação” e “Comunicados” e, no sétimo, adiciona-se, ainda, “Pela Educação Popular”. Percebe-se, assim, que muitas dessas seções se repetem e que aquelas que são somadas indicam um aumento de participação do Estado nas últimas publicações. “Pela Educação Popular”, intitulava uma mensagem do governador Nereu Ramos ao professorado. “Legislação” era dedicada à exposição de leis referentes ao ensino, e nos “Comunicados” estavam contidos os resultados de ações empreendidas pelo Governo do Estado.

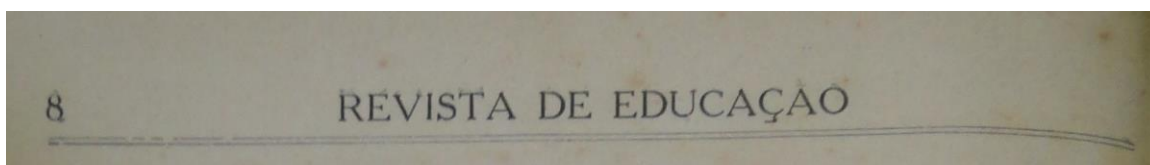
O tamanho da fonte era muito próximo do tamanho desta utilizada neste trabalho, com exceção dos títulos que apresentavam um tamanho maior. Geralmente essa variação de tamanho era dada de acordo com a quantidade de palavras e letras que formavam esses títulos: os que continham uma palavra, por exemplo, ganhavam destaque maior. Embora pareça ter sido despendido esforços para que houvesse alguma identidade visual, esta não seguia um rigor detalhado de modo que havia pequenas mudanças entre uma edição e outra, como a mudança da fonte no cabeçalho da primeira e das demais edições (figuras 14 e 15), ou entre um texto e outro dentro da mesma edição.

Figura 14: Cabeçalhos do 1º número da *Revista de Educação*



Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 1. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

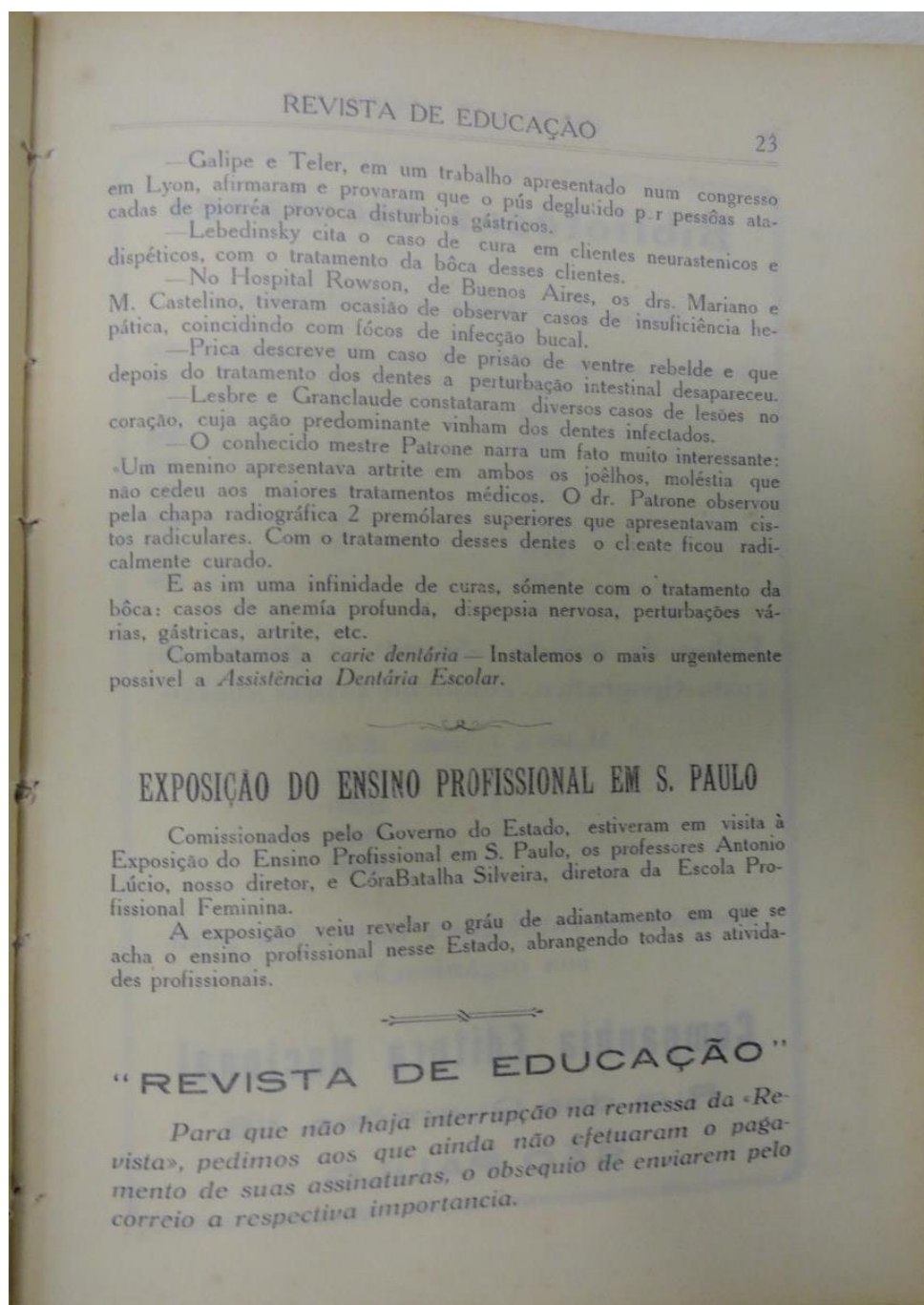
Figura 15: Cabeçalho do 2º e demais números da *Revista de Educação*



Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 2. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O que se constata é que não havia a preocupação com o uso de um só tipo de fonte, fosse nas diferentes páginas ou na mesma. Na página 23 do terceiro número da Revista, por exemplo, é possível identificar três fontes distintas tanto nos títulos, quanto no corpo do texto (Figura 16). O mesmo vale para os ornamentos que separavam textos e paratextos, ou que emolduravam (ou não) algumas das imagens (Figura 17).

Figura 16: Uma página da *Revista de Educação*



Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 3. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

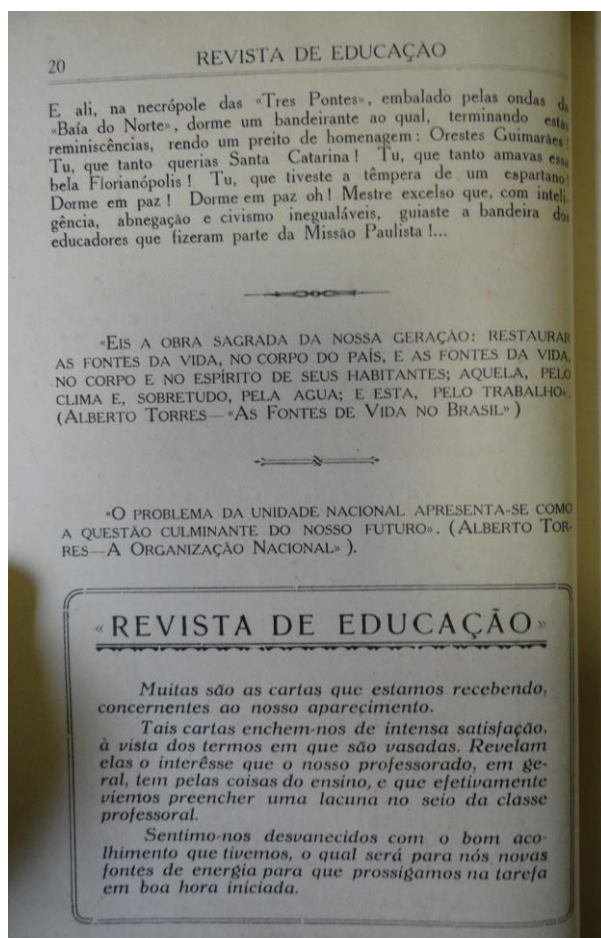
Figura 17: Páginas com imagens (ornamentadas ou não) da R.E.



Fonte: Revista de Educação, 1937 n. 7. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Sobre os paratextos, aliás, cabe mencionar que entre um texto e outro é possível identificar pequenas notas que completavam o espaço que sobrava dos textos maiores. Intituladas “Noção Importante” ou “Cousas Uteis”, tratavam-se de dicas, ou conselhos práticos, que os professores deveriam dar aos seus alunos acerca de higiene pessoal, saúde e alimentação. Também havia citações curtas – sobre moral e educação – de autores nacionais e internacionais ao longo das revistas. Entre estes, destaca-se Alberto Torres com os excertos dos seus livros *As Fontes de vida no Brasil* e *A Organização Nacional* (Figura 18).

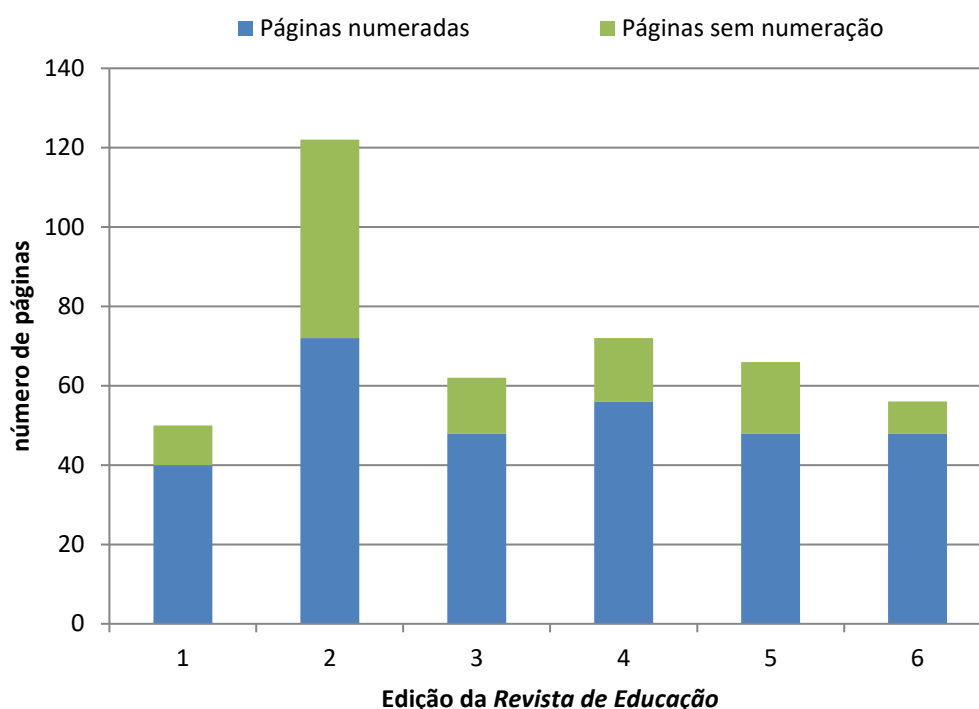
Figura 18: Página com citações de Alberto Torres



Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 2. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Os artigos de modo geral eram pequenos, ocupando a média de uma a cinco páginas. Os que excediam, porém, eram divididos em subtítulos como no caso das metodologias apresentadas. Por vezes, alguns desses textos que abordavam o ensino de Educação Física, Leitura e Escrita e Aritmética indicavam continuação no volume seguinte.

A quantidade de páginas, considerando-se frente e verso, variava em cada edição (Gráfico 1). A divisão do gráfico a seguir em páginas numeradas e não numeradas foi feita pois aquelas que continham fotos e mapas não eram contadas. O mesmo acontecia com o verso em branco dessas imagens. Consequentemente, o número que constava identificando a última página não era o correspondente ao número real.

Gráfico 1 – Números de páginas por edição da *Revista de Educação*

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

O que se observa no gráfico 1 é que a edição da *Revista de Educação* que aparece com o maior número de páginas é a segunda (nº 2) e não a quarta (nºs 4 e 5) a qual reúne o conteúdo referente a quatro meses, de julho à outubro. A particularidade do segundo número é que corresponde a uma edição comemorativa dos 25 anos da, já citada, reorganização do ensino realizada por Orestes Guimarães, apresentando diversas homenagens, dados, fotografias e colaborações. Tal aspecto evidencia a relevância que se procurou atribuir às iniciativas tomadas em 1911, bem como o intento de mostrar que as mudanças que ocorreram no âmbito da educação naqueles anos eram endossadas por quem, nos anos de publicação da *Revista*, estava à frente deste quesito.

1.4 Conteúdo imagético da *Revista de Educação*

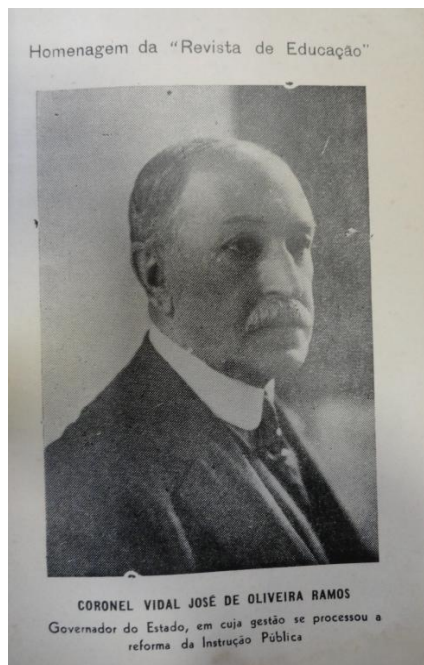
Nesta etapa do trabalho se buscou incluir a materialidade das representações visuais no horizonte de preocupações, bem como entender as imagens como “*coisas* que participam das relações sociais, assim como práticas materiais” (MENEZES, 2003, p. 14 [grifo do autor]). A relevância do uso de imagens referentes ao universo escolar à história da educação, como aponta Bencostta (2011, p. 400), refere-se ao potencial analítico para colaborar na busca

e organização de compreensões e explicações acerca da cultura escolar manifestada nos ambientes em que ela interage.

Por meio de fotografias, textos enaltecedores às figuras públicas que promoveram a “bem sucedida obra” (Orestes Guimarães e Vidal Ramos), mapas, estatísticas, gráficos e tabelas que apontavam para o desenvolvimento crescente do ensino no Estado deram, sobretudo, ao segundo número da *Revista* um tom laudatório. Mais que isso, pode-se dizer que houve um esforço em mostrar que as autoridades do ensino ligadas ao Departamento de Educação estavam empenhadas em dar continuidade às ações implementadas na década de 1910.

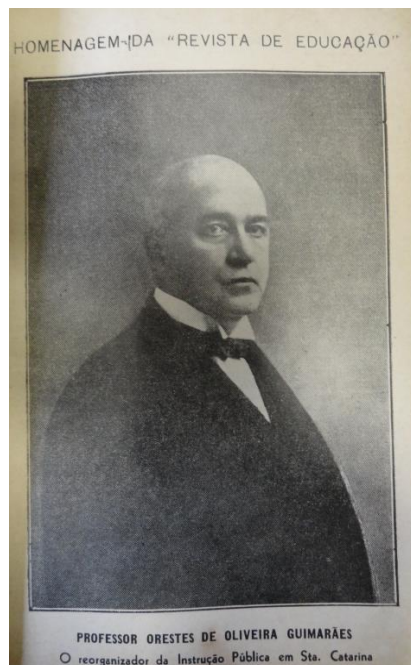
Quando se compara, por exemplo, os retratos de autoridades apresentados na segunda edição (figuras 19-22), é possível perceber um padrão estabelecido entre as suas produções. As quatro fotografias que retratam Vidal Ramos, Orestes Guimarães, Luís Bezerra da Trindade e João dos Santos Areão são feitas em estúdio e mostram homens em pose solene semelhante, vestidos de terno e gravata.

Figura 19: Vidal Ramos



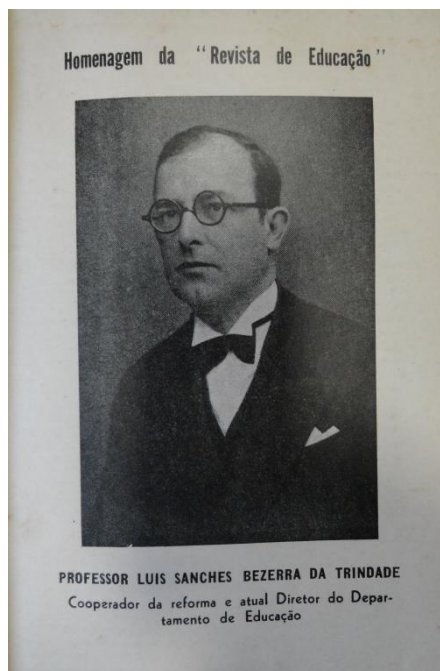
Fonte: Revista de Educação - número 2

Figura 20: Orestes Guimarães



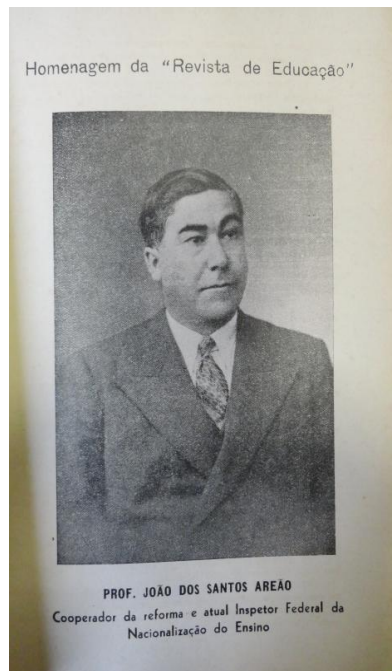
Fonte: Revista de Educação - número 2

Figura 21: Luís Bezerra da Trindade



Fonte: Revista de Educação - número 2

Figura 22: João dos Santos Areão



Fonte: Revista de Educação - número 2

O que se pode inferir do uso que se fez das imagens – apresentadas no impresso na mesma sequência de numeração aqui utilizada – é a intenção das figuras vinculadas ao Departamento de Educação de legitimar seus próprios papéis dentro do cenário do ensino no Estado. Bem como, percebe-se o intuito de passar a ideia de parceria e proximidade com as figuras, tanto do ex-governador Vidal Ramos, quanto do “reorganizador da Instrução Pública” Orestes Guimarães a quem também se procurou, ao longo de todo o número comemorativo da Revista, atribuir importância. Além do retrato do “reformador”, há uma partitura de música intitulada Hino à Orestes Guimarães (música de J. S. Areão) e, ainda, uma fotografia de seu túmulo erigido, segundo a legenda, pelo magistério catarinense no cemitério do Itacorubi, em Florianópolis. Cabe, contudo, apontar que mais do que enaltecer a figura de Orestes Guimarães – já falecido naquele momento – procurou-se sublimar a ação adotada 25 anos antes.

O número de tiragem do periódico não foi identificado, porém alguns detalhes presentes na *Revista* possibilitam pensar sobre sua circulação. Sabe-se que, por ser um “órgão” oficial do Estado, destinado aos professores catarinenses, a pretensão era que ela chegasse a todo o Estado de Santa Catarina. Porém, a indicação de que elas, provavelmente, alcançavam as diferentes regiões do território estadual está tanto na nota em que a Redação

solicita às escolas que enviem fotografias ao endereço informado⁴⁹, quanto nas distintas marcas encontradas nas fotografias publicadas. Isso indica, sobretudo, a diferença de qualidade ou armazenamento desse material o que descarta a hipótese de que existisse uma única pessoa ou equipe que viajassem com o intuito de produzir essas imagens para a *Revista*.

Figura 23: Grupo Escolar ‘Professor Venceslau Bueno’ – Palhoça



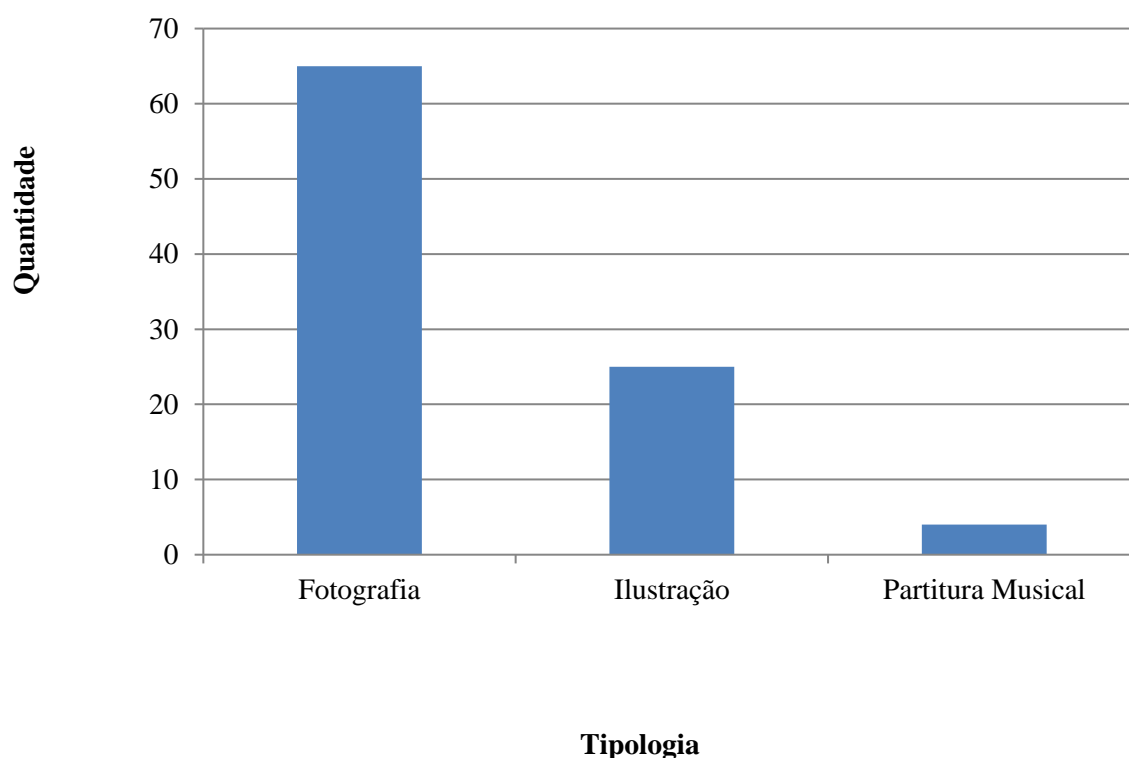
Fonte: Revista de Educação - número 6. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Um exemplo das marcas mencionadas está na figura 23 que mostra o Grupo Escolar ‘Prof. Venceslau Bueno’, localizado em Palhoça, na qual é possível notar pequenos furos nos quatro cantos da fotografia (feitos para fixá-la em um álbum de fotos ou mural). As mesmas marcas não estão presentes nas fotografias de outros grupos o que sugere que a imagem tenha sido enviada, de fato, por alguém – professor, diretor – ligado ao Grupo a que se fez menção ou trazida por membros do Departamento de Educação que visitavam essas instituições.

⁴⁹ Nas ante-capas encontradas da Revista de Educação, havia uma nota sob o título de “colaboração” na qual era feito o convite para que “artigos que se relacionassem com o ensino e fotografias de escolas e atividades escolares” (*R.E.*, nº. 2, s/p) fossem enviados ao endereço mencionado. Isso sugere que parte dos registros encontrados no periódico podem ter sido disponibilizados pelas próprias instituições de ensino.

Ao todo, com exceção das capas, as *Revistas* apresentaram 94 imagens as quais foram sistematizadas em tipologia e temática principal (Gráfico 2). Entre as tipologias se distinguiu o que era fotografia, ilustração ou partitura musical; entre as temáticas, separou-se entre homenagens (retratos, músicas, monumentos ou quadros comemorativos), edifícios escolares, conteúdos formativos, atividades escolares, estudantes, professores, exposições de materiais, diagramas, mapas de Santa Catarina e gráficos⁵⁰. Tais quantificações, portanto, foram feitas com o intuito de que um olhar mais apurado acerca do conjunto de imagens fosse possível, bem como, a percepção do espaço ocupado pelas imagens.

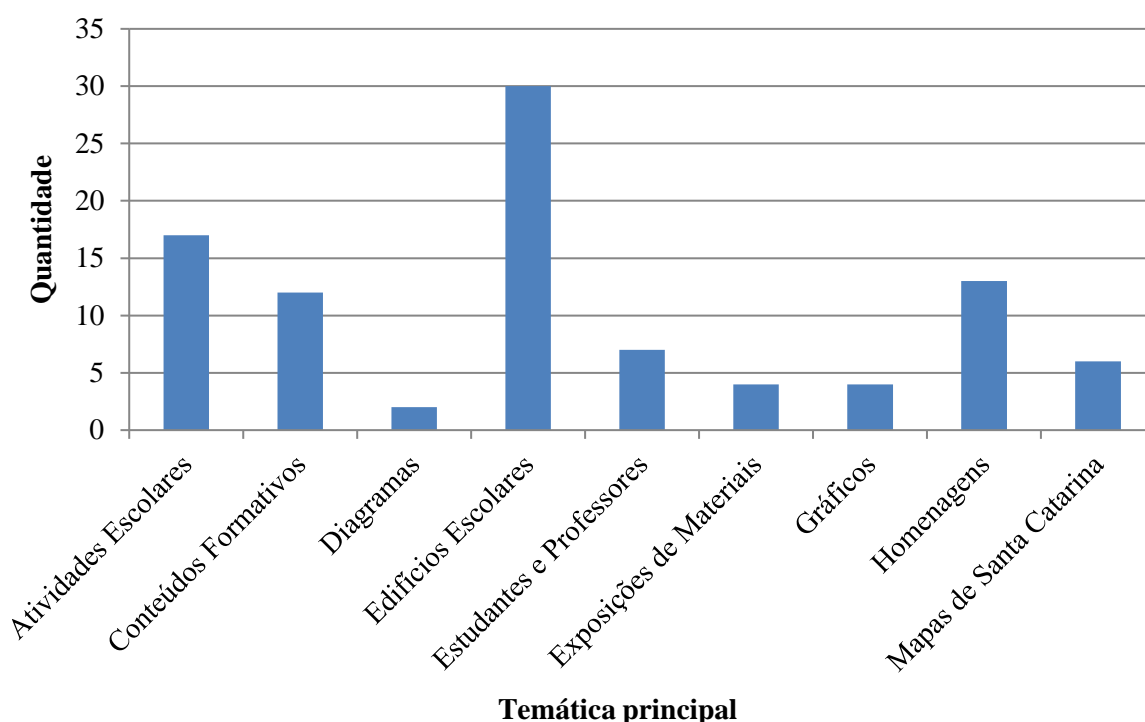
Gráfico 2 – Quantidade de imagens na *Revista de Educação* por sua tipologia.



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

⁵⁰ Na tabulação que se fez das imagens presentes na *Revista de Educação*, além da classificação mencionada, constam os títulos desse material. A tabulação completa está disponível no Anexo 2 deste trabalho.

Gráfico 3 – Temática principal e quantidade



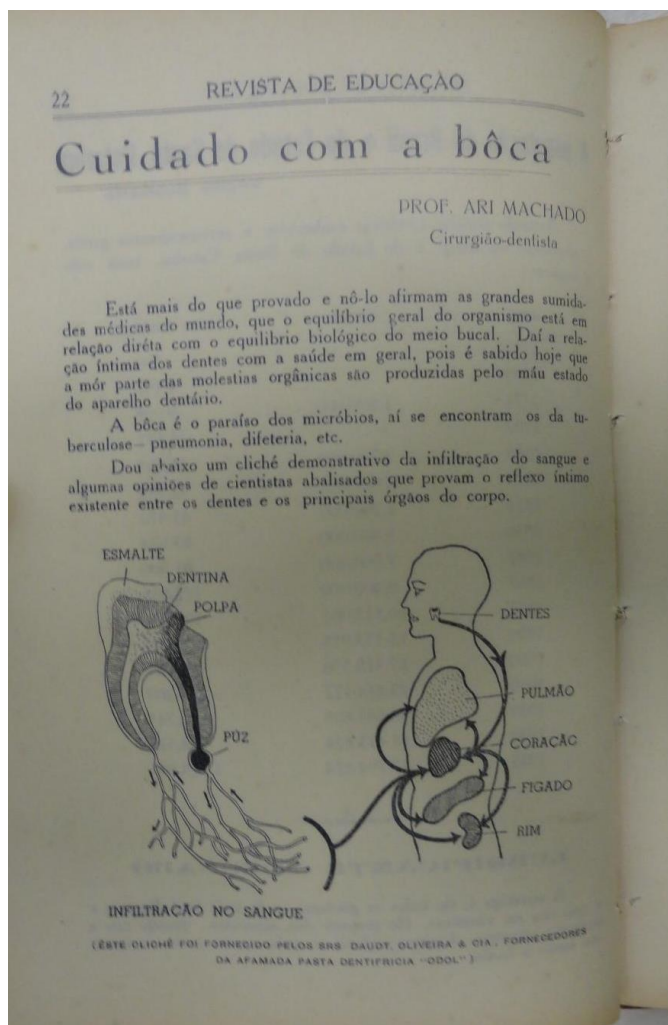
Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Dentro da seção de tipologia e temática principal foram em sua maioria fotografias (65 de 94) e edifícios escolares (30 de 94), respectivamente. Novamente, chama a atenção o segundo número da *Revista* que, além de apresentar o maior número de imagens (33), concentra todos os mapas, diagramas e gráficos; bem como um número expressivo de retratos (4). É importante mencionar aqui o impacto e as limitações em termos de condições técnicas disponíveis que o uso de imagens, sobretudo fotográficas, significava na época. Afinal, considerando-se que na década de 1930 a utilização dessa forma de capturar e reproduzir imagens era relativamente nova, demandava tempo, preparação e custos maiores; pode-se pensar que uma publicação na qual era feito uso frequente dessas tecnologias, tivesse ares de imponência e oficialidade, já que sua produção era cara.

Todas as imagens, fotográficas ou não, eram impressas em uma cor, aparecendo em preto e branco que, como se viu anteriormente, foram provavelmente impressas por meio da litografia *offset*. Há, porém, em um caso, indicação de que um clichê (placa de metal gravada em alto relevo utilizada na impressão de textos e imagens) teria sido cedido para a *Revista*. Na figura 24, localizada no rodapé da página está a mensagem: “Este clichê foi fornecido pelos

srs. Daudt, Oliveira & Cia., fornecedores da afamada pasta dentifrícia ‘Odol’”. O que mostra que esta tecnologia foi também utilizada pela Imprensa Oficial naqueles anos.

Figura 24: Imagem impressa com o uso de clichê na R.E



Fonte: Revista de Educação, 1936, número 3. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Voltando à questão dos gráficos, os quais mostram a predominância de fotografias de edifícios escolares, salienta-se que diversas pesquisas tiveram no conjunto desse tipo de imagem sua fonte e objeto de estudos. Entre essas pesquisas destaca-se a de Rosa Fátima de Souza (2001), Marcus Levy Bencostta (2005, 2011) e Zita Possamai (2005, 2009) os quais, embasados pela categoria de análise da cultura visual⁵¹, associam os padrões e aspectos identificados nas fotografias de edifícios escolares, principalmente aquelas feitas nas décadas de 1920 e 1930, aos ideais de modernidade expressos no período.

⁵¹ Quanto a cultura visual, toma-se como base a perspectiva de Ulpiano de Menezes (2013).

O número expressivo de fotografias de vistas escolares pode ser associado ao próprio projeto em pauta na *Revista de Educação*, de modo que as escolas durante as primeiras décadas que seguiram a instauração da República eram consideradas “signos da modernidade, transformação e progresso social, cujo registro fotográfico contribuiu para sua eternização e vulgarização” (SOUZA, 2001, p.81). Dessa forma, a intenção daquele grupo de mostrar engajamento com ações modernizadoras é reforçada. E, mais do que prescrever modelos de arquitetura escolar se buscou, por meio da *Revista*, mostrar resultados já estabelecidos.

Visualiza-se, ainda, outros padrões que se referem a esse tipo de fotografia nas edições analisadas os quais contribuíam para a construção de uma noção de progresso republicano. Entre eles, na apresentação dos edifícios escolares, de modo muito semelhante ao que Inês Dussel (2013) constatou na análise de fotografias de instituições de ensino argentinas produzidas em 1889, edifícios são mostrados a partir de um ângulo aberto, usando, por vezes, a presença de pessoas para contrastar com o tamanho das construções (figura 23).

Padrões de hierarquia apontados por Bencostta (2011) nas fotografias de professores e alunos na década de 1920⁵² são, também, encontrados nas imagens dos anos de 1930 presentes na *Revista de Educação*. Entre estes aspectos que se repetem estão, por exemplo, a divisão de gênero entre as crianças e a posição central ocupada pelos professores e diretores – estes últimos, na maior parte das vezes homens (figura 25). Na fotografia a seguir, percebe-se a preparação prévia, o cálculo de quem ficaria em destaque, quem ficaria de um lado ou de outro, de quem carregaria o cartaz e, também, o modo como cada pessoa deveria desempenhar seu papel através, por exemplo, de vestimentas específicas de cada grupo (estudantes, professores, diretores).

⁵² Bencostta (2011) desenvolveu um estudo das fotografias de Grupos Escolares do Paraná entre os anos de 1922 e 1960.

Figura 25: Escola isolada ‘Cel. Procópio Gomes’ – Joinville



Fonte: Revista de Educação - número 1. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Boris Kossoy (1999, p.22) em seu estudo sobre realidades e ficções na trama fotográfica, coloca que “a fotografia tem uma realidade própria que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto, objeto do registro, no contexto da vida passada”. Isso faz pensar nos esforços que, provavelmente, demandavam o momento da captura das imagens referentes ao universo escolar. O aviso antecipado aos que iriam estar presentes na fotografia, a demanda pelo uso de determinado traje, a definição das posições e dos gestos, a preparação de um grande grupo, a busca por disciplina no momento da ação, enfim, a própria ação de fotografar e ser fotografado como um evento escolar (Figura 23).

O mesmo autor se refere a uma “segunda realidade”, própria desse tipo de documento a qual seria “construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente”; porém, um elo material do tempo e do espaço representado, uma pista decisiva para se desvendar o passado (KOSSOY, 1999, p.22). O que se constatou, portanto, a partir do levantamento das imagens da *Revista de Educação*, bem como das análises aqui apresentadas é que, à medida que esses fragmentos são contextualizados na trama histórica (KOSSOY, 1999), uma série de códigos e intencionalidades aparece. Isso se percebe tanto na produção das imagens – como é o caso do padrão identificado nos retratos de ‘autoridades’, da divisão hierárquica do grupo fotografado, ou do ângulo calculado na

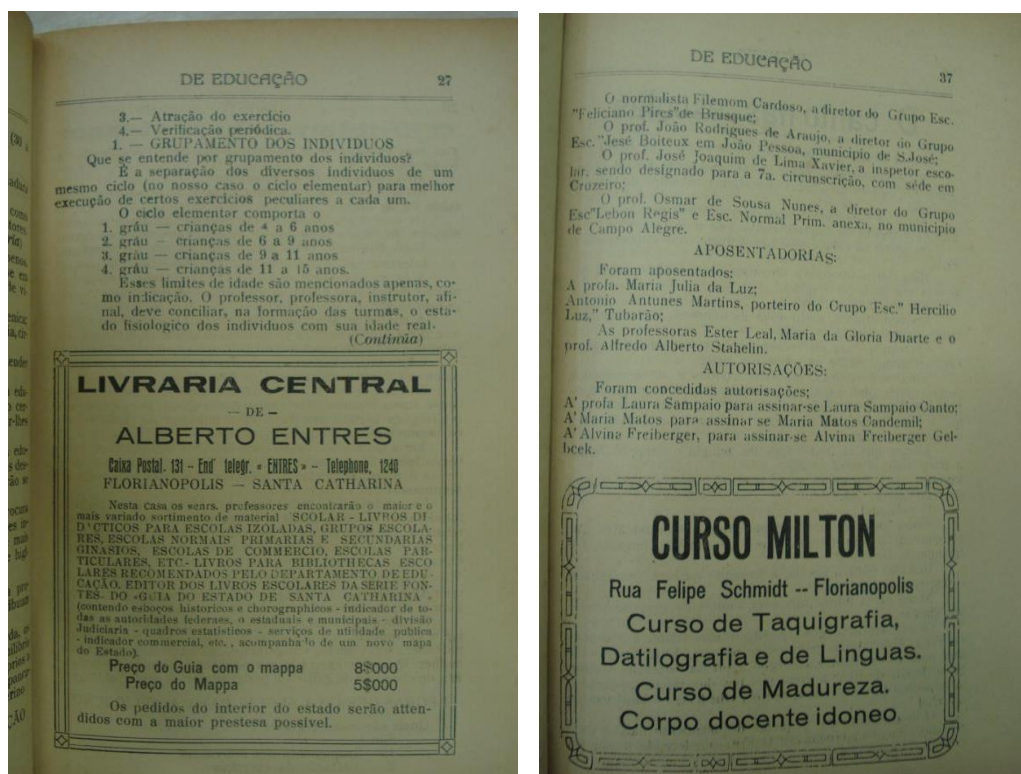
imagem do edifício escolar – quanto na escolha e organização dos conjuntos de imagens dentro dos números publicados.

Nesse sentido, percebeu-se, por exemplo, que um grupo de pessoas com um espaço de poder dentro da cena do ensino no Estado – no caso o Departamento de Educação e a própria *Revista* – se fez valer desse lugar não só para incentivar condutas e práticas, mas para valorizar e legitimar sua própria atuação (e idéias) nesse campo.

1.5 Publicidade na *Revista de Educação*

A publicidade presente nos impressos pouco variava e estava sempre ligada ao interesse do público leitor. A diferença maior esteve no primeiro e segundo números. No primeiro foram divulgadas, principalmente, pequenas empresas privadas da região de Florianópolis (Figura 26); no segundo, porém, vê-se que o número de patrocinadores diminuiu para apenas um, também local (Quadro 1).

Figura 26: Publicidade na primeira edição da *Revista*



Fonte: Revista de Educação, 1936, número 1. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Quadro 1 – Publicidade na *Revista de Educação*

Numero da Revista	Publicidade na <i>Revista de Educação</i>
1	- Serviços nas repartições públicas - Livraria Schuldt - Florianópolis - J.R. de Oliveira Oficinas Gráficas – RJ - Livraria Central – Florianópolis - Curso Milton (Taquigrafia, Línguas, Madureza) - Florianópolis
2	- Livraria Schuldt – Florianópolis
3	- Companhia Editora Nacional – SP (para bibliotecas escolares) - Edições Rio Branco lança: “Educação Rural” e “Escola Rural”
4-5	- Edições Rio Branco – RJ - Companhia Editora Nacional – SP (para bibliotecas escolares) - Cooperativa Catarinense – Completo sortimento de artigos escolares.
6	- Cooperativa Catarinense – Completo sortimento de artigos escolares. - Edições Rio Branco – RJ - Companhia Editora Nacional – SP (para bibliotecas escolares)
7	- Companhia Editora Nacional – SP (para bibliotecas escolares) - Cooperativa Catarinense – Completo sortimento de artigos escolares. - Santa Catarina – livro de Oswaldo R. Cabral - Edições Rio Branco – RJ

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Do terceiro número em diante as empresas divulgadas são de maior porte, já que a *Companhia Editora Nacional* e a *Edições Rio Branco* eram duas editoras de alcance nacional. Estas investiram na *Revista* mais que as empresas anteriores ocupando um espaço maior nas páginas do impresso. De todas as empresas, a *Companhia Editora Nacional* foi a que mais investiu – ocupando, por vezes, páginas inteiras com os seus anúncios (Figura 27). Embora a *Revista de Educação* divulgasse informações e fornecesse direcionamentos para a constituição das Bibliotecas Escolares, bem como tivesse sua publicidade, majoritariamente, voltada para as editoras, ela não dedicou colunas para críticas literárias.

Figura 27: Publicidade da *Companhia Editora Nacional*

REVISTA DE EDUCAÇÃO 13

Bibliotécas escolares

Plano de vendas á prestações:

Compras no valor de 100\$ 20% á vista e 4 prestações de 20\$

150\$	5	24\$
200\$	5	32\$
250\$	5	40\$
300\$	6	40\$
350\$	7	40\$
400\$	8	40\$
450\$	9	40\$
500\$	10	40\$

Fichas de modelo «Stand» a preços do custo tipográfico, conforme tabela abaixo:

Modelo n.	cento	1\$500
2	3\$600	
3	3\$000	
4	3\$000	
5	3\$000	

Fornecemos catálogos e instruções para sua organização

Companhia Editora Nacional
Rua dos Gusmões, 118
SÃO PAULO

Fonte: Revista de Educação, 1937, número 7.

Os anúncios não tinham lugares fixos na *Revista de Educação*. Por vezes apareciam entre um artigo e outro e, em outras, na parte de trás da revista. Os preços eram divulgados, também, na contracapa do periódico e variavam entre 15\$000 e 80\$000 (réis) dependendo do tamanho e da localização pretendida. Eram oferecidos descontos às publicações feitas por mais de uma vez e era anunciado que só seriam aceitas publicidades que interessassem ao ensino e aos professores.

1.6 Temática da *Revista de Educação*

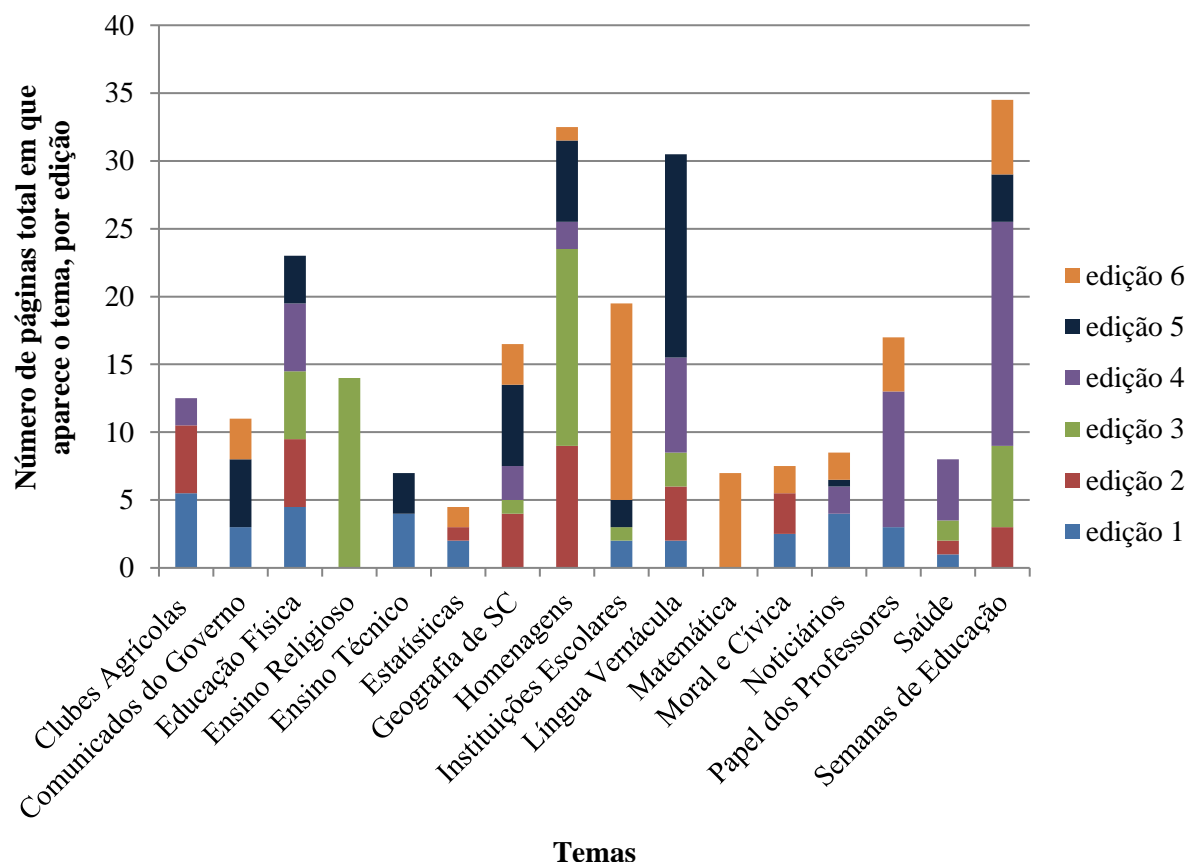
Durante a análise das *Revistas de Educação*, alguns temas se mostraram mais recorrentes e essenciais para compreensão de sua lógica como um todo. O mapeamento dessas questões no impresso pedagógico permitiria levantar hipóteses e pensar melhor o papel dele dentro do projeto de ensino vigente. Para tanto, foram elaborados o quadro e o gráfico abaixo para evidenciar os conteúdos abarcados na *Revista*, bem como o espaço, em número de páginas, que cada assunto ocupava.

Abaixo, o quadro 2 apresenta os assuntos que, ao somar todas as edições, ocuparam o maior numero de páginas; o gráfico 4 mostra a frequência com que os temas apareceram nas *Revistas de Educação*.

Quadro 2 – Assuntos frequentes na *Revista de Educação*

Classificação	Assuntos mais frequentes	Nº de edições em que apareceu
1º	1º Semanas de Educação, Homenagens, Língua Vernácula, Educação Física, Geografia	5
2º	2º Instituições escolares, Saúde, Noticiários	4
3º	3º Papel dos professores, Clubes Agrícolas, Comunicados do Governo, Estatística, Moral e Cívica	3
4º	4º Ensino Técnico	2
5º	5º Ensino Religioso, Matemática	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Gráfico 4 – Temas com maior número de páginas (soma de todas as edições da *Revista*)

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Nota-se que os artigos sobre as Semanas Educacionais, língua vernácula e as homenagens foram os mais abordados durante a duração da Revista. Além disso, evidencia que embora alguns temas não ocupassem tantas páginas, eram bastante frequentes (como é o caso da Geografia) ⁵³.

Embora houvesse artigos referentes ao Ensino Técnico, a Revista tinha como prioridade os assuntos destinados ao Ensino Primário e o caráter prático da *Revista* pode ser identificado nas transcrições e artigos que ensinam a ensinar. Havia, também, a divulgação de

⁵³ É importante, quanto a isso, destacar a dificuldade de dividir as informações em pequenos quadros que delimitam. Em muitos casos, os artigos poderiam ser encaixados em mais de uma categoria. Os textos classificados em “Educação Física” ou “Ensino Religioso”, por exemplo, não deixam de fazer parte do discurso de “Moral e Cívica”; assim como os textos referentes à “Saúde” poderiam muito bem fazer parte das expectativas acerca do “Papel do Professor”. Como critério de construção das categorias do gráfico optou-se pelo predomínio do assunto dentro dos artigos e não, necessariamente, o conteúdo dos títulos.

guias e modelos para ações como a criação de uma biblioteca ou de um clube agrícola; leis de alcance estadual referentes ao campo da educação; nomeações, remoções e aposentadorias.

Voltando aos guias preparados como base para a realização de bibliotecas e Clubes Agrícolas a que se fez referência, estes apontam para outra função desempenhada pelo Departamento de Educação que era a de elencar quais seriam essas associações auxiliares⁵⁴, bem como definir suas finalidades e organização. Quanto a elas, cabe destacar que apenas três foram mencionadas nas publicações da Revista: as Caixas Escolares (iniciativa que visava arrecadar dinheiro para ser utilizado na manutenção de estudantes menos favorecidos na escola), as Bibliotecas Escolares e os Clubes Agrícolas⁵⁵. As outras, como a Liga Pró-Língua Nacional e o Pelotão da Saúde, por outro lado, embora possam ter sido instituídas na década de 1930, não aparecem no periódico.

Quando se pensa nessas associações auxiliares, seja aquelas citadas no impresso ou não, nota-se que estavam diretamente vinculadas aos anseios identificados a partir das temáticas sobre as quais a *Revista de Educação* procurou tratar. Entre essas aspirações estiveram uma educação moderna, popular e nacionalista que, em grande medida, foram constituídas com base na tendência ruralista. O capítulo que segue abraça, justamente, essa questão.

⁵⁴ Além dos Clubes Agrícolas e das Bibliotecas Escolares eram consideradas associações auxiliares o Jornal Escolar, a Liga Pró-Língua Nacional, as Caixas Escolares, o Pelotão da Saúde. Voltadas à preparação dos futuros cidadãos para a sociedade moderna, foram instituídas na década de 1930 (SILVA, 2008) e normatizadas na década de 1940 (decreto-lei n. 2.991/44), quando se enfatizou os objetivos dessas associações. Estas, cabe destacar, eram direcionadas tanto às escolas do interior, quanto àquelas localizadas nas cidades.

⁵⁵ Os Clubes Agrícolas eram associações anexas às escolas primárias que visavam propagar e incentivar a utilização de conhecimentos agrícolas entre os estudantes e a comunidade.

2 EDUCAÇÃO MODERNA EM UM CONTEXTO RURAL: ASPECTOS DA RENOVAÇÃO DO ENSINO EM SANTA CATARINA

Como afirmou o professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, em sua palestra sobre as novas diretrizes na educação, não importa a expressão que se dê ao grande surto educacional que se vem desenvolvendo. O que se faz mistér saber é que não existe novidade mais velha que a da ‘Escóla Nova’. (CARDOSO, n.7, p.2, 1937)

Analisar as estratégias editoriais presentes na *Revista de Educação* tornou possível dimensionar seu papel como dispositivo de configuração do campo educacional no Estado. Evidenciou-se não só a importância do grupo responsável por tornar concreta a *Revista*, como o lugar que o impresso ocupou no projeto político-pedagógico em curso na década de 1930. Porém, quais aspectos estiveram por trás daquele projeto, qual a concepção de escola que se apresentava, que camada da sociedade ele procurou atender e como isso apareceu no periódico aqui estudado, são questões que coincidem com a temática que, neste capítulo, se procura abordar: a educação moderna em um contexto rural.

Em 2011 um livro organizado por Maria Elisabeth Blank Miguel, Diana Gonçalves Vidal e José Carlos Souza Araújo, fruto dos diálogos realizados no *V Congresso Brasileiro de História da Educação* (2008), apresentou os estudos realizados nas diversas regiões do Brasil acerca das reformas educativas calcadas nos princípios da Escola Nova. O trabalho intitulado *Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)*, em sua totalidade, permitiu perceber os distanciamentos e aproximações entre as diferentes vertentes do movimento renovador e, sobretudo, dimensionar as traduções dos ideais de Escola Nova em práticas escolares e políticas públicas.

Logo no primeiro texto da coletânea Marta Maria Chagas de Carvalho problematiza a tradição interpretativa sobre a Reforma Sampaio Dória – implantada no estado de São Paulo em 1920 – realizando uma análise do livro *Princípios de Pedagogia* (1914), elaborado pelo próprio idealizador da reforma. A partir disso, a historiadora percebeu a orientação teórica de Dória em autores como Rousseau, Hackel, Comte, Emerson, Binet e Spencer, sendo este último fundamental para o entendimento daquilo que era a questão pedagógica central do reformador; “formar o cidadão era, sobretudo, desenvolver sua capacidade de conhecer, sentir, querer e agir como um homem completo” (CARVALHO, 2011, p. 26). O olhar de Carvalho sobre o livro *Princípios da Pedagogia*, em especial, instigou a percepção da *Revista de Educação* como um suporte por meio do qual seria possível investigar os ideais de Escola Nova que circularam em Santa Catarina nos anos de 1930.

Parte-se da premissa que, na década de 1930, esta era a realidade da maior parte da população do Estado: se o Brasil tinha, em média, 70% do seu território localizado em área rural, Santa Catarina não ficava fora dessa lógica, sendo a própria Capital um território que mesclava elementos do urbano com plantações e criações de animais em sua configuração. Na *Revista de Educação*, do número 3 em diante foram divulgadas informações detalhadas sobre a Geografia de alguns municípios do Estado (Concórdia, Cruzeiro, Brusque e Itajaí)⁵⁶, além disso, na quarta edição foi publicado um “quadro sinótico” com informações referentes a todo o Estado no ano de 1934⁵⁷. Com exceção dos textos sobre Brusque e Itajaí, escritos por Hermes Hoffmann e Gaspar da Costa Morais respectivamente, os demais foram assinados por Virgílio Gualberto. Embora não haja neles referência às fontes das informações divulgadas, elas são indícios da organização social e espacial do Estado naquele período.

Ao divulgarem detalhes sobre a agricultura, a pecuária e o extrativismo em cada uma dessas localidades, reforçam a ideia de que as atividades rurais tinham um papel de destaque na economia desses lugares. Gualberto, por exemplo, menciona Concórdia como um “município agrícola por excelência” (GUALBERTO, 1936 n.2, p.26), lugar com vários moinhos, madeiras de lei e criação de gado suíno. Quanto à Cruzeiro, o mesmo autor diz ser “um dos principais municípios agrícolas do Estado” (GUALBERTO, 1936, n.4-5, p.31), descrevendo-o de modo muito parecido ao município anterior, acrescentando, porém, a existência de aproximadamente “200 prédios, todos de madeira de lei muito bem construídos e bastante sólidos.” (GUALBERTO, 1936, n.4-5, p.32)

As atividades ligadas à terra eram mencionadas mesmo nos municípios em que as fábricas coexistiam, como era o caso de Brusque e Itajaí. Gaspar da Costa Morais (1937, n.7, p.10-11-12) menciona as terras férteis de Itajaí, fala de seus engenhos de açúcar e farinha, dos estabelecimentos fabris e de seu grande comércio. No caso da descrição de Brusque, Hermes Hoffmann escreve que a cidade se destacava pelo seu desenvolvimento nas indústrias, produções e comércio, colocando em pé de igualdade tanto a produção das lavouras, a extração da madeira e minérios, quanto a produção fabril, sobretudo ligada à indústria de tecidos.

No texto referente a Brusque, aliás, há uma diferenciação que ajuda a entender o conceito de “cidade” utilizado na Revista. Quando Hermes Hoffmann cita o número total da população, assim o coloca: “Hoje é estimada em 22 mil habitantes, sendo a cidade com

⁵⁶ Enquanto os municípios de Concórdia e Cruzeiro estão localizados na região oeste do Estado, Brusque e Itajaí estão localizadas na região do vale.

⁵⁷ A transcrição completa do “quadro sinótico” está em anexo no final deste trabalho. Ele enfatiza a importância que se atribuía às atividades rurais.

5.500” (1936, n.6, p.9). Isso quer dizer que “cidade”, na *Revista de Educação* era entendida em termos de ocupação urbana, em contraposição ao rural. Nesses mesmos termos, portanto, a informação do “quadro sinótico” de que ao todo havia 43 municípios e 17 cidades pode ser compreendida, sendo relevante, também, observar o número elevado de propriedades rurais (147.413)

Quadro 3: O Estado de Santa Catarina no ano de 1934, organizado por Virgílio Gualberto – parte do “Quadro Sinótico”

Características do Estado	Número / Quantia
Superfície –Kms. ²	96652
População	1127285
Densidade geral da pop. por Km ²	11,766
Capital: Florianópolis – Hab.	49,559
Municípios	43
Cidades	17
Vilas	26
Comarc	32
Distritos	198
Propriedades rurais	147413

Fonte: Elaborada pela autora com base na Revista de Educação, n.6, p.13, 1936.

Novamente, cabe lembrar que naqueles anos a preocupação com a unificação do território nacional, que se convencionou demarcar pela “Revolução de 1930”, influenciou uma série de discursos que procuraram homogeneizar culturalmente o país. Dentro do conjunto de discursos e ações, uniformizar o ensino foi pauta relevante. Nesse contexto os modelos escolanovistas, baseados em leituras vindas de fora do Brasil, encontraram espaço para frutificar em meio às reformas educacionais.

Apesar de se considerar o ano de 1930 como um marco temporal neste trabalho, entende-se que antes desse ano já havia intelectuais brasileiros engajados nas discussões acerca da Escola Nova, sobretudo na década de 1920. Afinal, em 1936, como mostra a epígrafe deste capítulo, já se dizia a esse respeito que não existia “novidade mais velha”. No Estado de Santa Catarina, porém, houve um esforço para empregar esse conceito no cotidiano

escolar na década de publicação da *Revista de Educação*, o que a colocou como um suporte de exposição dessas ideias.

Ligada à noção de moderno, no sentido de contraposição ao tradicional, a Escola Nova ganhou nuances bem próprias nas diferentes regiões do país. O que se apresenta a seguir são elementos mapeados na *Revista de Educação* sobre o que compôs essa noção em Santa Catarina.

2.1 Aspectos do movimento de “Renovação do Ensino” em Santa Catarina (Década de 1930)

O trecho que abriu este capítulo faz parte do artigo escrito por Philemon Cardoso – diretor do, então, Grupo Escolar Feliciano Pires⁵⁸ – acerca de suas impressões sobre a *Semana de Educação*, a qual havia ocorrido na cidade de Brusque, em outubro de 1936. Publicado na última edição da *Revista*, o texto foi construído com base na fala dos palestrantes daquele evento que, como no caso de Luiz Sanches Bezerra da Trindade, eram autoridades no campo educacional em Santa Catarina. Esse tipo de artigo-relatório era recorrente nas publicações da *Revista* e, por meio deles, constata-se uma série de ressonâncias daquilo que se entendia por “Escola Nova” no Estado. Por ressonância se compreende o que Stephen Greenblatt (1991, p.250) classifica como “o poder do objeto exibido de alcançar um mundo maior além de seus limites formais, de evocarem quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e das quais pode ser considerado pelo espectador como uma metáfora ou simples sinédoque”.

O primeiro aspecto que compõe essa noção vem anunciado, justamente, pela fala de Trindade transcrita por Cardoso (1937, n.7, p.2). Quando ele coloca que “não impórta a expressão que se dê ao grande surto educacional que se vem desenvolvendo”, assume-se que havia uma gama de expressões que se usava para falar de Escola Nova naquele meio, as quais, no mesmo texto, o autor evidencia.

As novas diretrizes do ensino que o departamento de educação vem realizando de um modo satisfatório e de reconhecido aproveitamento, dentro de um plano educacional de elevada proeminência, destaca-se como ponto nevrálgico de todas as questões e assuntos abordados, a legenda centralizadora: **Escóla Ativa, Renovada ou Nova**, de acôrdo com as diferentes opiniões de abalisados educadores (CARDOSO, 1937, n.7, p. 2). (Grifo meu)

⁵⁸ Localizado na cidade de Brusque, SC.

O que se observa é que, embora a menção às “diferentes opiniões de abalisados educadores” aponte para a existência de uma diferença conceitual entre os termos evocados – e mais do que isso, sugere que havia acesso dos palestrantes e do público de diretores e professores a essas discussões – Escola Ativa, Renovada ou Nova eram lidas como sinônimos, tanto nas *Semanas Educacionais*, tópico do texto de Cardoso, quanto na *Revista de Educação*.

Em outros textos esse aspecto se repete. É o caso do relatório feito pela professora Olga Teresa de C. Ramos Krieger, também do Grupo Escolar Feliciano Pires, publicado no sexto número da *Revista*. O entendimento das expressões como sinônimo aparece quando ela escreve que “a escola ativa é a escola vibrante, do entusiasmo, é a que convém à geração de hoje e a de amanhã”, ao que completa, “o próprio nome já incita ao trabalho: **Ativa! Nova, Renovada!**” (KRIEGER, 1936, n.6, p.20-21) (grifo meu).

No caso, em especial, da expressão *Escola Ativa*, percebe-se que aquilo que correspondia apenas a um elemento do que se entendia por *Escola Nova* era utilizado como a “coisa” em si. O termo “ativa”, aliás, pareceu ter a preferência dos membros do Departamento de Educação por atender ao intuito de popularizar o ensino, associando-o a idéia de trabalho. O que leva a outro aspecto relevante para a compreensão do sentido que a Escola Nova adquiriu no Estado, também presente no texto de Krieger: a escola ativa é aquela que “incita ao trabalho”.

Isso foi entendido, igualmente, pelo professor Leonor Olivet⁵⁹ que em seu relatório acerca da Semana Educacional de São Francisco do Sul (1936) escreve:

A **escola ativa**, a **escola do trabalho**, é o segredo da educação fecunda. Lutar pela escola ativa, cooperar com os reformadores da educação no nosso Estado, deve ser a deliberação de cada professor. Não deve, porém, esta reforma ser feita rapidamente, dum momento para o outro. Devemos dar tempo ao tempo (OLIVET, 1936, n.4/5, p.16). (Grifo meu)

O trabalho ligado à idéia de ação remete aos tipos de ocupações braçais desempenhadas pela maioria da população que se convencionou chamar de “povo”⁶⁰ na *Revista de Educação*. A educação popular, portanto, mostra-se como o alvo do projeto de modernização do ensino em Santa Catarina, o que é apontado pelo inspetor escolar Adriano

⁵⁹ A instituição de ensino à qual o professor estava vinculado não foi divulgada.

⁶⁰ Na *Revista de Educação* a ideia de povo é sempre contraposta à idéia de elite, ou seja, a elite não compõe o que, na *Revista*, entende-se por povo.

Mosiman (1936, n.4/5, p. 3) no texto intitulado *A missão do professorado primário*, no qual escreve: “Peço licença para lembrar a impropriedade da expressão ‘problema do ensino’, [...] não é o problema do ensino, e sim, o ‘problema da educação popular’ (Grifo no original). O inspetor ainda acrescenta:

Nosso intuito não é *adestrar* os alunos, inoculando-lhes maior ou menor soma de conhecimentos livrescos: o fim que temos em vista não é alfabetizar a criança catarinense, mas sim formar cidadãos úteis e prestantes, homens que não abusem de seus direitos (MOSIMANN, 1936, n.4/5, p. 3). (Grifo no original)

“Cidadãos úteis”, portanto, seriam aqueles que trabalhassem em prol do “progresso”, de modo que, para o projeto de construção da pátria ideal, a formação do povo ideal era considerada basilar. Adão Miranda⁶¹, que assina no sexto número um texto sobre o Ensino Profissional, quando escreve sobre a necessidade de “conhecimentos úteis para a luta pela vida” associa elementos da fala dos intelectuais ligados ao Departamento de Educação à sua defesa das escolas profissionais. Os destinatários da educação focada em trabalhos especializados seriam, justamente, aqueles que não poderiam frequentar ginásios ou as escolas normais, ou seja, o povo.

De alguns anos a esta data, a **educação do povo** se há impulsionado em todos os seus setôres. O Governo, compreendendo a inestimável utilidade da criação de escolas profissionais, tem realizado estudos no sentido de bem aparelhá-la, dotando-as de **os mais modernos métodos e processos**. Não basta, como provado está por autoridades no assunto de **educação popular**, o ensino de matérias elementares, limitando-se apenas às primeiras lições de português e aritmética. Não é suficiente instruir certa e determinada classe privilegiada. É preciso o funcionamento de escolas profissionais, onde os que não podem frequentar ginásios ou escolas normais adquirem **conhecimentos úteis para a luta pela vida**, contando com profissões especializadas. (MIRANDA, 1936, N.6, p.5) (Grifos meus)

Em outro volume do periódico o mesmo autor, novamente, expõe a ideia de que deveria haver diferença entre o ensino destinado ao povo e o ensino voltado à elite. Adão Miranda, aliás, é único colaborador da *Revista* a atribuir o sentido de escola moderna àquelas destinadas à elite, e escola popular ao ensino de cunho prático e acessível, segundo ele, ideal para “todos os cérebros”.

O problema do ensino primário da infância deve ser encarado sob este duplo aspecto – 1º Amparar o desenvolvimento mental da criança, aperfeiçoando o aparelho educativo científico que é a **escola moderna**, para facilitar uma evolução cerebral

⁶¹ Jornalista, foi colaborador do jornal catarinense “A Pátria”. Em um de seus textos para a *Revista de Educação* há a indicação de ter sido escrito no município de Cruzeiro (atual Joaçaba) onde, possivelmente, Adão Miranda residia.

compatível com os estudos superiores, com o fim de **preparar essa elite** a que aludiu brilhantemente o Prof. Afrânio Peixoto. 2º - Preparar a grande massa que essa elite tem que conduzir, por meio de uma instrução popular ao alcance de todas as inteligências e condições compulsória e gratuita, mais obrigatória que o serviço militar. Este ensino popular visa todas as creanças do território nacional. Será o instrumento de aperfeiçoamento moral e material de nossa raça. Não é pelo bacharelismo, nem por meio de uma cultura pedagogicamente esmerada, porque caríssima, porque impraticável, que será possível instruir a Nação; mas, sim, pela divulgação e ensinamentos de noções rudimentares, práticas educativas e civilisadoras, acessíveis a todos os cérebros. (MIRANDA, 1936, n.3, p.10) (Grifos meus)

No escrito de Miranda, nota-se que há uma contraposição entre o que o autor considera uma “cultura pedagogicamente esmerada” e os “ensinamentos de noções rudimentares”. Isso leva a entender que, provavelmente para o autor, a última opção não seria a prática mais aprimorada, embora fosse a mais possível.

Em outra passagem – parte da transcrição da tese apresentada por João dos Santos Areão aos membros da Semana Ruralista de 1935, em Pernambuco, sobre os Clubes Agrícolas – o aspecto popular aparece, novamente, atrelado à *Escola Ativa*.

Qual é a contribuição que os Clubes Agrícolas fornecem à educação nas zonas rurais? 1º - A socialização das crianças: A **escola ativa**, tão preconizada hoje em todos os países que cuidam da **educação do seu povo**, procura formar elementos úteis à sociedade; iniciando êsse trabalho dentro da escola. (AREÃO, 1936, n.1, p. 3)

À escola, portanto, se delegava a função de *Ensino Integral*, ou seja, à ela caberia, também, o papel de educar o corpo e a moral dos estudantes, em algo que seria uma extensão da “educação paterna”. No relatório apresentado pela professora e diretora do Grupo Escolar Tibúrcio de Freitas, Eulina A. de G. Marcelino, há um apanhado de suas impressões sobre as palestras proferidas por Raul de Paula⁶², Luiz Trindade, Barreiros Filho⁶³ e Santos Areão. Nele, a questão do ensino integral ganha destaque.

O professor deve dar à instrução nacional outro caráter. Deve desenvolver pelo trabalho o gosto na criança, a sua boa vontade. E assim, **a educação física, mental, moral, econômica, incluindo ainda a familiar**, completarão a educação do verdadeiro brasileiro. (MARCELINO, 1936, n.4/5, p. 46). (Grifo meu)

⁶² Raul de Paula foi secretário nacional da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, instituída em 1932, bem como um de seus fundadores.

⁶³ Francisco Barreiros Filho (1891-1977) nasceu em Tubarão, SC. Durante a década de 1910 foi professor catedrático de Português e Literatura da Escola Normal Catarinense, em Florianópolis, onde por três vezes assumiu a direção da instituição. Eleito pelo Partido Liberal Catarinense, foi deputado na Assembléia Legislativa de Santa Catarina entre 1935 e 1937.

A mesma ideia consta no texto de Philemon Cardoso,

Na Escola Renovada o professor sempre tem em vista que o educando é um ser em crescimento, em formação, exigindo educação integral, tanto espiritual como corpórea. Educação não é preparação unilateral, mas sim, dar vida, desenvolver e crescer, ambientando todas as tendências inatas da criança, criando-lhe um mundo peculiar ao seu modo de viver. (CARDOSO, 1937, n.7, p. 3)

A escola, nessa perspectiva, deveria preparar os sujeitos para a vida, o que era entendido como fornecer condições para que os estudantes pudessem resolver problemas na vida adulta sem ter que recorrer a ninguém. Esse seria uma espécie de “homem” ideal, o que corresponderia a ideia de “verdadeiro brasileiro”. Quanto a isso se estabelece uma diferença entre o que se chamava “caboclo” e imigrante. Nota-se, a seguir, que no texto *A missão do professorado primário*, escrito pelo inspetor escolar Adriano Mosimann, “o imigrante” não faz parte do sujeito oculto “nós” utilizado por ele. Isso mostra que o professor de origem estrangeira não fazia parte do público que o autor imaginava leitor da *Revista*.

O que devemos importar do estrangeiro, mais adestrado no assunto, é, apenas, o arcabouço – os preceitos básicos gerais da **moderna arte de educar** – dando-lhe aqui a forma mais conveniente para o fim que temos em vista: nacionalizar e educar a atual geração infantil” (MOSIMANN, 1936, n.4/5, p. 2) (grifos meus)

Nota-se, ainda, a atribuição dada aos estrangeiros como precursores da “moderna arte de educar”. Essa passagem leva a pensar o conhecimento encarado como algo atribuído à nação e não a sujeitos específicos que faziam parte de um país, algo que condiz com a mentalidade dos que estruturavam o projeto de nacionalização.

Ainda sobre a diferença entre “estrangeiros” e “brasileiros” a diretora Marcelino (1936, n.4/5, p. 46) em seu já mencionado texto, coloca que “ao lado da instrução deve haver hábitos de trabalho, preparando-o para que seja o brasileiro que competirá com o estrangeiro”. Além disso, expõe sua preocupação com o “espírito de nacionalidade” ao qual atribui à língua sua sustentação.

É a língua que no Brasil mantém o espírito da nacionalidade e é por meio dela que devemos chamar para a vida brasileira os filhos de imigrantes no nosso território. Temos no nosso Estado colônias alemãs e italianas, onde a atividade do professor deve ser maior. Compete, pois, a ele incutir com boas maneiras no espírito do aluno, o amor à Pátria; fazer-lhe compreender as belezas da nossa terra e da nossa língua e por meio dela a criança aprenderá a conhecer o caráter nacional, os nossos costumes e a nossa história. (MARCELINO, 1936, n.4/5, p.44)

Mais um ponto que cabe destacar é a importância dada à compreensão das “belezas da nossa terra” e à geografia do Estado de modo geral. Conhecer o território, nesse sentido, pareceu ter um grande peso dentro do projeto de unificação nacional. Na *Revista de Educação* tal ideia aparece atrelada à valorização das atividades primárias de trato com a terra: agricultura, extração, mineração e, isso, fica evidente quando se fala de um Brasil de “vocação agrícola”. Quer-se, portanto, incentivar a valorização da terra porque é nela que se produz a riqueza do país. A fala célebre de Alberto Torres transcrita por João dos Santos Areão (1936, n.1, p. 5) revela esse aspecto: “O Brasil tem de ser uma república social por força de seu destino; e tem de ser, instintivamente uma república agrícola”. Também o faz Marcelino quando coloca que “a criança deverá compreender que a indústria agrícola é a principal fonte de riqueza do Brasil. Que é preciso explorar os campos, adubar a terra, criar gado, as aves, etc.” (MARCELINO, 1936, n.4/5, p. 46).

O que leva para a uma conclusão crucial na compreensão do movimento reformador em Santa Catarina: aqueles que eram entendidos por “povo” pelas autoridades de ensino do Estado eram os habitantes das zonas rurais. Nessa concepção, tão importante quanto valorizar a terra, era valorizar o trabalho na terra e o trabalhador da terra. Na *Revista de Educação*, portanto, o rural e tudo o que se refere a esse âmbito ganhou destaque.

Tal pensamento agrário, de acordo com Henrique Fonseca (2016, p.156), foi amplamente debatido no começo da República no Brasil, como sendo uma das possibilidades para pautar o destino do país que ainda engatinhava como nação. Como expoente intelectual e político desse posicionamento, destacava-se Alberto Torres que, nas primeiras décadas do século XX, fez uma série de publicações com teor de crítica à recém instaurada República que, segundo ele, não havia conquistado e estruturado uma unidade nacional nem um espírito patriótico em seu povo (FONSECA, 2016, p.155-156). E, ainda:

A República Agrícola almejada por Torres representava a consolidação de um sistema político e social que amalgamasse uma pátria coesa com a tradição brasileira. A questão agrária compunha uma importante peça no esquema interpretativo e propositivo de Alberto Torres sobre o Brasil. Em sua visão, a relação afetiva com a terra era imprescindível para estabelecer laços patrióticos, reforçando a união nacional e o sentimento coletivo de amor à Pátria. Torres apontava que o urbanismo era uma experiência estrangeira e que pouco se relacionava com a história brasileira, assim apoiava o fortalecimento do Estado como meio de defesa das imposições imperialistas das nações mais desenvolvidas que almejavam enxertar um modo de organização artificial para o Brasil. Dessa forma, indicava para necessidade de um Estado que visualizasse as necessidades reais da nação e tomasse posturas administrativas que coibissem os desvios patrióticos. (FONSECA, 2016, p.157).

A concepção de cunho nacionalista, agrarista e anti-urbana de Alberto Torres influenciou um grupo expressivo de intelectuais que passaram a disseminar as suas propostas. O pensador não somente foi citado no *Manifesto pela Educação Nova*, em 1932, como, no mesmo ano, teve seu nome vinculado a uma instituição, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT), que buscava desenvolver ações de transformação nacional nos moldes prescritos pelo seu patrono. Entre essas ações estiveram os, já citados, Clubes Agrícolas e as Semanas Ruralistas. Apesar de ter sua sede no Rio de Janeiro, a SAAT tinha núcleos espalhados no país inteiro, inclusive Santa Catarina. No sexto número da *Revista de Educação* foi divulgada a organização estadual da instituição.

Núcleo Estadual da Sociedade dos amigos de Alberto Torres
 Empossados pelo exmo. Sr. Dr. Governador do Estado
 Presidente: Major Olívio Januário de Amorim
 Vice-presidente: Luiz Oscar de Carvalho
 Secretário: **Professor Elpídio Barbosa**
 Tesoureiro: **Professor Antônio Lúcio**
 Diretor da Secção Pedagógica: **Professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade**
 Diretor da Secção de Cultura: Professor Francisco Barreiros Filho
 Diretor da Secção Técnica e Assistência aos Municípios: Dr. Afonso Veiga
 Delegado Geral dos Clubes Agrícolas Escolares: **Professor João dos Santos Areão**
 Diretor da Secção de Publicidade: Gustavo Neves (RE, 1936, n.6, p.38) (grifos meus)

Nota-se que os nomes que ocupavam os cargos de destaque no núcleo estadual da SAAT coincidem com os aqueles que compunham o Departamento de Educação e a *Revista*. Barbosa, Lúcio, Trindade e Areão aparecem aqui, respectivamente, como secretário, tesoureiro, diretor da seção pedagógica e delegado geral dos Clubes Agrícolas Escolares. Todos esses nomes, cabe destacar, são antecidos pela atribuição de “professor”. Também, percebe-se o grau de legitimidade da *Sociedade* perante o Estado quando seus cargos aparecem empossados pelo próprio Governador.

São expressivos os exemplos que mostram a influência do pensamento de Alberto Torres, mesmo quando seu nome não é citado. No discurso proferido por Antônio Lúcio em 19 de abril de 1936 – data de comemoração dos 25 anos da Reforma Orestes Guimarães – em evento que contou com a presença do governador e outras autoridades do ensino no Estado, o inspetor escolar e diretor do periódico fala da dualidade entre os “bem nascidos”, moradores das cidades, e o “caboclo”, segundo ele, forçado ao êxodo ou relegado à ignorância. A seguir dois trechos dessa fala, cuja transcrição abriu o terceiro volume da *Revista*, reforçam os aspectos da diferenciação do ensino de acordo com a classe social, da educação popular como

centro dos esforços e, sobretudo, da atenção ao rural como chave ao “progresso” e à “civilização”.

Apenas os chamados “**bem nascidos**”, os favorecidos pela deusa da fortuna, ou os moradores de cidades mais ou menos importantes, gosavam o privilégio de freqüentar escolas, especialmente estabelecimentos que ensaiavam os seus primeiros passos para novos rumos. E se o **caboclo**, o nosso sertanejo, o cerne de nossa nacionalidade, na ignorância ocasionada pelo abandono a que o haviam relegado, vislumbrasse num lampejo iluminado por forças estranhas o desejo de dar, embora mingüadamente, o pão espiritual aos seus descendentes, era forçado ao **êxodo** para os chamados centros urbanos, abandonando o seu rincão, a sua gleba, contribuindo dest’arte para um **urbanismo prejudicial**, mórmente em um país da extensão territorial do nosso e com as possibilidades oferecidas pelo seu sólo ubérrimo. (LÚCIO, 1936, n.3, p.1) (Grifos meus)

Era assim arrancado do canto onde havia nascido e onde seria um cidadão útil à sociedade e à pátria e transplantado para um meio estranho que só lhe poderia ser hostil, por não obedecer a sua mudança a nenhuma condição mesológica, vindo engrossar o exército dos desocupados. E o dilema que se lhe deparava era este: ou **êxodo**, ou a permanência em seu rincão, mas nas trevas da ignorância, desprezado, doente e cego dos mais rudimentares conhecimentos que a escola fornece, elevando, dignificando, poderosa alavanca do progresso e da civilização (LÚCIO, 1936, n.3, p.2). (Grifos meus)

Nesses trechos a palavra êxodo se repete mostrando que a preocupação era que o “caboclo” abandonasse a terra de onde poderia tirar seu sustento e fosse morar nos centros urbanos, inchando as cidades e não sendo “útil à sociedade e à pátria”. A urbanização era considerada prejudicial, uma antagonista da “república agrícola” a qual Alberto Torres defendia. O relatório sobre a Semana de Educação de Blumenau escrito por Leonardo Malheiros – aluno do 3º ano da Escola Normal Primária daquela cidade – evidencia não só o esforço para que o “sertanejo” fosse valorizado tanto nas zonas rurais, quanto nas cidades, como a ideia de que o urbanismo era um inimigo a ser combatido.

Os clubes agrícolas são indispensáveis às zonas rurais, como também nas cidades; por meio deles o sertanejo compreende o seu valor e o habitante da cidade aprende a não menosprezá-lo. Serve para dar aos homens o gosto pela vida do campo, que é o único meio de combater o urbanismo, inimigo da prosperidade da nossa terra. O Brasil só será feliz quando os brasileiros compreenderem o valor da cultura das terras. (MALHEIROS, 1936, n.4/5, p.18)

A passagem citada ajuda a pensar as razões pelas quais os Clubes Agrícolas eram estimulados mesmo nos Grupos Escolares urbanos. Além incentivar a valorização do cultivo das terras, ele era considerado pelas autoridades do ensino em Santa Catarina como uma situação geradora ideal para que os professores pudessem dar uma “Aula Global” (tipo de

aula em que as matérias são trabalhadas em conjunto e não em blocos divididos). Os Clubes Agrícolas Escolares, por diversas vezes, eram citados como os centros de maior atividade da Escola Ativa e, entre os conhecimentos que se acreditava estimular nas crianças estavam os citados por Olivet.

O dirigente de um clube, como diz o prof. Areão, póde, durante os trabalhos que executa em conjunto com as crianças sócias do clube, incutir uma soma de conhecimentos, sem os esforços exigidos quando em aula. São conhecimentos de geometria, aritmética, escrituração mercantil, geologia, botânica, zoologia, educação física, linguagem e conhecimentos agrícolas. (OLIVET, 1936, n.4/5, p.17)

Ainda, dizia-se que o trabalho agrícola nas escolas era de grande necessidade, pois “não só instrui como distrai a criança, levando-a a diferentes fases de trabalho: o estudo da natureza, do solo, das plantas, dos animais, etc.” (MARCELINO, 1936, n.4/5, p. 45).

É, portanto, sintomático que Alberto Torres tenha sido supracitado nos números da *Revista de Educação*. Afinal, sua perspectiva caía como luva ao projeto em curso em Santa Catarina. Nela, modernizar as zonas rurais era fundamental para que se resolvesse os problemas do Brasil. Um dado curioso é que em um dos relatórios é mencionada um período em que Alberto Torres teria morado em Santa Catarina, isso ainda na infância.

Vitor Konder, ex-ministro da viação, exaltou com entusiasmo o trabalho do nosso cabôclo – o herói inconsciente. Falou na meninice de Alberto Torres, cujo pai foi juiz de direito em Itajaí, dizendo que foi naquele pedaço de Santa Catarina que êle começou a compreender o valor torreano. (MARCELINO, 1936, n.4/5, p.44)

Quando se fala em “valor torreano” refere-se, assim, ao conjunto de ideias que foram defendidas pelo intelectual e que, anos depois, fundamentaria a Sociedade de Amigos de Alberto Torres.

Há evidências, aliás, de que relação dos membros do Departamento de Educação com o núcleo central da SAAT era bem próxima. Raul de Paula, secretário nacional da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e um de seus fundadores, fora trazido de fora do Estado para dar palestras em Santa Catarina. Ele teve, por exemplo, presença ativa na primeira *Semana Ruralista de Santa Catarina*, que ocorreu em 1936 na cidade de Tubarão, como mostra a programação do evento divulgada no impresso. No relatório apresentado no segundo número, sem que se identificasse o autor, há referência à ocasião em que Raul de Paula teria dissertado, em diferentes momentos da *Semana*, sobre a SAAT, a finalidade dos clubes agrícolas, sobre a imigração japonesa e sobre a situação dos judeus no Brasil.

Sobre a SAAT e os Clubes Agrícolas, cabia também a Areão palestrar:

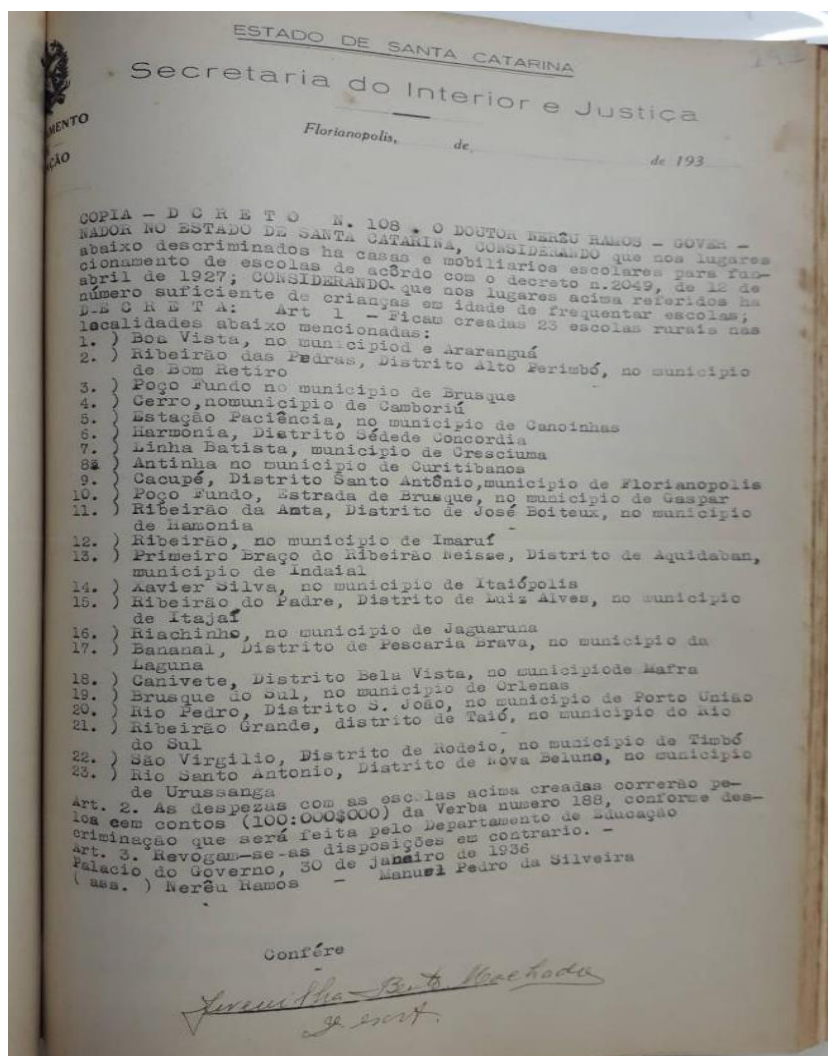
O professor João dos Santos Areão, Inspetor da Nacionalização do Ensino e delegado dos Clubes Agrícolas escolares da “Soc. Amigos de Alberto Torres”, em Sta. Catarina, realizou uma bela palestra sobre os clubes agrícolas escolares, dizendo de suas finalidades e fornecendo instruções de como devem ser organizados, fazendo um apelo aos professores para que criem tais instituições em suas escolas. (s/a, 1936, n.2, p.7)

Não é a toa, portanto, que entre as associações escolares citadas, as que ganharam mais destaque foram os Clubes Agrícolas, que entre as leituras indicadas estavam aquelas sobre educação rural, que nos discursos se valorizava a figura do bandeirante, do ermitão, do desbravador – afinal, não se poderia ser um ermitão ou um bandeirante na cidade. Destaca-se, ainda, que a preocupação com o êxodo rural e a busca por manter professores nas áreas afastadas das cidades era pauta entre os membros do Departamento de Educação, mesmo fora da *Revista de Educação*. Na circular endereçada à Antônio Lúcio por Trindade é possível inferir que eram frequentes os pedidos de transferência de professores do interior para capital, algo que se procurou, por lei, limitar.

Secretaria do Interior e Justiça. Florianópolis, 2 de março de 1936. CIRCULAR N.6. Sr. Inspetor. Reitero a minha recomendação quanto ao cumprimento do decreto n. 535, de 5 de março de 1934, e para vossa ciência, transcrevo: “O coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, considerando que os pedidos de remoções e permutas de professores são constantes, prejudicando a boa marcha dos trabalhos escolares; considerando que no curso do ano letivo, tais remoções são prejudiciais ao ensino; considerando que há afluência de pedidos de nomeação e remoções para a Capital, com prejuízo do provimento dos estabelecimentos escolares de outras zonas do Estado, DECRETA: - Art.1.- as vagas verificadas nas Escolas Complementares, nos Grupos Escolares e nas Escolas Isoladas do perímetro urbano da Capital, só serão preenchidas com a remoção de professores que tenham no mínimo três anos de efetivo exercício nos estabelecimentos de ensino do interior do Estado, com nota desabonadora; Parágrafo único – Para os estabelecimentos de ensino da Capital, podem ser nomeados adjuntos sem terem o exercício em outras escolas do interior porém, só poderão ser nomeados professores da Capital se fizerem o estágio a que se refere o presente artigo. Art.2- as remoções a pedido só serão atendidas quando o professor contar no (...), três anos de efetivo exercício no estabelecimento escolar, e só poderão ser solicitadas no período das férias. Art.3- As permutas só podem ser autorizadas entre professores do estágio acima referido, e só poderão ser requeridas no período das grandes férias. Parágrafo único- Como medida disciplinar ou por conveniência o Governo poderá remover o professor ainda mesmo que este não tenha o estágio a que se refere os artigos anteriores, não podendo, entretanto, ser aproveitado no perímetro urbano da Capital. Art.4- As nomeações para os Grupos Escolares só podem recair em normalistas, observando-se demais exigências complementares promistas pelas leis e regulamentos. Art.5- Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo em Florianópolis, 5 de março (Ass.) Aristiliano Ramos = José da Costa Moellmann. Saúde e Fraternidade. Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Diretor do Departamento de Educação. (Fonte: APESC)

Além disso, a Circular, de 2 de março de 1936 é uma reiteração feita por Luiz Trindade, que pode ter sido endereçado somente a Antônio Lúcio, como aos demais inspetores, quanto ao cumprimento do decreto feito dois anos antes por Aristiliano Ramos. Caso tenha sido enviado apenas ao primeiro que, afinal, era o responsável pelos assuntos referentes às escolas da capital, pode ser lido como uma advertência do diretor do Departamento de Educação ao inspetor e diretor da *Revista*.

De qualquer forma, é importante mencionar que o momento do esforço de fixar professores nas regiões rurais de Santa Catarina coincidiu com o decreto de criação de 23 escolas rurais. A listagem dessas instituições foi transcrita no segundo número da RE sob o título *Novas Escolas*. O que, além de tudo, evidencia o conjunto de documentos encontrados na APESC, em sua maioria assinados por Antônio Lúcio e Luiz Trindade, como material selecionado para direcionar e compor as publicações da *Revista*.

Figura 28: Decreto de criação de Escolas Rurais, em 1936⁶⁴

Fonte: Correspondências expedidas (1935-1937), APESC.

⁶⁴ Transcrição do documento: Cópia – decreto N.108. O Doutor Nerêu Ramos – Governador do Estado de Santa Catarina, considerando que nos lugares abaixo discriminados ha casas e mobiliários escolares para funcionamento de escolas de acôrdo com o decreto n. 2049, de 12 de abril de 1927; considerando que nos lugares acima referidos ha número suficiente de crianças em idade de freqüentar escolas; decreta: Art. 1 – Ficam creadas 23 escolas rurais nas localidades abaixo mencionadas: 1) Boa Vista, no município de Araranguá; 2) Ribeirão das Pedras, Distrito Alto Perimbó, no município de Bom Retiro; 3) Poço Fundo, no município de Brusque; 4) Cerro, no município de Camboriú; 5) Estação Paciência, no município de Canoinhas; 6) Harmonia, distrito séde de Concórdia; 7) Linha Batista, município de Crescuma; 8) Antinha, no município de Curitibanos; 9) Cacupé, Distrito Santo Antônio, município de Florianópolis; 10) Poço Fundo, Estrada de Brusque, município de Gaspar; 11) Ribeirão da Anta, Distrito de José Boiteux, no município de Hamonia; 12) Ribeirão, no município de Imaruê; 13) Primeiro Braço do Ribeirão Heisse, Distrito de Aquidaban, município de Indaial; 14) Ribeirão do Padre, Distrito de Luis Alves, no município de Itajaí; 15) Riachinho, no município de Jaguaruna; 16) Bananal, Distrito de Pescaria Brava, no município da Laguna; 17) Canivete, Distrito Bela Vista, no município de Mafra; 18) Brusque do Sul, no município de Orleans; 19) Rio Pedro, Distrito S. João, no município de Porto União; 20) Ribeirão Grande, distrito de Taió, no município do Rio do Sul; 22) São Virgílio, Distrito de Rodeio, no município de Timbó; 23) Rio Santo Antônio, Distrito de Nova Beluna, no município de Urussanga. Art.2. As despesas com as escolas acima creadas correrão pelos cem contos (100:000\$000) da Verba numero 188 conforme discriminação que será feita pelo Departamento de Educação. Art. 3. Revogam-se as disposições em contrario – Palácio do Governo, 30 de janeiro de 1936. (ass.) Nerêu Ramos – Manuel Pedro da Silveira.

Por mais que as concepções ruralistas dominassem as publicações do impresso, havia uma voz que defendia uma visão diferente dentro deste embate urbano *versus* rural dentro da *Revista de Educação*, porém, suas ideias foram expostas na sessão chamada “Ponto de Vista” que aparece só nos números 3 e 6, sempre assinada por Miranda. – em que o próprio título sugere uma perspectiva que pode ser diferente daquela abraçada por uma maioria. Essa voz era de Adão Miranda que, sobre o assunto, escreve o seguinte:

A agricultura aí está a exigir estudos mais vastos e amplos para que ela se revéle, a outros que duvidam das nossas riquezas, uma das formidáveis estradas por onde devemos trilhar para conseguirmos gloriosos dias futuros para a nossa pátria! O Brasil – é frase corrente – é um país essencialmente agrícola. Mas onde a riqueza nêsse país essencialmente agrícola? (MIRANDA, 1936, n.6, p.5)

Não irei estender-me em considerações em torno da agricultura. Falarei, agora, sobre o ensino profissional. (...) Saiam profissionais diplomados pelo Brasil afora, aptos a exercerem cargos técnicos, e garanto que, dentro em pouco, estaremos com as nossas mais incógnitas riquezas exploradas. Por que não possuímos fábricas de automóveis? Por que o número de mecânicos é reduzidíssimo. Tenhamos mecânicos competentes e hão de aparecer milionários para instalar usinas, fábricas de automóveis, etc. Sejamos mais brasileiros: deixemos de lado o nosso pessimismo e sejamos propugnadores dessas idéias. (MIRANDA, 1936, n.6, p.5)

Adão Miranda, portanto, enxergava a urbanização – evocada quando fala das fábricas de automóveis – como algo benéfico, um ideal a ser alcançado. O que, de fato, não era a perspectiva recorrente na *Revista*. O trecho a seguir sobre a comemoração realizada em Florianópolis referente ao 25º Aniversário da Reorganização do Ensino em Santa Catarina mostra o que Emília Piazza, 3ª anista da Escola Normal Secundária do Colégio Coração de Jesus pensava sobre essa questão.

O que seria de nós brasileiros se a instrução só tivesse entrado nas grandes cidades? Muitos favorecidos pela deusa da fortuna haveriam de recorrer a tais cidades, mas nem todos poderiam abandonar suas moradas distantes. Felizmente houve quem cuidasse de tão importante assunto. Sim, muito devemos ao governador Vidal Ramos, que teve a idéia de escolher entre muitos, um homem de princípios tão nobres, como Orestes Guimarães. (PIAZZA, 1936, n.3, p.8)

Nele, ainda, atribui-se à reforma de 1911 o início desse movimento que pensava a educação rural. Porém, cabe salientar que, em trechos de discursos atribuídos ou assinados pelos membros do Departamento essa ideia aparece, por vezes, de forma contraditória. Quando Areão coloca que “o que falta a essa gente é a educação que as escolas passadas não soubéram dar” (1936, n.1, p. 6), considera que o novo é o que surge a partir das ações do

presente em que fala. O mesmo aparece na fala atribuída à Trindade que fala da precariedade do sistema, associando-a à necessidade do “movimento renovador” do qual, como diretor do Departamento, era o representante máximo.

A **Escola Tradicional** tão necessariamente argumentada e combatida pelo professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, fazendo destacar a precariedade do seu sistema, dando assim, realce à necessidade imperiosa desse grande **movimento renovador**, é mais um passo de glória dado pelo magistério catarinense. (CARDOSO, 1937, n.7, p. 3)

Parecia, portanto, haver todo um cuidado desses homens de construir a própria atuação como algo inovador e, de certo modo, heróico. Essa auto-atribuição era entendida por alguns dos professores presentes em suas nas palestras e reproduzida em seus relatórios (ou pelo menos, eram esses que tinham seus relatórios escolhidos para publicação, o que, de certa forma, alimentaria esse heroísmo). Mesmo assim, a figura de Orestes Guimarães e Vidal Ramos era sempre evocada, como aparece na fala de Antônio Lúcio.

Que cada mestre, na cidade ou na roça, onde quer que seja, tenha sempre presente no coração a figura de Orestes Guimarães. E cada criança, ao deixar a escola, seja um cidadão útil à Pátria, à sociedade, à família e a Deus, tendo como exemplo a seguir a figura justa e honesta, serena e réta de Vidal Ramos. (LÚCIO, 1936, n.3, p.4)

Voltando, porém, a Adão Miranda, em texto publicado no terceiro número da *Revista*, também na sessão *Ponto de Vista* ele também faz referência à questão do urbano e rural, atribuindo mais valor ao primeiro de onde, segundo ele, sairia a “mentalidade pensante da nação”.

Há, portanto, dadas as nossas condições regionais, a necessidade de duas escolas: **a escola popular – urbana ou rural** – destinada a ministrar um ensino elementar, prático, básico e indispensável a todos os brasileiros em idade escolar com o fim de preparar a máquina produtiva do país; **a escola moderna exclusivamente urbana**, aperfeiçoada nos processos pedagógicos, no aparelhamento e nas instalações, que se destina a elaborar a mentalidade pensante da Nação. (MIRANDA, 1936, n.3, p.10-11)

Em suma, porém, todos concordavam que popularizar a educação era possibilitá-la no campo. Mesmo Adão Miranda que não via o método da Escola Ativa como o ideal, partia da ideia de que a maior parte da população morar nas zonas rurais era a realidade daquele contexto, portanto, educá-la era crucial.

Deixando, por hora, a questão do ensino voltado para zonas rurais, um último elemento da leitura que se fez de Escola Nova pelo Departamento de Educação é que esta não

era desvinculada da religião, em especial, o catolicismo. Aliás, religião e catolicismo eram tratados como sinônimos. Por exemplo, o texto intitulado *Ensino Religioso* abordava, de fato, um conteúdo sobre os preceitos católicos.

A influência do catolicismo esteve marcadamente presente, também, na escrita de muitos dos colaboradores. João dos Santos Areão, por exemplo, no discurso que pronuncia quando paraninfo das normalistas da Escola Normal Primária de Brusque utiliza por diversas vezes referências e vocabulários religiosos, entre eles, o trecho destinado às recém formadas (autor mistura os tratamentos de gênero ao longo do texto): “Vós também sois apóstolos, ides pregar também a palavra de Jesus, formando consciências puras, caracteres sãos, almas repletas do bem, esperançosas.” (1937, n.7, p.8)

No texto, Areão também evidencia os pensadores nos quais as recém formadas deveriam se espelhar: “Para que vos torneis mais aptos, era mistér levardes a jornada encetada até ao fim, até o curso vocacional, de onde saíreis perfeitamente conhecedora da arte que deu nome a Pestalozzi, Fröbel, Payol, Montessori, Aguaio, Durkheim, Decroly e outros tantos pedagogos eméritos” (AREÃO, 1937, n.7, p.9).

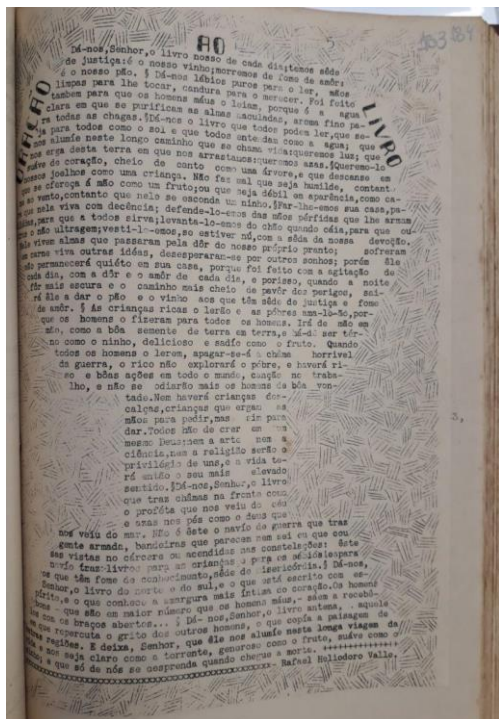
O caráter patriótico também se mistura ao religioso em trechos como: “Sobretudo, deveis velar sempre pelo nome da nossa Pátria, não só ensinando a língua que falamos, mas o seu espírito nacional que reúne os nossos feitos, nossas glórias e as tradições que são o apanágio de uma nação que se fortalece cada dia mais” (AREÃO, 1937, n.7, p.9).

Ainda, é possível exemplificar essa influência do vocabulário católico em textos que exaltam o papel dos professores, como é o caso dessa passagem escrita pelo inspetor Adriano Mosimann (1936, n.4/5, p. 3) “O que nos falta são homens que façam de sua vida um sacerdócio, um apostolado do bem. E para isso, não precisamos tanto *ensinar*, como *educar*” (grifos do autor). Ao mesmo tempo que esta influência estava exposta de forma evidente, houve momentos de negação da mesma por parte da redação da *Revista*. Isso se constatou em um elogio feito ao diretor do Grupo Escolar “Arquidiocesano São José”, Frei Evaristo Schürmann, no qual o autor não identificado que é porta voz da Revista escreveu: “*Revista de Educação* não tem nenhuma ligação com qualquer seita religiosa ou corrente política e por isso sente-se muito à vontade para prestar êste modêsto, mas justo e sincero preito ao seu querido sacerdote, Frei Evaristo” (1937, n.7, p. 20).

Outro ponto que pode ter a ver com esse esforço de amenizar formas ainda mais explícitas a influência católica é que, no mesmo número do periódico em que se divulgou a

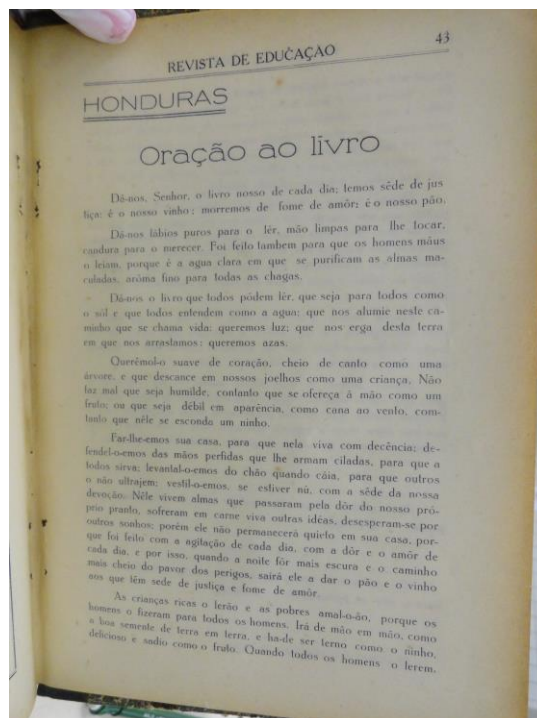
nota anterior, a “oração ao livro”⁶⁵, que no manuscrito era apresentada em forma de cálice, na Revista foi publicada no formato tradicional.

Figura 29: “Oração ao livro”



Fonte: Correspondências expedidas (1935-37), APESC.

Figura 30: Publicação de “Oração ao Livro” na R.E.



Fonte: Revista de Educação, 1937 n. 7.

2.2 Características pedagógicas da “Renovação do Ensino”: Projeto de um cotidiano escolar

O intuito deste tópico, que separa as características pedagógicas daquelas mais gerais, é de reunir as prescrições de práticas e condutas escolares presentes na *Revista de Educação*, tendo sempre em vista que elas também ajudam a compreender as leituras do movimento escolanovista em Santa Catarina. Essas prescrições, como se irá notar no decorrer deste ponto, reúnem os aspectos trazidos no tópico anterior.

De início é importante sublinhar que o discurso sobre a Escola Ativa – que, como se viu, ganhou preferência entre os sinônimos que definiam o movimento de renovação do

⁶⁵ Em nenhuma das versões se fez referência ao autor do texto, sabe-se porém, que foi escrito por Rafael Heliodoro Valle (1891-1959), escritor hondurenho que viveu também no México, o qual realizou estudos nos campos da história e da literatura.

ensino – era sempre construído em contraposição ao que se entendia por Escola Tradicional, esta última sempre vista de modo pejorativo, como aparece no artigo assinado por Krieger:

A escola tradicional obriga o aluno a ter uma disciplina exagerada. Impõe pelo terror, pelo castigo. A escola ativa impõe a disciplina pela ordem do trabalho. (...) A escola tradicional obriga o aluno a estudar. A escola ativa ajuda criança a **assimilar**” (KRIEGER, 1936, n.6, p.20) (Grifo meu)

O destaque da palavra “assimilar” foi feito em razão de esta ser uma palavra que se repetiu por diversas vezes nos diversos discursos sobre a diferença entre Escola Ativa e Escola Tradicional, sempre contrapondo a palavra “estudar” ou “aprender”. O mesmo se encontra no relatório de Olivet:

Referindo-se à escola tradicional, o professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade disse-nos o seguinte: “Mente a escola atual dizendo que prepara o aluno para a vida. Aluno preparado para a vida é o aluno que deixa os bancos escolares integralmente educado: o aluno que recebeu na escola uma educação completa – corpo e alma. (...) A escola tradicional, a escola do “aprender, não dá ao aluno tal educação. Transmite às crianças uma infinidade de noções que não são por elas devidamente **assimiladas**: costuma tratá-las como se fossem seres inertes e passivos e coloca o aluno num ambiente todo artificial. (OLIVET, 1936, n.4/5, p.15)

A Escola Tradicional, portanto, era considerada como algo descolado da realidade dos estudantes que, por isso, ficariam apáticos frente ao conhecimento ao qual era exposto. O que também se observa na paráfrase que Olivet faz de Trindade é que o diretor do Departamento de Educação usa o termo “escola atual” para se referir ao ensino tradicional. Isso iria de encontro à ideia de continuidade com a obra de Orestes Guimarães que tanto as autoridades do ensino prezavam por construir nas páginas da *Revista*. Quando Trindade critica a “escola atual”, novamente, coloca as ideias que defende como algo novo naquele espaço. A carta-relatório da professora provisória de Itajaí, Augusta Dutra de Souza, mostra o deslumbre com a novidade.

O apêlo à **escola ativa** despertou-me de um sono profundo em que repousava há 17 anos e meio. Acordada comecei a compreender que era mesmo um sonho, uma ilusão, tanto esforço e tão pouco proveito. O certo é que os alunos que hoje se vêm ausentes da escola, sem ter os pais nem mestres por guia, não têm coragem para viver e lutar contra as dificuldades da vida. (SOUZA, 1937, n.7, p. 16)

Ainda assim, por vezes se atribuiu à Orestes Guimarães a vanguarda desse movimento no Estado, como mostra o discurso de Antônio Lúcio durante o evento de comemoração do 25º aniversário da Reorganização do Ensino em Santa Catarina.

(A instrução) ministrada até então (1911), era moldada em **programas tradicionais**, e, em escolas alojadas em salas que contrariavam todas as leis da pedagogia, carecendo de uma transformação radical que viesse enquadrá-la nos moldes que as **necessidades sociológicas** estavam a determinar. Apenas uma ou outra (unidade da Federação) ia se distanciando, com a introdução de **novos métodos** e instalações pedagógicas, distinguindo-se S. Paulo como vanguardeiro que sempre fôra do progresso brasileiro. (LÚCIO, 1936, n.2, p. 1)

Quando Lúcio escreve sobre as “necessidades sociológicas”, entende-se que está se referindo à questão do movimento de pessoas da área rural para as cidades, à presença de imigrantes, bem como à visão de que o “povo” deveria ser educado para o trabalho no contexto em que se encontrava, ou seja, na terra. Ainda quando coloca que “a um quarto de século, a instrução primária ministrada no Brasil, em geral, era ainda a oriunda de uma escola tradicionalista, na qual mais se visava a alfabetização, sem levar em conta os demais fatores pedagógicos, psicológicos e sociais” (LÚCIO, 1936, n.3, p.1) ele busca enaltecer e encorajar as novas condutas pedagógicas.

Entre elas, havia a ênfase em um ensino agradável, que evitasse o cansaço em sala de aula e promovesse a alegria entre os estudantes. A ideia era, nesse sentido, pareceu estar antes ligada à permanência das crianças na escola, do que na questão do aprendizado em si.

O ensino é ministrado de fôrma que o professor e aluno não se fatiguem. Aproveitando a todos os momentos idéias e perguntas, o professor, em despretençiosa paléstra, debaixo de uma disciplina suave, irá distribuindo as noções das matérias a ensinar, procurando conservar o espírito dos alunos em estado de alegria moderada, cheio de respeitoso amor e ávido saber. (MARCELINO, 1936, n.4/5, p.44)

Ainda, havia a preocupação de se adotar “métodos, programas e horários facilmente maleáveis” (KRIEGER, 1936, n.6, p.20), com os quais poderiam ser atendidas as condições próprias dos educandos. A isto, adiciona-se o fato de a palavra “estudar” ser utilizada, por diversas vezes, como algo pejorativo. O ensino tradicional, menciona Olivet (1936, n.4/5, p.15), “tem a preocupação exagerada com o que se supõe que a criança deve aprender. Obriga o aluno a estudar”. Portanto, “estudar” era visto com maçante, enquanto “assimilar”, como já mencionado, era entendido como a ação ideal, como algo que passasse a fazer parte do próprio sujeito possibilitando sua autonomia em sociedade. A intenção é que, fora da escola, os alunos não precisassem da ajuda de ninguém para resolver seus problemas.

“O professor Luiz S. B. da Trindade, dissertando sobre a escola tradicional, disse que a mesma é falha, porque tem só uma finalidade: <instruir>. Necessitamos de uma escola que dê à criança uma educação integral. A escola tradicional vicia o

aluno a resolver as questões mais difíceis só com o auxílio do professor, e quando um dia tal aluno se vê fora da escola, forçosamente terá que procurar qualquer pessoa, seja culta ou inculta, de caráter formado ou sem caráter para lhe dar opinião sobre o mais insignificante assunto.” (KRIEGER, 1936, n.6, p.19)

O estudo, aliás, era entendido como algo baseado em memorização, repetição e apatia diante das aulas. A isso se atribuí a insucesso dos bons estudantes na vida social.

A finalidade do mestre (na escola tradicional) é preparar alunos para o examen, sem cogitar das suas atividades, suas tendências, taxando de bom aluno aquele que sabe repetir os pontos ensinados, que não perturba as aulas com perguntas, que não dá demonstrações de curiosidade, que se conserva imóvel na sua carteira horas e horas. A escola tradicional atrofia a atividade da criança, proíbe-lhe indiretamente o raciocínio e forma os professores meros repetidores de uma exposição previamente escolhida e estudada. É devido ao mau método da escola atual que os alunos que terminam o seu curso com brilhantismo, fracassam na vida social. Citou-nos o professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade vários casos dessa natureza. (OLIVET, 1936, n.4/5, p.15)

Nessa perspectiva, ensinar a “ler, escrever e contar” não era o suficiente. Nas palavras de Marcelino (1936, n.4/5, p. 46) seria “muito errado querer o professor enfiar na cabeça do aluno tudo que contêm os livros, dando pontos a decorar ou fazendo dissertações sobre um ponto”, ao invés disso, o professor deveria “dar-lhes noções capazes de serem mais tarde o ponto de partida de estudos completos”. Novamente, entra em questão o incentivo ao que chamavam de “educação integral” que visava, segundo Mosimann (1936, n.4/5, p. 3) “desenvolver, harmonicamente, todas as capacidades da criança (...) corpo, o espírito, a vontade e os bons sentimentos”.

O modo defendido como ideal para que esse objetivo fosse alcançado era um ensino baseado em experiências, vivências, algo que permitisse que os estudantes compreendessem noções de diversas matérias concomitantemente. Dizia-se que “as impressões da criança são globais; ela percebe o todo e não as partes” (OLIVET, 1936, n.4/5, p.16), argumento esse que era utilizado para incentivar que as disciplinas não fossem delimitadas, e sim que fossem pensadas em conjunto, nas “aulas globais”. A ideia desse método era que se passasse de um assunto a outro sem que a criança percebesse, para tanto era fundamental que houvessem os “centros de interesse” como os Clubes Agrícolas e as excursões escolares que serviriam como estímulo a esse modo de ensinar.

O professor, nessa concepção, teria que “orientar, guiar o aluno” (KRIEGER, 1936, n.6, p.20), de modo que na escola ativa, escreveu Krieger, “a responsabilidade do professor é maior, pois o professor precisa ler, estudar as tendências das crianças, guiando-as, animando-

as, estimulando-as” (KRIEGER, 1936, n.6, p.20). O ensino, portanto, seria feito a partir de “oportunidades”, ou seja, de situações (ou questionamentos) criadas pelos alunos e identificadas pelos professores, como coloca Marcelino.

O professor é orientador. Tudo partirá do aluno: até a própria definição. E assim ele ensinará as matérias do Programa. Aproveitará uma oportunidade que lhe dará a criança para fazer a passagem de uma matéria para outra, continuando na sala de aula a mesma alegria e a mesma disposição para o trabalho. (MARCELINO, 1936, n.4/5, p.44)

A mesma ideia se repete no texto de Olivet, o qual coloca que “dentro de um plano de aula global póde o professor dar todas as matérias do programa. Na escola ativa não são os programas círculos de ferro como na antiga, são maleáveis. É, porê, na escola ativa muito maior a responsabilidade do mestre” (OLIVET, 1936, n.4/5, p.17). Percebe-se que os textos são muito parecidos e que se utilizam das mesmas expressões. Como eles se tratavam de relatórios das palestras de Trindade, é possível identificar essas repetições como ressonâncias do discurso do diretor do Departamento de Educação nos argumentos dos professores.

Além das diretrizes sobre como deveriam ser as “aulas globais” e a “escola ativa”, o papel do professor era tópico frequente nos relatórios divulgados. Olivet é quem dedica o maior número de linhas às suas conclusões acerca das características que deveriam ter os “mestres”.

O seu preparo tem de ser muito maior em todas as disciplinas, porque a todo instante pode ser interrogado pelos alunos. Não deve o professor deixar sem resposta uma única pergunta feita por aluno, para que o aluno não perca o entusiasmo, não se aborreça, mas continue desenvolvendo sua atividade. O professor na escola nova torna-se aluno, porque aprende da criança o que deve ensinar. É ele o aluno mais velho. (OLIVET, 1936, n.4/5, p.17)

Na escola ativa (ou Nova, já que eram entendidas como sinônimos), escreve ainda, “na maioria dos casos os mestres assumem o papel de suggestionadores, orientadores e coordenadores inteligentes, solícitos e afetuosos das tendências das crianças” (OLIVET, 1936, n.4/5, p.17). Porém, o autor também se atém à questão da relação de poder em sala de aula enfatizando que, embora “afetuosos das tendências das crianças”, os professores não perderiam sua autoridade, já que, “mais do que na escola antiga, guarda o mestre o seu prestígio, pois é a êle que recorrem todos os alunos quando as dúvidas se tornam insolúveis para a capacidade da classe” (OLIVET, 1936, n.4/5, p.17)

Outra característica enfatizada acerca da “escola ativa” era a “individualidade do aluno”. Esta era por vezes atrelada aos sujeito, por outras, ligada à própria condição de criança, e, ainda, aparece conectada ao grupo de origem dos estudantes.

Se é certo que a pedagogia aconselha que, no tratamento das crianças, o professor tenha em vista a idiocrasia – **temperamento individual** – e a idiosincrasia – temperamento em relação ao meio em que vive o indivíduo: - se a educação é mais aparente do que real, é evidente que os processos pedagógicos a empregar devem subordinar-se às particularidades dos alunos. Daí a necessidade de não se poder, por exemplo, tratar do mesmo modo, **alunos lusos e teutos**. (...) Cumpre completar a educação de cada um desses grupos dando (para usar linguagem clara) *a cada um o que lhe falta*. (MOSIMANN, 1936, n.4/5, p. 6) (grifo do autor)

A criança é simplesmente o indivíduo cujo amadurecimento a escola vai realizar; cuja superfície vai ser aprofundada: e cuja acanhada experiência vai ser ampliada. **A criança é o ponto de partida, o centro e o fim**. Qualquer estudo deve subordinar ao crescimento natural do educando. O papel do aluno é receber e aceitar dentro de um interesse espontâneo e vivo, criado, ambientado e orientado pelo mestre. (CARDOSO, 1937, n.7, p. 3) (Grifos meus)

Em resumo, para que haja plena eficiência no trabalho infantil, é necessário que a criança esteja entregue à sua própria atividade espontânea. O mestre determinará o ambiente, o meio necessário à criança de modo a dirigir indiretamente a sua atividade mental. As condições do trabalho devem ser tais que o aprendizado, pela própria atividade, se oriente inevitavelmente naquela direção para o seu desenvolvimento. O problema a realizar é puramente da criança, são as suas capacidades que têm de ser desenvolvidas, exercitadas e realizadas dentro de um mundo incontestavelmente infantil. (CARDOSO, 1937, n.7, p. 4)

As palavras “receber e aceitar” situadas em um dos trechos transcritos mostram a permanência da idéia de exposição e transferência de conhecimento, no sentido de algo que é passível de ser recebido e aceito, mesmo que a idéia de “ativo” ou de “trabalho” pressuponha a construção de saberes, sendo o professor um orientador. Isso mostra certa confusão entre a teoria e a prática, fruto de algo enraizado e atrelado à idéia de escola tradicional que era, justamente, o alvo das críticas.

Além disso, enfatiza-se a questão da atenção que deveria ser dada ao interesse espontâneo dos alunos. Quando, por exemplo, Cardoso (1937, n.7, p. 3) coloca que “para que a criança possa assimilar de uma maneira satisfatória o que lhe for apresentado, faz-se mistér que as passem das palavras aos atos, do verbalismo condenável à concretização germinada num meio de vivo interesse”, assume-se que, em sua concepção, este interesse não estava ligado às atividades intelectuais de ler e escrever, mas ao que era palpável e observável. Sobre observar para assimilar, ainda escreve Olivet:

Na escola nova o mestre oferecerá aos alunos, insensivelmente, fontes de observação aproveitando as tendências espontâneas, ensinando o que eles podem assimilar. É observando que os alunos relacionam as cousas e raciocinam. “Observar é mais do que perceber”. A criança assimilará muito mais depressa o que lhe causa interesse. Despertar, pois, o interesse e o gosto da criança pelo que a cerca, e pelo que deve aprender é uma obrigação do mestre da escola ativa. (OLIVET, 1936, n.4/5, p.16)

Para tanto, a realidade dos estudantes deveria ser considerada o que, novamente, remetia ao mundo rural do qual a maioria das crianças fazia parte. “As crianças não devem aprender só nos livros. As ferramentas da lavoura são indispensáveis”, escreveu Marcelino (1936, n.4/5, p. 46). Também Areão colocou que

Está nos homens do presente, na boa orientação dos nossos governantes, o preparo do nosso professorado corrigir as falhas que apontamos. De que maneira? Incluindo em todos os programas de ensino os conhecimentos da agricultura; distribuindo livros com linguagem popular onde o professor possa aprender o que deve ensinar; anexando a cada escola uma faixa de terra para a prática dos alunos; distribuindo sementes e mudas a cada escola de acordo com a região; fornecendo quadros sugestivos das nossas produções; mantendo técnicos para as aulas mais necessárias; estando em constante correspondência com as várias zonas e estabelecendo comemorações que obriguem aos professores mostrar o fruto do seu trabalho. (AREÃO, 1936, n.1, p. 6)

Portanto, embora seja possível enumerar e refletir sobre essas características isoladamente, percebe-se que elas faziam parte de um todo, imbricando-se umas as outras, justificando umas as outras. Ações como o incentivo aos Clubes Agrícolas, por exemplo, estiveram ligadas tanto ao viés ruralista, quanto ao ensino ativo que, por sua vez, servia de aporte para aquilo que chamavam “ensino integral” do povo que se queria educar aos moldes de uma pátria imaginada.

2.3 Reflexões sobre o tempo presente: “Não existe novidade mais velha que a da escola nova”

Na *Revista de Educação*, como apontado nos tópicos anteriores, constatou-se que uma série de ações ligadas ao ideal reformador foram expostas e encorajadas, bem como determinados termos, tais como “Escola Ativa” foram utilizados com maior frequência que outros. Mapear essas ações se mostrou um caminho para expor e analisar as nuances que envolveram o pensamento pedagógico naquele contexto à luz das referências de seu próprio tempo. Entre elas, o que se mostrou norteador da concepção do grupo de intelectuais que esteve à frente do ensino em Santa Catarina foi a forte influência da tendência ruralista.

Quando Reinhart Koselleck (1992, p. 136) escreve que “todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível”, entende-se que um conceito é moldado, mas também molda a sociedade que o utiliza. Nesse sentido, é possível traçar um paralelo entre alguns conceitos pensados no início do século passado e esses mesmos conceitos pensados hoje, como foram compreendidos na década de 1930 e como são compreendidos atualmente.

O discurso sobre Escola Ativa, por exemplo, é muito semelhante ao que é apresentado por escolas alternativas hoje. Ele é veiculado não só nos sites e anúncios dessas instituições, como em documentários focados na questão do ensino. Entre eles, pode-se citar *A Educação Proibida* (2012) que foi construído a partir de 90 entrevistas, feitas em oito países, com educadores engajados em experiências educativas fora dos padrões considerados tradicionais. Assim como na *Revista de Educação*, a pedagogia que se incentiva é baseada em nomes como Montessori, Pestalozzi e Freinet o que mostra que, décadas – ou mais de um século depois – as ideias ligadas a esses intelectuais são consideradas vanguarda.

O professor deve ser um orientador, um guia. As crianças aprendem, efetivamente, fazendo. O ensino só é possível quando há um interesse genuíno da criança. O ensino não pode ser deslocado da realidade do aluno. Deve-se educar sujeitos que saibam exercer sua autonomia na vida adulta. As escolas devem incluir experiências interdisciplinares em seus currículos. Todas essas afirmações, ao longo de todos esses anos, aparecem como algo inovador, o que mostra que a fala de Trindade continua pertinente. Afinal, pode-se ainda dizer que “não existe novidade mais velha que a da Escola Nova”.

O que é possível pensar a partir do contexto atual e daquilo que foi analisado neste capítulo é que mesmas ações são feitas no mesmo espaço, em diferentes tempos, com finalidades completamente diversas. Se no Brasil, na década de 1930, um ideal de Escola Nova era utilizado para educar o “povo”, mantendo-o na escola, inserindo-o na lógica de normatização de valores e saberes; hoje muitas das ideias atribuídas ao movimento escolanovista são defendidas para incentivar o rompimento com aquilo que se encontra no ensino das massas.

O próprio estímulo ao aprendizado agrícola pode servir de exemplo a essa mudança. O discurso não gira mais em torno de manter as pessoas no campo, ensiná-las a trabalhar na terra por necessidade, profissão. Hoje, saber lidar com a terra é uma atividade encorajada como um meio de (re)conexão do ser com a natureza, uma alternativa ao consumo de alimentos industrializados, uma mudança de hábitos alimentares. Outra diferença é que o público que acaba sendo contemplado por essas escolas que buscam romper com o “ensino

tradicional” é o de elite. Afinal, geralmente, são instituições de ensino com mensalidades caras e número reduzido de alunos por turmas, salvo algumas ações isoladas que incluem, também, as escolas públicas. Neste contexto, lidar com a terra tornou-se um privilégio.

Muitos dos discursos que compõe as diversas noções de Escola Nova, portanto, viajam no tempo, percorrem diferentes sujeitos de diferentes gerações, estão presentes nas revistas, nos livros e mesmo nos suportes que em outros tempos seriam impensáveis. Eles são um passado presente. Mas ficam as questões: por que eles permanecem? Por que são “atuais” há tanto tempo? Ou, ainda, por que as condutas, pejorativamente, associadas à escola tradicional são tão difíceis de serem rompidas? Elas devem ser rompidas? Onde estaria o “erro”, afinal?

3 IDEIAS QUE COMPUSERAM A *REVISTA DE EDUCAÇÃO*: ESCRITOS QUE CIRCULARAM EM SANTA CATARINA NA DÉCADA DE 1930

No capítulo anterior foram apresentadas algumas das nuances que perpassaram o conceito de Escola Nova em Santa Catarina na década de 1930. Traçado pelos intelectuais que faziam parte do Departamento de Educação, esse conceito foi moldado a partir da leitura de escritos que circularam na época da publicação da *Revista de Educação*, de modo que nela é possível encontrar referências nesse sentido. O que segue neste capítulo é o mapeamento das menções feitas no periódico a autores exteriores a ele e a reflexão acerca da relação desses nomes com outras leituras que circulavam naquele contexto.

Para tanto, buscou-se o diálogo entre a *Revista de Educação* e outras fontes disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Foram elas as indicações de leitura feitas por Luiz Sanches Bezerra da Trindade em formato de ofício aos diretores escolares e as listas manuscritas de solicitações de livros para uma *Biblioteca Escolar* feitas, provavelmente, pelo Departamento de Educação para ser enviado a uma escola (ou mais). Todas essas listas foram encontradas entre os documentos relativos à Antônio Lúcio e Luiz Trindade⁶⁶. Quanto aos elementos da própria *Revista*, atentou-se aos nomes que foram citados em meio aos textos, aos artigos que foram transcritos de outros periódicos e às indicações de leituras encontradas em suas páginas.

Embora se compreenda que há diversas possibilidades de análise desse corpus documental, optou-se por uma visão menos focada nas especificidades de cada pensamento, autor ou título identificados, e mais voltada a conjecturar a circulação de ideias na década de 1930 em Santa Catarina. Isso, evidentemente, entre os sujeitos ligados à educação no Estado. Dessa forma, considera-se possível identificar as leituras que eram valorizadas, incentivadas ou apropriadas por esses sujeitos, bem como acessar aquilo que chegava (e de onde chegava) até eles. Para pensar essa circulação naquela conjuntura, portanto, algumas perguntas básicas foram feitas. A partir delas este capítulo se desenvolve.

⁶⁶ Correspondências expedidas entre os anos de 1935 e 1937, localizadas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

3.1 Como as ideias circulavam? Quais eram essas ideias? De onde vinham?

Por mais que não fossem o modo exclusivo de disseminação de ideias no início do século XX, os impressos eram os meios privilegiados de se ter acesso às informações naquele período. Fosse por meio de livros, revistas, jornais, muitos dos pensamentos moldados naqueles anos viajavam entre diferentes cidades, Estados e países. Viajar, aliás, pode ser o verbo que melhor dá a dimensão do que era a circulação desse material ao redor do globo.

Tânia de Luca em palestra⁶⁷ sobre seu estudo da imprensa em língua francesa produzida no Brasil mostra que não só muito do que era lido no país no fim do século XIX e início do XX era produzido por editoras européias e trazidos em navios até aqui (caso, por exemplo das revistas ilustradas), como o custo desse trabalho acabava sendo menor do que se fosse feito no Brasil. A historiadora, com essa fala, desconstrói a ideia de que as coisas (e, por coisas, entende-se livros, ideias, novidades, informações, etc.) chegavam com grande atraso em países como o Brasil, dimensionando a sincronicidade e a comunicação, pelo menos no que toca o tema dos impressos, estabelecida além mar.

A historiadora ainda mostra que nas décadas de 1920 e 1930 houve uma proliferação do mercado editorial brasileiro, algo que culminou em uma série de estratégias que visaram aumentar o público leitor. Isso não só acompanhou o movimento das políticas de expansão do ensino no Brasil, como possibilitou o aumento do prestígio de autores brasileiros, sobretudo daqueles ligados ao desenvolvimento dessa indústria, como foi o caso de Monteiro Lobato⁶⁸. Na esteira dessa expansão, professores e estudantes se tornaram peças chave do mercado consumidor, de modo que as leituras voltadas ao universo escolar passaram a ser carro chefe da indústria do livro.

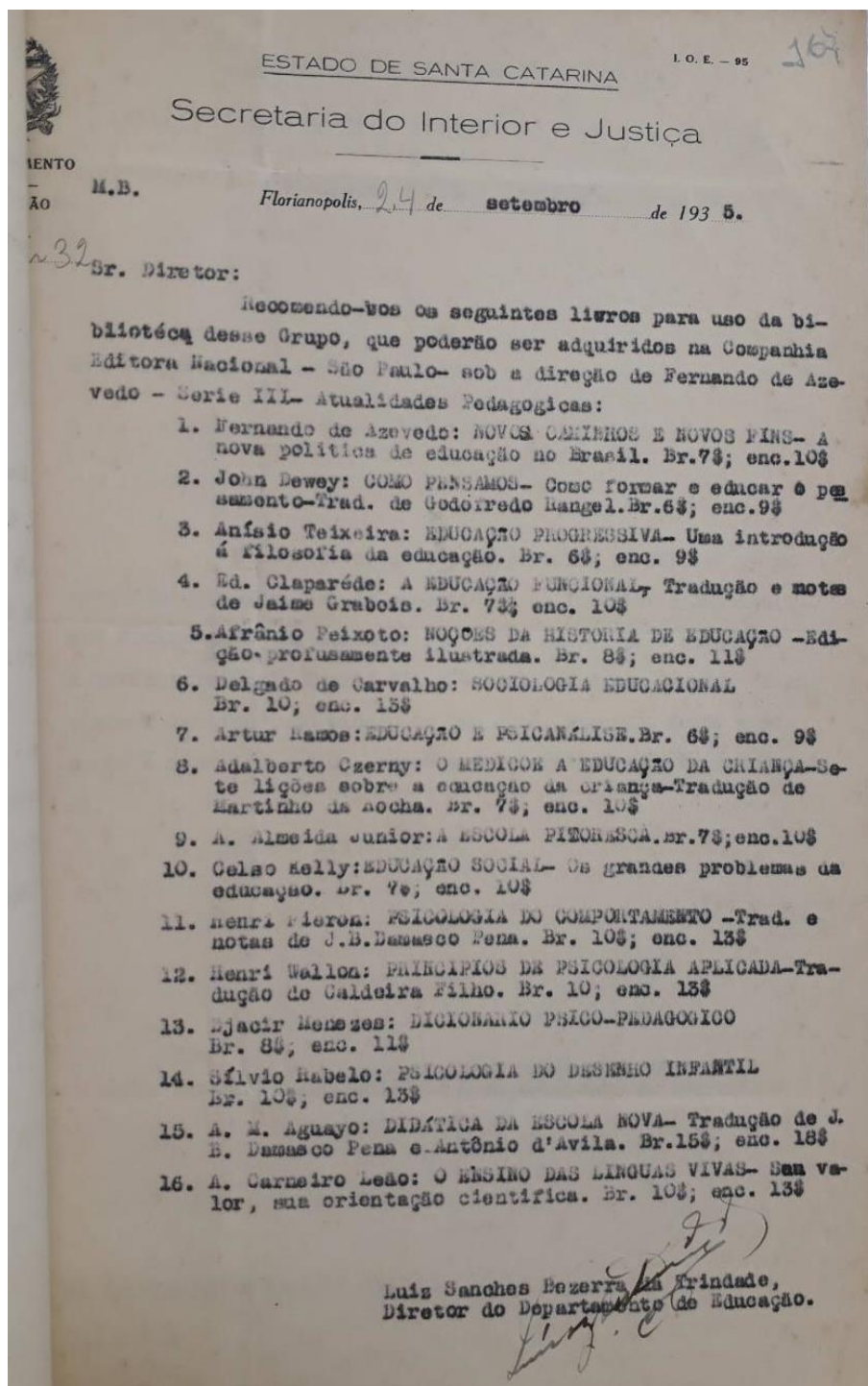
O surgimento da *Coleção Atualidades Pedagógicas* fez parte dessa lógica. Produzida pela Companhia Editora Nacional, referia-se a um conjunto de títulos voltados à formação de professores, a qual foi dirigida por Fernando Azevedo desde o ano de seu surgimento, 1931, até 1939⁶⁹. Este era ícone da Reforma do Ensino do, então, Distrito Federal e um dos redatores do Manifesto pela Educação Nova, sendo assim, figura símbolo da tendência de Escola Nova propagada naquele documento. Segundo Carvalho (2003) a *Atualidades Pedagógicas* tornou-se espaço de difusão das concepções educacionais do grupo de Azevedo sendo, assim, sinônimo de transformação e estratégia de intervenção do então diretor e seu

⁶⁷ A referida palestra aconteceu na Universidade do Estado de Santa Catarina, no ano de 2016.

⁶⁸ Sobre o papel e trajetória de Monteiro Lobato no mercado editorial brasileiro, ver DE LUCA, 1999. Quanto à expansão das editoras, sobretudo, durante a década de 1930, ver: DE LUCA, 2011.

⁶⁹ Sobre os percursos da *Coleção Atualidades Pedagógicas*, a qual durou até o ano de 1981, ver TOLEDO, 2001.

grupo “na luta pela imposição de determinadas representações no campo da cultura e da educação por meio da imposição de um modelo específico na formação docente” (CARVALHO, 2003). A lista de livros que o diretor do Departamento de Educação enviou como recomendação à Biblioteca de um Grupo Escolar (Figura 31), foi formada por parte dos títulos dessa coleção.

Figura 31: *Atualidades Pedagógicas* recomendada por Luís S. B. Da Trindade⁷⁰

Fonte: Correspondências Expedidas (1935-1937), APESC.

⁷⁰ A escolha por apresentar a imagem do documento original se deve à importância do acesso por parte dos leitores à materialidade da lista. Como se pode observar, tratava-se de um documento oficial, com cabeçalho específico e datilografado. Apresenta, ainda, a assinatura do, então Diretor do Departamento de Educação, Luís Sanches Bezerra da Trindade.

Quadro 4: Transcrição das Recomendações de Trindade, com destaque às traduções de títulos estrangeiros

Secretaria do Interior e Justiça

Florianópolis, 24 de setembro de 1935.

Sr. Diretor:

Recomendo-vos os seguintes livros para uso da biblioteca desse Grupo, que poderão ser adquiridos na Companhia Editora Nacional – São Paulo – sob a direção de Fernando de Azevedo – Serie III – Atualidades Pedagógicas:

1. Fernando de Azevedo: NOVOS CAMINHOS E NOVOS FINS – A nova política de educação no Brasil. Br. 7\$; enc. 10\$
2. John Dewey: COMO PENSAMOS – Como formar e educar o pensamento – Trad. de Godofredo Rangel. Br. 6\$; enc. 9\$
3. Anísio Teixeira: EDUCAÇÃO PROGRESSIVA – Uma introdução à filosofia da educação. Br. 6\$; enc. 9\$
4. Ed. Claparède: A EDUCAÇÃO FUNCIONAL – Trad. e notas de Jaime Graboys. Br. 7\$; enc. 10\$
5. Afrânio Peixoto: NOÇÕES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – Edição profusamente ilustrada. Br. 8\$; enc. 11\$
6. Delgado de Carvalho: SOCIOLOGIA EDUCACIONAL. Br. 10\$; enc. 13\$
7. Artur Ramos: EDUCAÇÃO E PSICANÁLISE. Br. 6\$; enc. 9\$
8. Adalberto Czerny: O MÉDICO E A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA – Sete lições sobre a educação da criança – Tradução de Martinho da Rocha. Br. 7\$; enc. 10\$
9. A. Almeida Junior: A ESCOLA PITORESCA – Br. 7\$; enc. 10\$
10. Celso Kelly: EDUCAÇÃO SOCIAL – Os grandes problemas da educação. Br. 7\$; enc. 10\$
11. Henri Pieron: PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO – Trad. e notas de J. B. Damasco Pena. Br. 10\$; enc. 13\$
12. Henri Wallon: PRINCÍPIOS DE PSICOLOGIA APLICADA – Tradução de Caldeira Filho. Br. 10\$; enc. 13\$
13. Djacir Menezes: DICIONÁRIO PSICO-PEDAGÓGICO – Br. 8\$; enc. 11\$
14. Sílvia Rabelo: PSICOLOGIA DO DESENHO INFANTIL - Br. 10\$; enc. 13\$
15. A. M. Aguayo: DIDÁTICA DA ESCOLA NOVA – Tradução de J. B. Damasco Pena e Antônio D'Ávila. Br. 15\$; enc. 18\$
16. A. Carneiro Leão: O ENSINO DAS LÍNGUAS VIVAS – Seu valor, sua orientação científica. Br. 10\$; enc. 13\$

Luis Bezerra da Trindade

Diretor do Departamento de Educação

Fonte: Correspondências Expedidas (1935-1937), APESC.

No caso específico da coleção *Atualidades Pedagógicas*, pode-se dizer que sua forma escrita apresentou contornos rígidos e “científicos”. Também, no campo pedagógico, priorizou-se as temáticas tratadas por nomes ligados à renovação do ensino brasileiro (como o próprio Azevedo, Anísio Teixeira e Afrânio Peixoto), e de fora do país (como Dewey, Wallon e Aguayo). Nos títulos dos livros indicados a escolha pelo viés da renovação e cientificidade fica evidente, já que neles aparecem palavras que se referem ao “novo”, ao “progresso”, ao que pode ser “aplicado”. A presença da psicologia atrelada aos assuntos do ensino pode, também, ser sublinhada, de modo que 6 dos 10 títulos são formados por palavras que pertencem a esse campo de estudo.

De acordo com Carvalho e Toledo (2006, p.5), na *Atualidades Pedagógicas* houve uma complementaridade entre as traduções e os textos de autores brasileiros em relação às temáticas, de modo que os problemas da educação colocados em discussão pelos nomes de importância internacional passavam a ser discutidos em pé de igualdade pelos educadores nacionais. Nas recomendações de Trindade é possível perceber esse aspecto. Das listas aqui analisadas, esta foi a única a apresentar certo equilíbrio entre os livros de autoria nacional e estrangeira. Dos 16 títulos sugeridos, 9 são de autores brasileiros e 7 são de autores de outros países⁷¹.

Ainda quanto à articulação das referências do debate internacional com a as do debate nacional, pode-se observar no documento o exemplo de complementaridade apontado pelas autoras citadas (2006): o livro *Como Pensamos*, de John Dewey foi seguido por *Educação Progressiva*, de Anísio Teixeira, o qual retoma as discussões abordadas pelo autor estadunidense sob uma perspectiva brasileira. O diretor da coleção, portanto, permitia que os leitores entrassem em contato com as bases do escolanovismo a partir de textos tomados como de referência. Na lista de Trindade esta ordem de complementaridade não foi alterada.

Toledo e Carvalho (2006), que em suas pesquisas priorizaram os aspectos que entrelaçam os elementos editoriais e políticos contidos na *Coleção*, entendem que as coleções voltadas para professores podem ser lidas como um tipo especial de impresso que carrega em sua materialidade uma dupla estratégia de intervenção cultural. Uma delas no campo da pedagogia “por meio da seleção e adaptação do conjunto de textos e autores que deve compor o programa específico”, outra no campo editorial que, “por meio da reorganização dos textos, para a ampliação do mercado, faz circular a representação do professor-leitor, objetivada pelo editor, e das práticas de leituras específicas adequadas a ele” (CARVALHO, TOLEDO, 2006,

⁷¹ Os títulos estrangeiros foram destacados no quadro 4, no qual as recomendações de Trindade foram transcritas.

p.1-2). Pode-se dizer, portanto, que o modelo de prática de leitura que a Companhia Editora Nacional buscou implementar alcançou, também, o público de educadores catarinenses.

Tais indicações, quando pensadas em conjunto com as temáticas que foram abordadas pela *Revista de Educação*, mostram o esforço por parte dos dirigentes do Departamento de Educação de Santa Catarina de inserir os professores do Estado nas discussões sobre o ensino renovado, ao mesmo tempo dando subsídios teóricos (por meio das indicações de títulos) e evidenciando suas leituras (por meio do periódico ou das Semanas Educacionais). A *Revista*, portanto, não era uma estratégia isolada nesse sentido.

Cabe, porém, assinalar que o fato de o documento com as indicações ter sido assinado por Trindade, não significa a total consonância das ideias do diretor do DE com aquelas veiculadas na *Coleção* atribuídas à Fernando de Azevedo. Como já mencionado a religião não estava dissociada do ideal de Escola Nova propagado pela *Revista de Educação*, algo que não era endossado pelo editor da *Atualidades Pedagógicas*. Este último, aliás, no final da década de 1930 perderia o cargo na editora justamente às custas da divergência com setores da igreja ligados ao ensino, algo que marcaria o que se convencionou chamar de disputa entre “pioneiros” e “católicos”⁷².

Como a ideia de ensino renovado propagado pela *Coleção*, em alguns pontos, diverge daquele encontrado na *Revista*, sobretudo no que se refere à religião atrelada ao ensino, pode-se supor que as indicações feitas por Trindade eram, também, uma estratégia para se aproximar da editora que mais investia em publicidade no periódico educacional catarinense. É importante destacar que Trindade possa não ter, necessariamente, lido os títulos que recomenda. Também que a lista, apesar de ter sido assinada pelo diretor do Departamento de Educação provavelmente não foi datilografada por ele, já que há erro na grafia de seu nome (no documento está escrito Luis ao invés Luiz, como seria o correto).

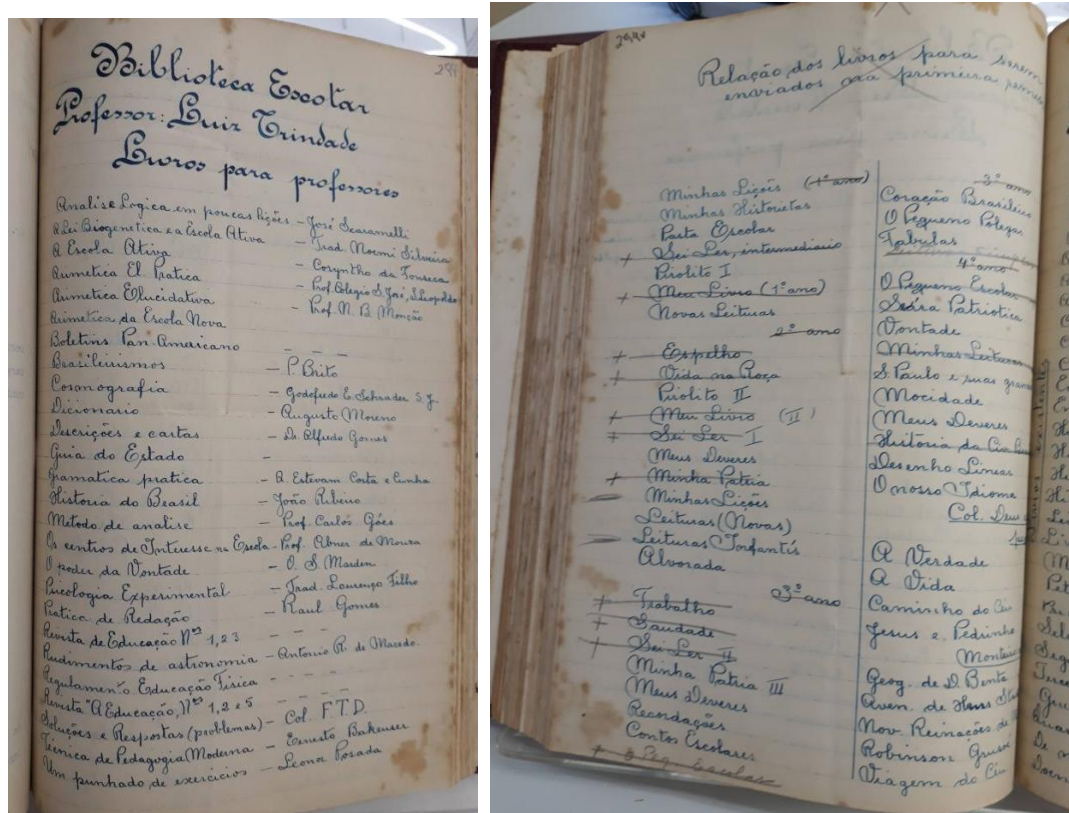
Além da questão religiosa, pode-se citar como ponto que distância a leitura de Escola Nova propagada pela *Revista de Educação* daquela veiculada pela *Coleção* a questão do ruralismo pedagógico. Este tópico não aparece entre as indicações de livros mencionada, o que difere das demais listas de títulos analisadas. Nas listas de livro para uma Biblioteca

⁷² Apesar de mencionar aqui a disputa entre “pioneiros” e “católicos”, compreende-se que as fronteiras que separavam esses e outros grupos associados às diferentes tendências de Escola Nova estiveram repletas de permeabilidades. Algumas delas é possível vislumbrar na tese de Maristela da Rosa (2017), quem dedicou seu estudo às concepções de Escola Nova veiculadas por Everardo Backheuser, o qual defendia uma pedagogia “católica” e, também, “científica”. O nome de Backheuser, aliás, é recorrente nas listas de leitura aqui analisadas.

Escolar⁷³ (Figura 32, Quadros 5, 6, 7, 8) tanto há leituras voltadas ao contexto rural (como algumas das histórias de Monteiro Lobato ou *Vida na Roça*), quanto à questão religiosa (como os livros *A Verdade* ou *Caminho do Céu*).

Quando comparadas, ainda, as listas para a Biblioteca com a lista de Trindade, verifica-se outra diferença: a preferência das primeiras pela por autores nacionais. Na lista “Biblioteca Escolar – Livros para professores” (Quadro 5), destacou-se a presença de 26 títulos, sendo 23 deles brasileiros e apenas 4 estrangeiros.

Figura 32: Relações de livros para uma Biblioteca Escolar (Livros para professores)



Fonte: Correspondências Expedidas (1935-1937), APESC.

Quadro 5: Transcrição da lista: Biblioteca Escolar – Livros para professores (com destaque para os títulos estrangeiros)

Biblioteca Escolar Professor: Luiz Trindade

Livros para professores

Análise Lógica em poucas lições – José Scaramelli

⁷³ As listas expostas lado a lado correspondem à frente e ao verso de uma única página. Também, optou-se por apresentá-las neste trabalho na mesma ordem em que foram encontradas no arquivo: primeiro a lista de livros para professores, depois a lista de livros para alunos.

A Lei Biogenética e a Escola Ativa – Trad. Noemi Silveira

A Escola Ativa – Coryntho da Fonseca

Aritmetica El. Prática – Prof. Colégio S. José; S. Leopoldo

Aritmetica Elucidativa – Prof. N. B. Monção

Aritmetica da Escola Nova –

Boletins Pan-Americano –

Brasileirismos – P. Brito

Cosmografia – Godofredo E. Schrader S.J

Dicionário – Augusto Moreno

Discrições e cartas – Dr. Alfredo Gomes

Guia do Estado –

Gramática Prática – A. Estevam Costa e Cunha

História do Brasil – João Ribeiro

Método de análise – Prof. Carlos Góes

Os centros de interesse na Escola – Prof. Abner de Moura

O poder da vontade – O. S. Marden**Psicologia Experimental – Trad. Lourenço Filho**

Prática de Redação – Raul Gomes

Revista de Educação nºs 1, 2, 3 –

Rudimentos de Astronomia – Antônio R. de Macedo

Regulamento Educação Física –

Revista “A Educação”, nºs 1, 2 e 5 –

Soluções e Respostas (problemas) – Col. F.T.D.

Técnica de Pedagogia Moderna – Ernesto Bakeuser

Um punhado de exercícios – Leonor Posada

Fonte: Correspondências Expedidas (1935-1937), APESC.

Os livros estrangeiros destacados na lista “Biblioteca Escolar – Livros para professores” (Quadro 5) são, respectivamente, *A Lei Biogenética e a Escola Ativa*⁷⁴, do suíço Adolphe Ferrière; *Dicionário*, do português Augusto Moreno; *O poder da vontade*⁷⁵, do

⁷⁴ O livro *A Lei Biogenética e a Escola Ativa* foi escrito pelo do suíço Adolphe Ferrière (não foi encontrada a data de lançamento), e teve sua primeira edição brasileira lançada em 1929 pela Ed. Companhia Melhoramentos.

⁷⁵ A primeira versão em língua portuguesa de *O Poder da Vontade*, de O. S. Marden foi editada em Portugal no ano de 1918, pela Editora Porto.

estadunidense Orison Swett Marden e *Psicologia Experimental*⁷⁶, do francês Édouard Claparède. Em dois destes livros o nome do autor foi omitido, optando-se por apresentar o nome dos tradutores. É esse o caso de *A Lei Biogenética e a Escola Ativa*, traduzido por Noemi Silveira e *Psicologia Experimental*, traduzido por Lourenço Filho. É possível que essa troca tenha sido feita em razão das estratégias desempenhadas pelas próprias editoras que, muitas vezes, destacavam o nome dos tradutores nas capas dos volumes estrangeiros, ao mesmo tempo utilizando e aumentando o prestígio desses sujeitos. Também, valendo-se dessa estratégia era possível relacionar os nomes associados nacionalmente a determinado assunto (no caso, a Escola Nova) à temática do livro.

Quadro 6: Transcrição da relação de livros para serem enviados na primeira remessa – para professores (com destaque para os títulos estrangeiros)⁷⁷

Relação de livros para serem enviados na primeira remessa	
1º ano	
Minhas lições	Pirolito I
Minhas Historietas	Meu Livro (1º ano)
Pasta Escolar	Novas leituras
Sei ler, intermediário	
2º ano	
Espelho	Minha Pátria
Vida na Roça	Minhas lições
Pirolito II	Leituras (Novas)
Meu Livro (II)	Leituras Infantis
Sei ler	Alvorada
Meus deveres	
3º ano	
Trabalho	Contos Escolares
Saudade	O Pequeno Escolar

⁷⁶ A primeira versão brasileira de *Psicologia Experimental* foi feita em 1924, pela Editora Melhoramentos, SP. A tradução, primeira de Claparède no Brasil, foi feita por Lourenço Filho.

⁷⁷ Nas transcrições de documentos não foram sinalizados os erros de ortografia ou as interferências (rasuras, riscos, destaques em diferentes cores). Entende-se a importância dessas marcas de escrita na perspectiva da História Cultural, contudo, optou-se por não ampliar esta análise no caso dos documentos manuscritos.

Sei ler II	Coração Brasileiro
Minha Pátria III	<u>O pequeno Polegar</u>
Meus Deveres	Fábulas
Recordações	
4º ano	
O pequeno Escolar	<u>Col. Deus (?)</u>
Seára Patriótica	A verdade
Vontade\Minhas Leituras	A vida
S.Paulo e suas gran (?)	Caminho do Céu
Mocidade	Jesus e Pedrinho
Meus Deveres	<u>Monteiro Lobato</u>
História da Civilização	Geog. de Dona Benta
Desenho Linear	Aven. de Hans Staden
O nosso idioma	Nov. Reinações de (?)
	<u>Robinson Crusoe</u>
	Viagem do Céu

Fonte: Correspondências Expedidas (1935-1937), APESC.

Quanto à lista “Relação de livros para serem enviados na primeira remessa – para professores” há, ainda, uma mistura de títulos da literatura infantil com livros de exercícios para os estudantes. Dois livros estrangeiros (*O Pequeno Polegar* e *Robinson Crusoe*) aparecem entre os 46 títulos. Há a indicação de uma coleção dedicada à temática religiosa e, também, um apanhado de livros de autoria ou tradução de Lobato.

Quadro 7: Transcrição da lista: Biblioteca Escolar – Livros para alunos (com destaque para os títulos estrangeiros)

Biblioteca Escolar Professor: Luiz Trindade
Livros para alunos
Biblioteca Escolar Professor: Luiz Trindade
Livros para alunos
Alma Brasileira – Assis Cintra
Aritmetica da Emília – Monteiro Lobato
<u>Alice no país das Maravilhas – Trad. Monteiro Lobato</u>

Alimentação e Saúde – Dr. Seb. Barroso

Alimentação e Alimentos – Dr. Seb. Barroso

A Casa e a Saúde – Dr. Seb. Barroso

Contos Pátrios – Olavo Bilac e Coelho Netto

Corações de crianças – Rita de M. Barreto

Carlos Gomes – Ítala Gomes

Educação Moral e Cívica – Hilário Ribeiro

Emília no país da Gramática – Monteiro Lobato

Historias Brasileiras – Ticho Brahe

História do Brasil – Viriato Corrêa

História das Invenções – Monteiro Lobato

História do Mundo – Monteiro Lobato

Leituras Intermediárias – Faria de Sousa

Livro de Fábulas – Baltazar Pereira

Meu Torrão – Viriato Corrêa

Peter Pan – Monteiro Lobato

Primeiro Livro de Leitura – Prof. Escola S. José, Petrópolis

Seleta da Infância – Brant Horta

Segundo Livro de Leitura – Hilário Ribeiro

Terceiro Livro de Leitura – Hilário Ribeiro

Guerra de Lopes – Gustavo Barroso

Quarto Livro de Leitura – Prof. Escola S. José, Petrópolis

De meninas para meninas – Noêmia Carneiro

Doenças da Alimentação – Dr. Seb. Barroso

Fonte: Correspondências Expedidas (1935-1937), APESC.

Na lista de livros “Biblioteca Escolar – Livros para alunos”⁷⁸ (Quadro 7), novamente há predominância dos títulos nacionais. As exceções são *Alice no País das Maravilhas*, do britânico Lewis Carroll e *Peter Pan*, do escocês James Matthew Barrie. Ambos tiveram suas

⁷⁸ As características materiais dessa lista coincide com aquela da lista “Biblioteca Escolar – Livros para professores”, apresentada anteriormente. Também é manuscrita em folha pautada e tem seu título em letra cursiva e estilizada. Além disso, em seu verso, encontra-se uma lista intitulada “Relação de livros para serem enviados na primeira remessa.

primeiras traduções brasileiras feitas por Monteiro Lobato. Além do que já foi colocado sobre este autor, é importante destacar a atuação que teve no mercado editorial naqueles anos. Desde a década de 1910, Lobato já se organizara para comprar a *Revista do Brasil*, periódico de destaque em âmbito nacional. Quando o fez, uma de suas primeiras preocupações foi a de ampliar os pontos de vendas, bem como o público leitor (DE LUCA, 1999).

O sucesso de vendas da *Revista do Brasil* naquele período possibilitou que Monteiro Lobato adquirisse, também, sua própria editora – a qual daria origem à Companhia Editora Nacional (DE LUCA, 1999). Embora a editora não fosse mais propriedade sua na década de 1930, seu nome já havia ficado conhecido como autor e tradutor, de modo que foi ele o responsável por negociar e trazer as primeiras traduções de muitas das clássicas histórias estrangeiras, entre as quais, estão aquelas indicadas nas listas analisadas. Além das traduções, cabe destacar que o nome de Monteiro Lobato é o que mais aparece nessas indicações. Entre os temas recorrentes dos livros, além de literatura infantil, ganha destaque os livros de Sebastião Barroso acerca de alimentação e saúde.

Quadro 8: Transcrição da relação de livros para serem enviados na primeira remessa – para alunos (com destaque para os títulos estrangeiros)

Relação de livros para serem enviados na primeira remessa	
Crianças de minha (?)	Aventuras de um Garimpeiro
O bom Henriquinho	Mowgli
Contos de Andersen	A Ilha de Coral
Novos Contos de Grimm	Ao Longo do Amazonas
Novos Contos de Andersen	Para as professoras
Contos de Fadas	A Escola Primária
Para a Normal	Administração Escolar
Magali /Elfrida	Como se aprende a língua
Polhyana Moça (sic)	Comp. Da Educação Infantil
O Príncipe e o Pobre	Chave da Língua
A Ilha do Tesouro	Como se aprende a língua ou a Nova Gramática
O prisioneiro dos Pampas	

Fonte: Correspondências Expedidas (1935-1937), APESC.

A última das listas analisadas, “relação de livros para serem enviados na primeira remessa” (Quadro 8), encontrada no verso da lista “Biblioteca Escolar – Livros para alunos”, apresenta 10 títulos estrangeiros entre 22 no total. Entre os títulos estrangeiros se destaca, por exemplo, aqueles pertencentes à *Coleção Biblioteca das Moças*, publicada pela Companhia Editora Nacional, como os romances de M. Delly⁷⁹ (*Magali* e *Elfrida*), publicados entre os anos de 1930 e 1960 e *Pollyanna Moça*, traduzido por Monteiro Lobato.

É possível perceber, também, a presença da categoria “Contos de Fadas” e as histórias de aventuras (*A Ilha do Tesouro*, *Mowgli*, *Ao longo do Amazonas*) nessa mesma lista. Isto remete a outros dois documentos relativos à Antônio Lúcio que apontam para a preferência desses dois gêneros de leitura. São eles uma carta datilografada em papel oficial da *Secretaria do Interior e Justiça*, de 5 de agosto de 1936, endereçada ao diretor do Grupo Escolar “Profª Ana Gondin”⁸⁰, Rubens Ulyssea; e a resposta deste último (em 12 de agosto de 1936). Neles, respectivamente, se lê:

Sr. Diretor: Para o fim de um estudo que estamos elaborando, solicito-vos a devida resposta aos itens seguintes: I – Quantos alunos desse estabelecimento freqüentaram a biblioteca escolar? II – De quantos exemplares consta essa biblioteca? III – Qual o gênero de leitura mais apreciada pelo público masculino? Pelo feminino? Saúde e fraternidade. Antonio Lúcio, Inspetor Escolar. Nota: Para a resposta ao 3º item, é conveniente fazer um inquérito entre os alunos, e, de acordo com a resposta por eles dadas, tirar uma percentagem dos vários gêneros de leitura apreciada. (Fonte: Correspondências expedidas, 1935-1936, APESC)

Ilm. Sr. Antônio Lúcio: Respondo ao vosso ofício de 5 de corrente, em que me solicitais dados estatísticos sobre a biblioteca deste grupo escolar: I – A biblioteca deste estabelecimento é freqüentada por 56 alunos, isto é, pelos alunos do 3º e 4º ano. II – Esta biblioteca, ainda em formação, dispõe apenas de 112 volumes (61 volumes de leitura recreativa, para crianças, e os restantes sobre assuntos diversos). III – Os alunos do sexo masculino dão preferência aos livros de aventuras, sobretudo as aventuras de Tarzan, de Edgard Burroughs. Os de sexo feminino preferem os bons contos de fadas. (Fonte: Correspondências expedidas, 1935-1936, APESC)

Novamente é possível perceber o engajamento do diretor da *Revista de Educação* com a questão das bibliotecas escolares. Nas listas de livros encontradas entre as correspondências

⁷⁹ Sobre os romances franceses de M. Delly publicados no Brasil na *Coleção Biblioteca das Moças*, ver CUNHA, 1999. Segundo a historiadora esses livros eram muito populares entre jovens urbanas de classe média entre as décadas de 1930 a 1960, tomando parte no desenvolvimento da sensibilidade e imaginário românticos dessas mulheres. Representações que “reforçavam a tradicionalidade do papel da mulher” (p.127), bem como a exaltação de valores religiosos católicos estiveram presentes na obra de M. Delly.

⁸⁰ O Grupo Escolar “Profª Ana Gondin” era localizado na cidade de Laguna, no litoral sul de Santa Catarina.

a ele (ou por ele) enviadas estão títulos que, assim como *Tarzan* – mencionado por Ruben Ulysséa – correspondem a aventuras escritas no final do século XIX. O mesmo é possível dizer dos “Contos de Fadas” que, de acordo com o diretor do Grupo Escolar, eram os preferidos do público feminino. Quanto à literatura brasileira, percebe-se a preferência por acentuar regionalismos em títulos como *Aventuras de um Garimpeiro* e *O Prisioneiro dos Pampas*.

A maior parte dos títulos indicados, fossem os brasileiros ou os estrangeiros, havia tido sua primeira edição impressa no Brasil naqueles anos, sobretudo pela *Companhia Editora Nacional*, como já mencionado, em grande parte pelo esforço de Monteiro Lobato. Nota-se que muitos dos títulos indicados são histórias, até hoje, bem conhecidas do público brasileiro.

Como na *Revista de Educação* em determinado momento Antônio Lúcio cita O. Marden, autor do livro cujo assunto destoa dos outros citados, pode-se inferir que a lista tenha tido sua contribuição. Porém, comparando a caligrafia da lista com a do diretor da *Revista*, constata-se que não foi ele quem a escreveu. O mesmo foi verificado quando se comparou a caligrafia da lista com a de Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Uma hipótese é que estas listas tenham sido escritas por membros das próprias bibliotecas com base em indicações feitas pelo Departamento de Educação (em palestras, visitas de inspetores, na *Revista de Educação*) e/ou em demandas da comunidade (pensar que a estratégia de Monteiro Lobato, autor que mais aparece na lista, em ampliar o público leitor tomou proporções nacionais na época).

Outra possibilidade é que Antônio Lúcio tenha solicitado essa lista. O inspetor escolar, ao que os documentos indicam, esteve engajado em promover a abertura de Bibliotecas Escolares pelo Estado. Correspondências enviadas à Lúcio, escritas com esmero à mão, em folhas pautadas, as quais anunciavam a criação e a votação para a diretoria das Bibliotecas Escolares foram comuns entre os documentos expedidos entre 1935 e 1937. Poderia, portanto, estar entre os encargos do inspetor orientar e sugerir leituras, ou mesmo, contribuir com a compra de livros para esses lugares. Em parte da carta⁸¹, assinada pelos estudantes eleitos presidente e 1º secretário da Biblioteca *Prof. Joaquim S. Tiago*, é possível ler o seguinte:

Temos a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. que no dia 13 de agosto do ano corrente, foi fundada a Biblioteca para os alunos do grupo escolar “Felipe Schmidt”⁸² e da Escola Normal Primária anexa (...). Ao fazermos a presente

⁸¹ O ano exato em que a correspondência foi escrita não consta no documento, porém foi encontrada entre aqueles referentes aos anos de 1935 a 1937.

⁸² O Grupo Escolar Felipe Schmidt era localizado em São Francisco do Sul, no litoral norte de Santa Catarina.

comunicação a V. Excia, aproveitamos do ensejo para pedir a V. Excia um livrinho para nossa biblioteca. (Correspondências Expedidas, 1935-1937, APESC)

Talvez o Departamento de Educação tenha mesmo se proposto a disponibilizar algumas dessas literaturas às Bibliotecas Escolares, já que havia um esforço observado na própria *Revista de Educação* para que fossem fundadas essas instituições dentro das Escolas. Cabe pensar, por exemplo, que algumas páginas do periódico foram dedicadas ao manual de fundação de uma Biblioteca Escolar, bem como à divulgação de modelos de fichas para uso desses lugares. Também fotos referentes às eleições das diretorias de algumas bibliotecas já fundadas foram publicadas.

Alimenta essa hipótese o fato de os assuntos mais freqüentes coincidirem com os tópicos abordados pela *Revista* – em recorrência maior do que na lista da *Coleção Atualidades Pedagógicas*, como já mencionado. Afinal, embora tópicos referentes ao ensino da língua portuguesa, à aritmética, à psicologia e a alguns dos métodos relativos à Escola Nova estivessem presentes em todas as listas e no periódico, outros assuntos não fizeram parte da *Coleção*, o que mostra que quem quer que tenha feito as listas manuscritas estava mais próximo das concepções veiculadas pela *Revista de Educação* do que pela *Coleção Atualidades Pedagógicas*.

Quando se buscou um diálogo entre os autores presentes nas listas de leitura encontradas entre as correspondências expedidas e as citações mapeadas na *Revista de Educação*, constatou-se algumas equivalências. Quatro dos nomes das listas de indicação aparecem nas citações da *Revista*: dois da lista de Trindade – Celso Kelly⁸³ e Alfredo Miguel Aguayo⁸⁴ – e dois da lista de para a Biblioteca Escolar – Everardo Backheuser⁸⁵ e Orison Swett Marden⁸⁶.

⁸³ Celso Kelly (1906-1979) nasceu em Niterói, mas viveu e atuou profissionalmente como técnico em educação, escritor, professor e crítico de arte na cidade do Rio de Janeiro. Aos 26 anos foi diretor de Instrução Pública do Estado do Rio. Em 1934 passou a dirigir o Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal. Teve cargos na direção e presidência de instituições responsáveis pela educação no Estado do Rio de Janeiro até a década de 1970. Entre as temáticas de seus livros estiveram: comunicação, arte e Escola Nova.

⁸⁴ Alfredo Miguel Aguayo (1866-1948) nasceu em Porto Rico, mas viveu e atuou profissionalmente em Cuba como educador e escritor. Aguayo, com foco na formação de professores, enfatizava a importância do conhecimento psicologia infantil no processo educativo. Foi, também, influenciado pelas ideias de John Dewey.

⁸⁵ Everardo Backheuser (1879-1951) nasceu em Niterói e teve seu campo de atuação no Rio de Janeiro. Foi educador, escritor, engenheiro, geólogo, geógrafo, escritor e deputado federal. Seu nome esteve associado aos ideais escolanovistas que procuravam atrelar os valores católicos ao ensino. Sobre Backheuser, ainda, ver ROSA, 2017.

⁸⁶ Orison Swett Marden (1848-1924) foi escritor e empresário estadunidense. Seus livros, que podem ser classificados como literatura de “auto ajuda” se baseiam na filosofia *New Thought*, na qual a força do pensamento e a ação individual seriam as chaves para o sucesso. Sua maior referência foi Samuel Smiles, autor conterrâneo o qual também foi citado na *Revista de Educação*.

Quadro 9: Citações na Revista de Educação (com destaque dos autores estrangeiros)⁸⁷

Revista de Educação #1	Revista de Educação #2	Revista de Educação #3
Alberto Torres (2) ⁸⁸	Alberto Torres (4)	Professor Araújo Lima
Rafael Xavier	Graser	Professor Afrânio Peixoto
Raul de Paula	Harnish	Maria Angélica de Castro
Dr. M.A. Teixeira de Freitas	Scholz	Mme. Antipoff
Carlos Mayo (médico EUA)	Luber	Padre Leonel Franco
Celso Kelly (2)	Jacot	Hettinger
Miguel Couto	Vogel	Carlos Wagner
Rousseau		P. Bovel
Teixeira de Freitas		
Dr. Ambrust		
Laércio Caldeira		
Nair Starling		
Marden		
Alda Fonseca		
Revista de Educação # 4/5	Revista de Educação # 6	Revista de Educação # 7
Backheuser	José de Alencar	Gujan
Georg Kershesteiner	Vitor Margeritte	Pestalozzi
Monsenhor Pedro de Anísio	V. Hugo	Fröbel
S.Tomaz	La Fond	Paijol
P. Janet		Montessori
Lafoud		Aguaio
Comenio		Durkheim
Basedow		Decroly
Pestalozzi		Sólon
		Marquês de Maricá
		Samuel Smiles (2)
		D'Azeglio

⁸⁷ Os nomes dos autores foram transcritos neste quadro da mesma forma em que foram apresentados na *Revista*, de modo que as profissões ou pronomes de tratamento que os antecederam, ou a supressão dos primeiros nomes foram mantidas.

⁸⁸ Neste quadro, os números entre parênteses indicam o número de vezes que o autor foi citado no respectivo número da *Revista de Educação*.

Lubbock

Cauper

Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Além da coincidência de autores, ideias que reforçam a concepção de Escola Nova veiculada na *Revista* estão presentes nos títulos sugeridos, seja no aspecto pedagógico (Por exemplo, Dewey e Aguayo quanto ao pragmatismo no ensino, ou Backheuser quanto aos “métodos modernos de ensino” ligados à religiosidade católica), ou nas representações de valores e condutas (neste caso, cabe citar M. Delly quanto à conduta feminina ligada ao maternal, sensível e aos valores católicos; O. Marden quanto a ideia de esforço individual, heróico, ligado ao sucesso; ou Monteiro Lobato com sua literatura que exalta a vida rural).

Entre os nomes citados mais de uma vez na *Revista de Educação* (Alberto Torres, Pestalozzi, Ernesto Backheuser e Samuel Smiles) também é possível constatar a predominância das frentes de representação aqui citadas: Johann Pestalozzi⁸⁹, com a ideia de que um ensino por meio da ação deveria ser voltado para o povo; Alberto Torres, pela defesa de iniciativas que valorizassem e mantivessem a permanência das pessoas no ambiente rural; Ernesto Backheuser, novamente, por vincular a pedagogia à valores católicos e Samuel Smiles, por seus escritos de valorização de uma trajetória individual e heróica – algo que pode ser pensado junto ao incentivo para que os professores fossem corajosos, desbravadores, missionários.

Além desses nomes, cabe destacar outros expoentes da Escola Nova que foram citados, tais como Helena Antipoff⁹⁰, Maria Montessori⁹¹ e Georg Kerschensteiner⁹². Comenius⁹³, S. Tomás de Aquino⁹⁴ e Monsenhor Pedro Anísio⁹⁵ também podem ser incluídos entre os nomes que ligavam o ensino aos preceitos religiosos, sobretudo católicos.

⁸⁹ Johann Pestalozzi (1746 – 1827) foi um educador e escritor suíço o qual teve forte influência de Rousseau e do movimento naturalista.

⁹⁰ Helena Antipoff (1892-1974) foi uma psicóloga e pedagoga russa. Com formação em Paris e Genebra, se fixou no Brasil em 1929 onde viveu e atuou desde então, sobretudo no Estado de Minas Gerais. Teve grande influência das ideias de Pestalozzi e dedicou sua carreira ao ensino de crianças com necessidades especiais.

⁹¹ Maria Montessori (1870-1952) foi uma educadora, pedagoga e médica italiana que ficou conhecida pelo método de ensino que desenvolveu o qual é caracterizado pela ênfase na autonomia, liberdade com limites e desenvolvimento natural das habilidades físicas, sociais e psicológicas da criança.

⁹² Georg Kerschensteiner (1854-1932) foi um pedagogo alemão, discípulo de Pestalozzi. Seu método pedagógico valorizava a inteligência prática, orientada para o trabalho e o sucesso profissional, em oposição ao intelectualismo.

⁹³ Iohannes Comenius (1592-1670) nasceu no território que hoje pertence aos países baixos. Foi pedagogo, cientista, escritor e bispo protestante.

⁹⁴ Tomás de Aquino (1225-1274), foi um frade católico italiano cujas obras tiveram influência na teologia e na filosofia, sobretudo na tradição conhecida como escolástica.

A *Revista de Educação* não só citou autores externos a ela, como publicou artigos retirados de outras revistas os quais foram escritos por educadores que, provavelmente, tinham destaque na cena nacional. No primeiro número estiveram presentes dois textos desse tipo: *A atitude do mestre*, de João Toledo (publicado originalmente na *Revista de Ensino*, de Belo Horizonte)⁹⁶ e *O canto nas escolas*, de Griselda Lazaro Schlender (transcrito da *Revista A Máscara*, 1935)⁹⁷. Embora não se tenha obtido informações sobre Griselda Schlender, sabe-se que Toledo tinha grande circulação e prestígio, principalmente no meio educacional paulista, onde o educador atuava profissionalmente. Escreveu diversos livros e artigos para periódicos educacionais, tendo trabalhos publicados, também, nas *Revista da Escola Normal de São Carlos* e na *Revista de Educação* de Piracicaba (PINHEIRO, 2009). Entre os assuntos que mais abordava estava o da “arte de educar”.

Os números 2, 4/5 e 6 não tiveram textos retirados de outros periódicos. Porém eles voltam a aparecer no terceiro e sétimo números. Na Revista de número 3 o texto *A influência da religião na educação da criança* é transcrito, também, da *Revista de Ensino* de Belo Horizonte, o que indica o acesso (ou o diálogo) entre os responsáveis pelo ensino de Santa Catarina e aqueles que circulavam pela cena educacional de Minas Gerais. A autora do artigo é Maria Luiza de Almeida Cunha de quem não se encontrou referências.

Os artigos até então mencionados foram todos divulgados na íntegra, contudo, verificou-se, também, a publicação de trechos de outros periódicos. No artigo intitulado *Discurso pronunciado pelo prof. João dos Santos Areão, paraninfo das normalistas da Escola Normal Primária de Brusque*, o autor menciona a leitura do *Jornal A Nota*, do Rio de Janeiro do qual transcreve alguns parágrafos. Em suma o trecho tece elogios ao papel das professoras às quais qualifica como “graciosas sacerdotisas do primeiro ensino” (RE, n.7, 1937, p.7). Outro trecho, publicado no mesmo número, aborda o tema das Cooperativas Escolares⁹⁸. Este foi originalmente publicado no *Jornal do Povo*, de Itajaí.

Embora não estivessem presentes em todos os números da *Revista de Educação*, indicações de leitura apareceram, esporadicamente, entre um artigo e outro. A primeira dessas indicações foi *Ler e Aprender*, de Alda Fonseca (RE, n.1, 1936, p.40). Sob o título de *Bibliografia Pedagógica*, sobre a leitura se escreve que é “um livro que reputamos utilíssimo

⁹⁵ Monsenhor Pedro Anísio (1883 – 1979) nasceu no Estado da Paraíba. Foi um religioso, intelectual e professor da Escola Normal Oficial do Estado da Paraíba e do Liceu Paraibano. Escreveu livros pedagógicos direcionados aos professores, a partir dos quais deu voz à Igreja. Também foi o primeiro diretor do Departamento de Educação, fundado em 1935, daquele Estado.

⁹⁶ A data de publicação do artigo na *Revista de Ensino* de Belo Horizonte não foi indicada.

⁹⁷ Pode estar se referindo à *Revista Máscara*, de Porto Alegre.

⁹⁸ Iniciativa que visava o barateamento dos custos dos materiais escolares.

às escolas rurais” (Figura 33), evidenciando, novamente a preocupação que se despendia ao ensino para essas localidades.

Figura 33: Indicação de Leitura (Ler e Aprender, Alda Fonseca).

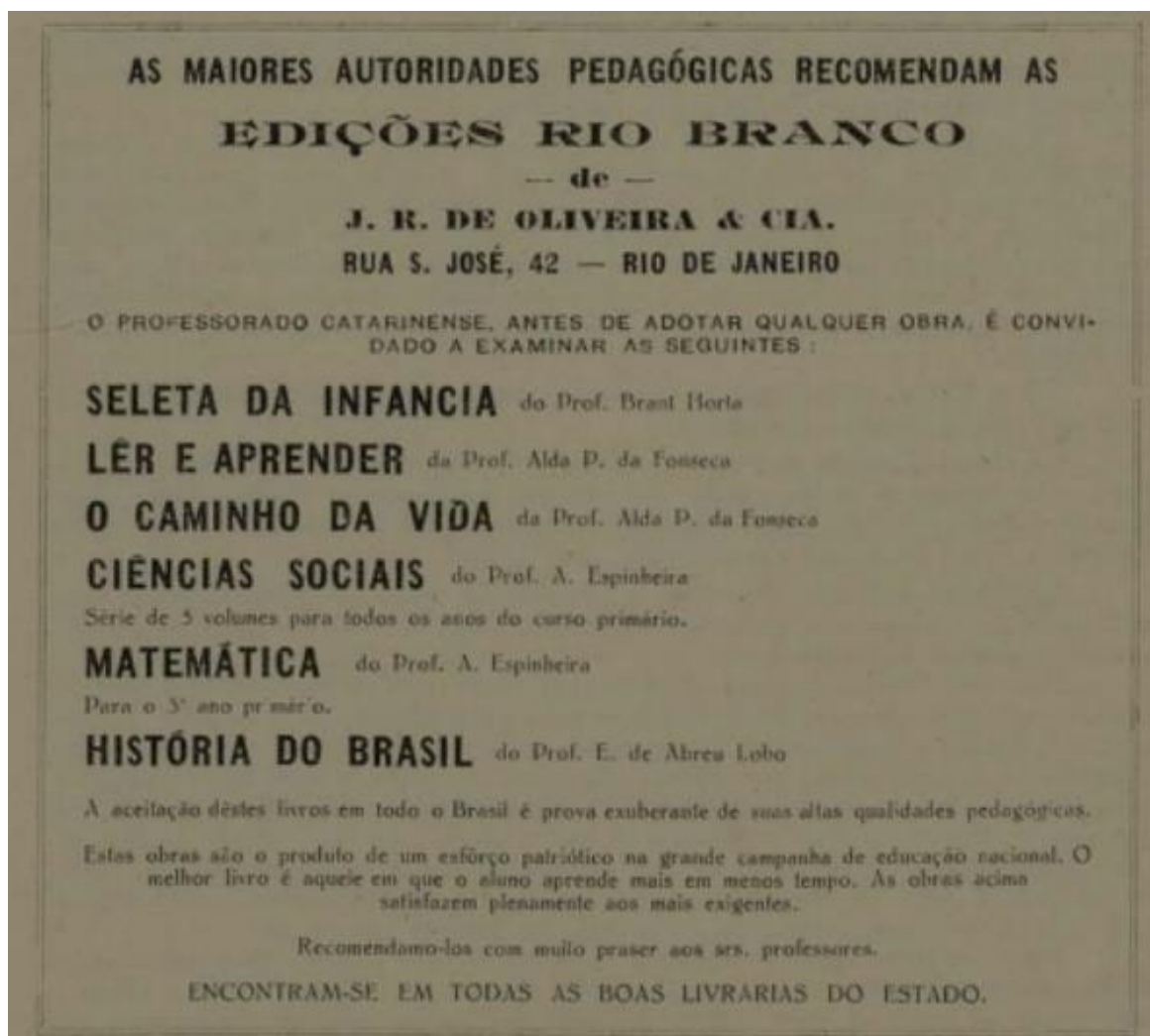


Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 1. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

A indicação do livro de Alda Costa volta a aparecer nos números 4/5, 6 e 7 da *Revista*. Nestes casos, todavia, ela está acompanhada de outras recomendações e todas elas fazem parte da publicidade das Edições Rio Branco (Figura 34) – aparecendo em todos os números de forma idêntica. Os títulos que acompanham são: *Seleta da infância*, de Brant Horta; *O Caminho da Vida*, de Alda Fonseca; *Ciências Sociais*, de A. Espinheira (série de 5 volumes para todos os anos do curso primário); *Matemática*, de A. Espinheira (para o 5º ano primário) e *História do Brasil*, de E. de Abreu Lobo. Todos os nomes dos autores vêm precedidos da atribuição de professor(a).

No número 7, além da publicidade das Edições Rio Branco, a Revista volta a fazer recomendações individuais. Dessa vez os livros são *Santa Catariniana*, de Oswaldo R. Cabral (Figura 35) e *Minha escola*, de Antônio Lúcio (Figura 36).

Figura 34: Indicações de Leitura (Edições Rio Branco)⁹⁹



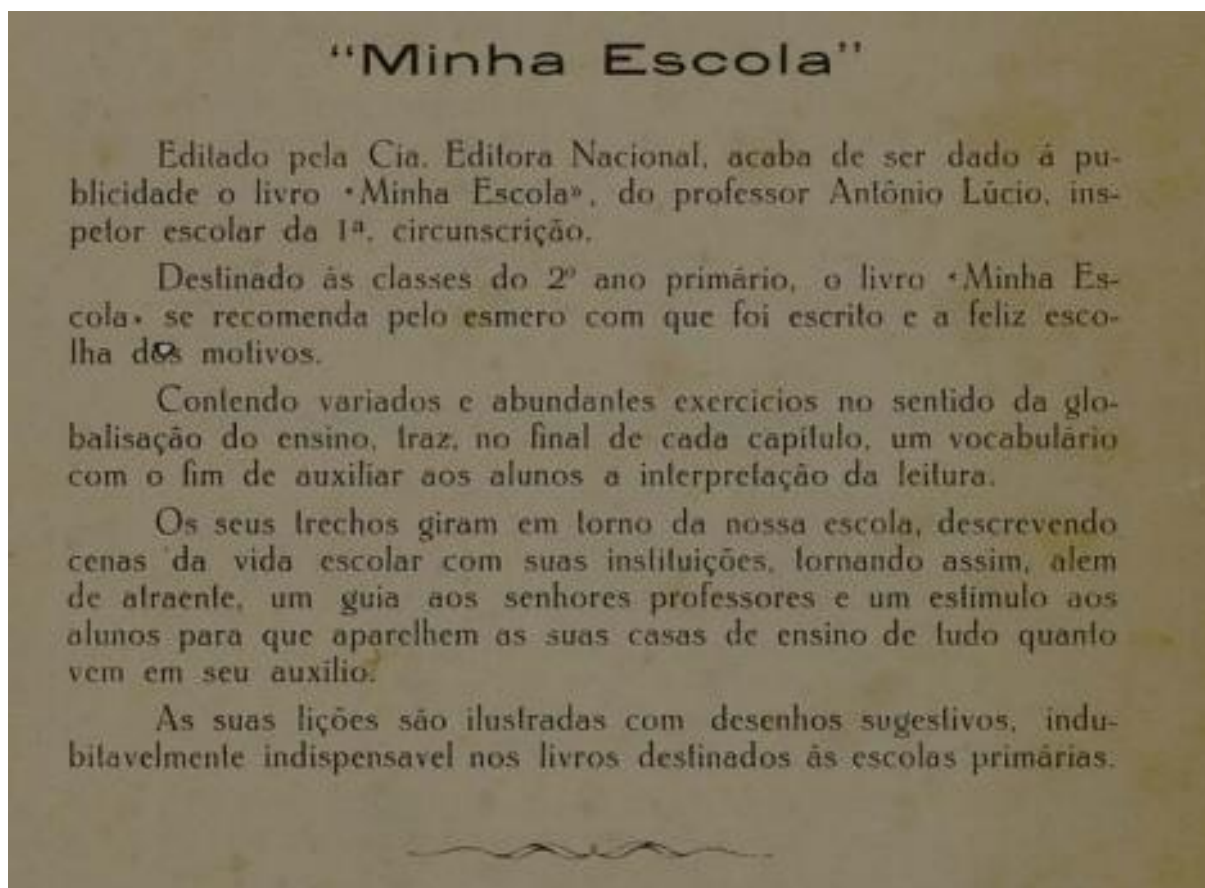
Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 4/5. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

⁹⁹ Transcrição da nota final das indicações (Edições Rio Branco). “Estas obras são o produto do esforço patriótico na grande campanha de educação nacional. O melhor livro é aquele em que o aluno aprende mais em menos tempo. As obras acima satisfazem plenamente os mais exigentes. Recomendamo-las com muito praser aos srs. professores. Encontram-se em todas as boas livrarias do Estado.”

Figura 35: Indicações de Leitura (*Santa Catarina* – Oswaldo Cabral)

Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 7. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Figura 36: Indicações de Leitura (*Minha Escola* – Antônio Lúcio)



Fonte: Revista de Educação, 1936 n. 7. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Portanto, o que o acesso aos livros que circulavam entre os professores e os intelectuais ligados ao Departamento de Educação permitiu vislumbrar foi que esses títulos vinham de diversos países, algo que provavelmente foi facilitado pela proliferação de editoras e um esforço de sujeitos a elas ligadas por ampliar o público leitor. Também vinham de outros Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba o que mostra que, mesmo que os Estados tivessem certa autonomia para organizar o cenário educacional, muito do que era pensado em outras regiões do país era discutido e apropriado em Santa Catarina.

Um exemplo dessa apropriação é que mesmo que a *Coleção Atualidades Pedagógicas* não contemplasse algumas das especificidades daquilo que era veiculado como modelo de ensino ideal pela *Revista de Educação*, ela foi indicada pelo diretor do Departamento de Educação. Isso, entre outras coisas, pode ser lido como uma estratégia para manter o patrocínio da *Companhia Editora Nacional* por meio da publicidade – afinal, era ela quem mais investia nesse quesito – mas, também aponta para os diversos usos, no sentido de interpretação, que um conjunto de títulos pode proporcionar (quando vinculado a palestras ou outras leituras, por exemplo).

Quando cruzados os títulos da lista com os nomes dos autores citados na *Revista*, o que se percebeu foi que, embora não houvesse tanta coincidência entre autores – apenas quatro nomes se repetiram – as equivalências existiram muito mais em termos de representações veiculadas. Foram elas tanto aquelas referentes aos valores e condutas dos sujeitos da escola, quanto as alusivas à pedagogia entendida como ideal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de analisar a *Revista de Educação* desde sua materialidade até a relação que estabelecia com um contexto mais amplo, revelou uma série de desdobramentos para além daquilo que se imaginava, em princípio, encontrar. É evidente que uma pesquisa é motivada, entre outras coisas, por suposições e expectativas acerca do objeto de estudo. No caso da *Revista de Educação* esperava, de início, encontrar mais volumes desse periódico, também estudos sobre o seu diretor, além de acreditar que seria possível classificar as representações nela veiculada à modelos pré estabelecidos. O mergulho na pesquisa, porém, levou-me a outros caminhos.

Em primeiro lugar, constatou-se a efemeridade do periódico, o que coincide com o início do Estado Novo e o ostracismo de Antônio Lúcio da cena educacional em Santa Catarina. Sobre este sujeito, constatou-se uma trajetória bem próxima daqueles que revezariam na gerência do Ensino em Santa Catarina durante as décadas de 1930 e 1940: Luis Sanches Bezerra da Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa. Assim como eles, foi diretor de Grupos Escolares, inspetor escolar, palestrante e redator de textos voltados à formação de professores. Eram sujeitos próximos, circulavam juntos nos mesmos espaços, de modo que a *Revista de Educação* pode ser considerada um desses lugares.

Em segundo lugar, à medida que se enveredou pelas representações de Escola Nova presentes no impresso, menos se conseguiu enquadrá-las em modelos bem definidos. O que se fez, então, foi buscar elementos de diversas vertentes do ensino renovado que então circulavam, para tentar traçar as especificidades da educação “moderna” catarinense. A conclusão foi que, no Estado, a ideia de escola ideal defendida era aquela voltada ao povo, ao trabalho, à ação, tendo como basilar a moral católica. Além disso, o “ruralismo pedagógico” ganhou papel central entre os valores e as condutas incentivados na *Revista*.

Tal tendência, que no âmbito educacional teve como expoente o sociólogo Alberto Torres, serviu para incentivar ações como os Clubes Agrícolas, as Semanas Ruralistas, e a Sociedade de Amigos de Alberto Torres. Estas, de um modo geral, visavam estimular o trabalho na terra (em um Estado predominantemente rural), e principalmente coibir o êxodo do interior para as cidades, visto como prejudicial ao progresso da “pátria”. Educar e exaltar os sujeitos que optavam por permanecer e trabalhar nessas áreas, sobretudo os professores, era uma constante no periódico pedagógico estudado.

Contudo, a *Revista* não foi a única peça na construção dos pilares do projeto político-pedagógico que aqui se procurou implantar nos anos de 1930. Havia o diálogo entre as

autoridades do Departamento de Educação e os sujeitos que viviam o cotidiano das instituições escolares. Professores e diretores de escolas podiam e eram encorajados a assistir palestras e participar de eventos dos quais as autoridades participavam. Também, pedia-se que escrevessem artigos e relatórios para a Revista, assim como termos de visita que deveriam ser enviados aos inspetores escolares todas as vezes que estes aparecessem nas instituições.

Quanto ao que partia do Departamento de Educação em direção às instituições, pode-se citar aqui os questionários, circulares e listas de indicações de leitura. Estas últimas ganharam um espaço de importância neste trabalho por indiciar o quanto e como se dava a circulação de ideias em Santa Catarina. Percebeu-se o vínculo entre o desenvolvimento do mercado editorial e os títulos encontrados nessas listas. Também, quando se relacionou os títulos com os autores citados na RE, foi possível verificar coincidências de nomes, e principalmente de representações (que remetem às nuances de Escola Nova já apontadas).

Houve dificuldades na trajetória desta pesquisa, principalmente quanto a falta de informação sobre alguns sujeitos ligados à RE, entre eles seu diretor, e também quanto ao número de tiragem, o processo de produção e a autoria das capas e imagens. Sobre esses aspectos ou não se encontrou informações, ou apenas se encontrou muito pouco. O fechamento do Arquivo Público de Santa Catarina durante a fase final da pesquisa, de certa forma, também dificultou essa parte da investigação.

Sabe-se que a diversidade de questões que se coloca a um documento sempre revela novos lados de diferentes dobras. Assim, aquilo que era pequeno, emaranhado e difícil de enxergar, torna-se maior e mais visível. A sensação que tive no percurso deste trabalho foi que a pesquisa é esse constante desdobrar. Constante porque não cessa de provocar novas questões e novas descobertas.

Sei que ainda há muito a ser explorado no que se refere ao ruralismo pedagógico no Estado, afinal, o tempo não permitiu que documentos mais extensos referentes a este tópico fossem aqui analisados. Entre as correspondências expedidas entre os anos de 1935 e 1936, por exemplo, há atas inteiras de reuniões da Sociedade de Amigos de Alberto Torres realizadas em Minas Gerais. Certamente o entrecruzar desse documento com os textos referentes aos Clubes Agrícolas em Santa Catarina traria mais elementos para pensar a circulação e apropriação de ideias educacionais no Estado. O mesmo pode ser dito dos programas de educação física enviados por autoridades do exército e adaptados por Antônio Lúcio para o uso nas escolas.

Haveria ainda a possibilidade de ampliar a visão horizontal sobre a *Revista de Educação*, pensando-a dentro de um conjunto de revistas do mesmo gênero, publicadas na

mesma época, em diferentes Estados. Afinal, constatou-se a existência de pesquisas em todo o território nacional acerca de periódicos que tinham uma proposta muito próxima daquele aqui estudado: revistas pedagógicas produzidas e veiculadas durante as chamadas “reformas do ensino”.

A contribuição desta pesquisa, afinal, reside justamente em ampliar o entendimento sobre a história da educação em Santa Catarina ao dimensionar a ressonância da tendência ruralista no Estado e ao mostrar que Santa Catarina, embora tivesse suas especificidades, não estava dissociada do projeto político-pedagógico nacional. Trouxe, portanto, novas pautas, novos desdobramentos.

REFERÊNCIAS

A EDUCAÇÃO Proibida. Direção: Germán Doin. Produção: Verônica Guzzo. Argentina, 2012.

ALBERNAZ, Cássio A. A. Da história política dos “grandes homens” a prosopografia das elites políticas: Considerações historiográficas e metodológicas. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

ARAÚJO, Cleiton dos Santos. **MATRIZES DO PENSAMENTO POLÍTICO AUTORITÁRIO NO BRASIL REPUBLICANO: 1889-1964**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas): Universidade de Brasília. Brasília. 2006.

AREÃO, João dos Santos. Os Clubes Agrícolas Escolares e a Educação Rural. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, jan/fev. 1936, n.1. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

_____. Discurso pronunciado pelo prof. João dos Santos Areão, paraninfo das normalistas da Escola Normal Primária de Brusque. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano II, jan/fev. 1937, n.7. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do Ensino Primário Rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino (1939-1942)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 1994.

_____. As Revistas Pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande de Sul (1951-1992). In: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em Revista: a imprensa pedagógica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p.47-75.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 95-140.

_____. Memória Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. Anais: História (São Paulo). v.30, n.1, p.397- 411, jan/jun 2011.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. (Orgs) **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: ROLLEMBERG, Denise et. al. **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.29-46.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da**

Revista de Ensino (1925-1940). Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. 2001.

BOMBASSARO, Ticiane; DAROS, Maria das Dores. **As Semanas Educacionais: vitrine do pensamento pedagógico brasileiro.** Local: PUC/PR; Cidade: Curitiba; Evento: II Congresso Brasileiro de História da Educação. A educação escolar em perspectiva; Inst. promotora/financiadora: Pontifícia Universidade Católica. 2004

BOMBASSARO, Ticiane. **Semanas Educacionais: a arquitetura do poder sob a celebração Didática.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____. **A educação física no Estado de Santa Catarina: a construção de uma pedagogia racional e científica (1930-1940).** Doutorado em Educação: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

BOMBASSARO, Ticiane. SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Modernização do Estado e Reformas do ensino: manifestações da escola Nova em Santa Catarina. In. **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946).** MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. VIDAL, Diana Gonçalves. ARAUJO, José Carlos Souza. (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2011.

BUENO, Thiago Martins Barbosa. **ALBERTO TORRES, MANOEL BOMFIM E A QUESTÃO NACIONAL BRASILEIRA.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais): Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos. Biblioteca da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2014.

CAMPOS, Cynthia Machado (2008). O Perigo das Escolas. In.: **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração.** Florianópolis / SC: Editora da UFSC (pp. 179-246)

CARDOSO, Philemon. Semana Educacional: Brusque – Gaspar. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano II, jan/fev. 1937, n.7. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

CARDOZO, Flávio José. **Imprensa Oficial de Santa Catarina.** Florianópolis: DIOESC, 2010.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios, o tratado e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura de professores. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia. (Org.). **Tópicos de História da Educação.** São Paulo. 2001.

_____. **A escola e a república e outros ensaios.** Bragança Paulista: Ed. Da Universidade São Francisco, 2003.

_____. A Escola Nova no Brasil. Uma perspectiva de estudo. Revista Educação em Questão. Natal, v.21, n.7, p.90-97, set/dez. 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 Artes do fazer.** 3ª Ed. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietudes**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

_____. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. **O mundo como representação**. Revista Estudos Avançados, 1991, vol.11.

CLAIR, Kate. BUSIC-SNYDER, Cynthia. **Manual de tipografia: a história, as técnicas e a arte**; tradução Joaquim da Fonseca. 2 ed. Bookman. Porto Alegre, 2009.

CULTURA POLÍTICA – DIRETRIZES DO ESTADO NOVO (1937-1935). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/CulturaPolitica>. Acesso em: 16 jan. 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Armadilhas da Sedução: Os Romances de M. Delly**. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nas constituições brasileiras. In: BASTOS, M.H.C.; STEPHANOU, M. (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol.III – Século XX. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DAROS, M. D. A formação dos professores da escola primária em Santa Catarina. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 1998, Florianópolis. Programa e Resumo. Florianópolis: Pallotti, 1998.

DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a Nação**. Editora da UNESP, 1999.

_____. **Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**, São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

_____. Fontes impressas, historiografia e escrita da História. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). **História nas bancas de revistas: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012

DÜSSEL, Inés. La escuela como espectáculo: La producción de un orden visual escolar en la participación argentina en las Exposiciones Universales, 1867-1900. In.: LOIS, Carla & Hollman, Verónica (Coord.). **Geografía y Cultura Visual: Los usos de las imágenes en las reflexiones sobre el espacio**. 1ª Ed. Rosario / Argentina: Prohistoria Ediciones; UNR, 2013 (pp. 29-54).

FAVARIN, Thaís Cardozo. Aos professores essas páginas: práticas e representações na Revista de Educação (Santa Catarina, 1936-1937). Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis. UDESC. 2013.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **CRISE E REORGANIZAÇÃO NACIONAL: O PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas): Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997

FONSECA, Henrique de Oliveira. **Em defesa da ruralização do ensino: Sud Mennucci e o debate político e educacional entre 1920 e 1930**. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

_____. Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e a educação rural (1930-1940). In. **Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX (Vol.4)**. CARVALHO, Marcus. LAGES, Rita. GASPARD, Vera. (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

GENTIL, Flávio Welker Merola. **O acervo do professor Elpídio Barbosa: nacionalização do ensino, culturas políticas e escolares (Santa Catarina, 1930-1940)**. Dissertação de mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina. 2015.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 244-261

GUALBERTO, Virgílio. Concórdia. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, mar/abr. 1936, n.2. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

_____. Os nossos municípios: Cruzeiro. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, jul./out. 1936, n.4-5. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

HOFFMANN, Hermes. Brusque. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano II, nov./dez. 1936, n.6. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

ITODA, Érica Myeko Ohara. **EDUCAÇÃO, POLÍTICA E TRABALHO: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NO PENSAMENTO DE ALBERTO TORRES**. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2008

JORGE, Marcos. **Alberto Torres e as primeiras formulações teóricas sobre a Educação e a "Questão Social" no Brasil (1909-1915)**. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade Estadual de Campinas, CAMPINAS. 1997.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Tradução de Gizele de Souza. Revista brasileira de história da educação, nº.1 vº.1, jan./jun., 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5. n.10. 1992. p. 134-146.

_____. **Estratos do Tempo: estudos sobre história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

KRIEGER, Olga Teresa de C. Ramos. Semana Pedagógica de Brusque. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano II, nov./dez. 1936, n.6. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Útil e agradável: a Revista de Educação (1934-1937) – Remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional do governo de João Punaro Bley no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

LÚCIO, Antônio. 25º Aniversário da Reorganização do Ensino em Santa Catarina. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, mar/abr. 1936, n.2. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

_____. Discurso proferido pelo prof. Antônio Lúcio a 19 de abril. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, maio/jun. 1936, n.3. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf Acesso: 24/12/2015.

MALHEIROS, Leonardo. As Semanas de Educação através dos relatórios dos assistentes. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, jul./out. 1936, n.4-5. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

MARCELINO, Eulina A. de G. Relatório Apresentado pela prof. Eulida A. De G. Marcelino, diretora do Grupo Escolar “Tiburcio de Freitas”, de acordo com o determinado no segundo dia. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, jul./out. 1936, n.4-5. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

MARTINI, Renato Ramos. **Alberto Torres e a Organização Nacional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia): Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. São Paulo Biblioteca Depositária: FCLAr/UNESP. 2002.

MATTOS, Isabel Cristina Rossi. **A concepção de Educação nas obras de Sud Mennucci**. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2004

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. **A alfabetização na imprensa periódica educacional paulista (1927-1943)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Marília. 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina. O ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo, Hucitec. 1997.

MENEZES, Lis Angelis Padilha de. **SUD MENNUCCI - EDUCADOR PAULISTA: Arcaico ou Profeta?** Tese (Doutorado em Educação): Universidade Nove de Julho. São Paulo. 2015.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003 (pp.11-36).

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. VIDAL, Diana Gonçalves. ARAUJO, José Carlos Souza. (orgs.). **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2011.

MIRANDA, Adão. Trechos de um discurso. *Revista de Educação*. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, maio/jun. 1936, n.3. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

_____. Pontos de Vista: Ensino Profissional. *Revista de Educação*. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano II, nov./dez. 1936, n.6. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

MORAIS, Gaspar da Costa. Itajaí. *Revista de Educação*. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano II, jan/fev. 1937, n.7. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

MOSIMAN, Adriano. A missão do professorado primário. *Revista de Educação*. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, jul./out. 1936, n.4-5. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

NASCIMENTO, Geciane Soares do. **A educação em cena: a *Revista de Educação* como circulação de representações sobre saberes educacionais no Espírito Santo (1934-1937)**. Tese (Doutorado em Educação): Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2014.

OLIVEIRA, Carlos A. Silva. **INTELECTUAIS ORGANICOS NA REPUBLICA - 1891-1964**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política): Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1991.

OLIVET, Leonor. As Semanas de Educação através dos relatórios dos assistentes. *Revista de Educação*. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, jul./out. 1936, n.4-5. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

PEREIRA, Vera Regina Bacha. **Nacionalização – autoritarismo e Educação: Inspetores e professores nas escolas catarinenses – 1930-1940**. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

ROSA, Maristela da. Escolanovismo Católico Beckheusiano: apropriações e representações da Escola Nova tecidas em manuais pedagógicos (1930-1940). Tese de doutorado, Programa de pós graduação em Educação da UDESC. Florianópolis, 2017.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6 ed. São Paulo, SP. Edições Loyola, 2003.

PATRÃO, Ana Luiza Moraes. **O Pensamento Anti-Racista de Alberto Torres: alcances e limites**. Dissertação (Mestrado em Sociologia): Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

PIAZZA, Emília. 25º Aniversário da Reorganização do Ensino em Santa Catarina. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, maio/jun. 1936, n.3. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos** – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. 2 v. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. A cultura fotográfica e a escola desejada: considerações sobre imagens de edificações escolares – Porto Alegre (1919-1940). Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Londrina-PR, 2009.

PRADO, Adonia Antunes. **Educação para a política do Estado Novo (1937-1945): um estudo do conceito e dos objetivos educacionais na revista Cultura Política**. Dissertação de mestrado em Educação. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1982.

_____. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1995. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/adonia4.htm>

ROSA, Maristela da. Escolanovismo católico Backheusiano: apropriações e representações da Escola Nova tecidas em manuais pedagógicos (1930-1940). Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.

SANTOS, Ekristayne Medeiros de Lima Santos. **A circulação do ideário escolanovista no Estado de Goiás. A Revista de Educação (1937-1962)**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar): Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Araraquara. 2013.

SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. **A vida do pensamento e o pensamento da vida: Sud Mennucci e a formação de professores rurais**. Tese (Doutorado em Educação): Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015.

SCHENEIDER, Omar. **A Revista Educação Physica (1932-1945) estratégias editoriais e prescrições educacionais**. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.

SILVA, Cristiani Bereta da. Cultura Escolar e Cultura Política: Projeto de Nacionalização e o Jornal Escolar A Criança Brasileira (Santa Catarina, 1942-1945). In: Revista de História da Educação (Online), Porto Alegre, v.17, n.40, Maio/ago. 2013. p. 175-195.

_____. Liga Pró- Língua Nacional e a Construção da Nacionalidade no Jornal Escolar “A Criança Brasileira” (Santa Catarina, 1942 – 1950). In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7. 2013, Cuiabá. Anais. Cuiabá: UFMT, 2013. p. 1-15.

SOLIGO, Valdecir. **A Educação Catarinense entre 1930 e 1945: história das políticas educacionais a partir da imprensa e da legislação**. Mestrado em Educação: Universidade de Passo Fundo. 2008.

SOUZA, Augusta Dutra de. Uma carta-relatório. Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano II, jan/fev. 1937, n.7. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. Educar, n.18, p.75-101. Editora da UFPR. Curitiba, 2001.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. Tese de doutorado: Programa de Pós-Graduação em Educação: história e filosofia da educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001.

_____. O projeto político cultural da coleção Atualidades Pedagógicas. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo. Annablume, 2006.

TOTTI, Marcelo Augusto. **Ciência e educação no pensamento de Alberto Torres, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes: das rupturas paradigmáticas à análise retórica**. Tese (Doutorado em Educação Escolar): Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara. 2009.

VIÑAO FRAGO, António. Historia de la educación e historia cultural. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.

Revistas:

Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, jan/fev. 1936, n.1. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, mar/abr. 1936, n.2. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, maio/jun. 1936, n.3. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano I, jul./out. 1936, n.4-5. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano II, nov./dez. 1936, n.6. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

Revista de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, ano II, jan/fev. 1937, n.7.
Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – sessão de obras raras: Florianópolis, SC.

ANEXOS

ANEXO 1: TRANSCRIÇÃO – QUADRO SINÓTICO (1934)

O Estado de Santa Catarina no ano de 1934, organizado por Virgílio Gualberto - Quadro Sinótico.

Superfície –Kms. ²	96.652
População	1.127.285
Densidade geral da pop. por Km ²	11.766
Capital: Florianópolis – Hab.....	49.559
Municípios.....	43
Cidades.....	17
Vilas.....	26
Comarcas.....	32
Distritos.....	198
Propriedades rurais.....	147.413
Pecuária – número total.....	1.812.674
Bovinos	776.615
Equinos.....	122.254
Ovinos.....	221.426
Caprinos.....	21.821
Suínos.....	621.174
Asininos e muares.....	49.384
Pescadores matriculados.....	7.972
Pessoas que vivem da pesca.....	26.650
Embarcações de pesca.....	437
Estabelecimentos industriais.....	2.792
Estabelecimentos comerciais.....	5.229
Fábricas de fiação e tecelagem.....	21
Teares.....	922
Fusos.....	21.827
Usinas de eletricidade.....	21
Potência dos motores primários – H.P.....	18.775

Localidades dotadas de eletricidade	60
Estradas de ferro em tráfego – Kms.....	1.186.207
Estradas de rodagem estaduais – Kms.....	12.126
Portos.....	6
Exportação total (ext. e int.) – Contos.....	94.867
Madeiras – Contos de réis.....	12.506
Banha – Ton.	8.342
Tecidos em geral – Contos de réis.....	11.071
Gado em geral – Cabeças.....	60.465
Erva-mate – Ton.	14.191
Carvão mineral – Ton.	52.226
Laticínios – Ton.	1.727
Arroz – Ton.	10.472
Farinha de Trigo – Ton.	3.609
Farinha de mandioca – Ton.....	24.794
Assucar – Ton.	6.192
Alfafa – Ton.	7.908
Exportação p/externo – LL ouro.....	362.616
Importação do exterior – LL ouro.....	197.312
Receita federal arrecadada – Contos de réis.....	24.292
Receita estadual arrecadada – Contos de réis.....	18.094
Rec. dos municípios orçadas – Contos de réis.....	8.273
Dívida Externa:	
Em LL.....	69.020
Em dolares.....	4.404.800
Imigrantes entrados durante o ano.....	515
Estabelecimentos escolares.....	1.909
Corpo docente.....	2.421
Matrícula escolar.....	104.977
Eleitores.....	88.830
Bibliotecas.....	28
Total dos volumes.....	23.063

Estações rádio-difusoras.....	1
Imprensa periódica.....	37
Hospitais.....	35

Fonte: Revista de Educação, 1936, número 6. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

ANEXO 2: LEVANTAMENTO DAS IMAGENS DA *REVISTA DE EDUCAÇÃO*

Número 1

Legenda	Tipologia	Temática Principal	Espaço (pg.)
Homenagem da Revista de Educação a S. Excia. Dr. Nereu Ramos, governador do Estado	Fotografia	Homenagem (Retrato)	1
Escola Isolada Estadual “Cel. Procópio Gomes”, no município de Joinville	Fotografia	Estudantes e Professores + Edifício Escolar	1
Exposição – Feira de Trabalhos da Escola de Aprendizizes e Artífices	Fotografia	Exposição de materiais	2
Vista Parcial do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis	Fotografia	Edifício Escolar	2
Saudação a José Boiteux – letra e música de J. dos Santos Areão	Partitura	Homenagem (música)	1
Escola Particular de Nova Berlim, município de Hamonia	Fotografia	Edifício Escolar	1

Fonte: elaborada pela autora, 2017.

Número 2

Legenda	Tipologia	Temática Principal	Espaço (pg.)
S/legenda (Capa)	Ilustração	Paisagem rural	1
Homenagem da Revista de Educação – Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, governador do Estado em cuja gestão se processou a reforma da Instrução Pública	Fotografia	Homenagem (Retrato)	1
Homenagem da Revista de Educação – Professor Orestes de Oliveira Guimarães – O reorganizador da Instrução Pública em Sta. Catarina	Fotografia	Homenagem (Retrato)	1

S/ legenda (Bandeira do Brasil)	Ilustração	Conteúdo Formativo	1/2
Homenagem da Revista de Educação – Professor Luís Sanches Bezerra da Trindade – Cooperador da reforma e atual diretor do Departamento de Educação	Fotografia	Homenagem (Retrato)	1
Clube Agrícola de Braço do Norte	Fotografia	Atividade Escolar	1/2
Uma aula de Educação Física no Grupo Escolar “José Boiteux” – João Pessoa	Fotografia	Atividade Escolar	1/2
Homenagem da Revista de Educação – Prof. João dos Santos Areão – Cooperador da reforma e atual Inspetor Federal da Nacionalização do Ensino	Fotografia	Homenagem (Retrato)	1
Uma sala de aula do Grupo Escolar “Comendador Costa Carneiro”, de Orleans	Fotografia	Atividade Escolar	1/2
Túmulo que o magistério catarinense erigiu no cemitério de Itacorubi, em homenagem à memória do professor Orestes Guimarães	Fotografia	Homenagem	1/2
Escola Profissional Feminina de Florianópolis – Exposição de Flores, em 1935	Fotografia	Exposição de materiais	2
Grupo Escolar “Luís Delfino” - Blumenau	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Orquestra de Alunos do Grupo Escolar “Luís Delfino”, na festa ali realizada no Dia das Crianças	Fotografia	Alunos	1/2
Escola Profissional Feminina de Florianópolis – seção de cortes e costura da Exposição de 1935	Fotografia	Exposição de materiais	2
Organização do Ensino e alguns prédios escolares	Fotografia + Ilustração	Edifícios Escolares + Diagrama	1
Organização Geral do Departamento de Educação, de acordo com o art. 3 do Decreto n. 713, de 5 de janeiro de 1935	Ilustração + Fotografia	Diagrama + Edifício	1
Unidades Escolares e sua classificação: estaduais, municipais, particulares	Ilustração	Gráfico	1
Matrícula e frequência nos últimos dez anos	Ilustração	Gráfico	1
Localização dos Grupos Escolares	Ilustração	Mapa de SC	1
Localização das Escolas Normais Primárias	Ilustração	Mapa de SC	1
Movimento Educacional, segundo dados estatísticos de 1934	Ilustração	Mapa de SC	1
Circunscrições escolares em 1935	Ilustração	Mapa de SC	1
Divisão atual do estado em circunscrições Escolares	Ilustração	Mapa de SC	1
Expansão colonial e localização das escolas subvencionadas pela União	Ilustração	Mapa de SC	1
Gráfico demonstrativo das receitas do Estado a partir de 1925, com as respectivas verbas destinadas à educação	Ilustração	Gráfico	1

Gráfico demonstrativo dos vencimentos do professorado	Ilustração	Gráfico	1
Hino Orestes Guimarães – A memória ao grande educador – Letra de Ermesto Lacombe, Música de J. S. Areão	Partitura	Homenagem (música)	1
25º Aniversário da Reforma do Ensino	Fotografias + Ilustração	Homenagem (quadro comemorativo)	1
Complementaristas de 1935 – Colégio “Espírito Santo”, Tijucas	Fotografias + Ilustração	Homenagem (quadro comemorativo)	1
Uma excursão das escolas masculina e feminina de Gaspar no “Dia das Crianças”	Fotografia	Atividade Escolar	1/2
Inauguração do Grupo Escolar “Professor José Arantes” – Camboriú	Fotografia	Atividade Escolar	1/2
Homenagem da Revista de Educação – Deputado Altamiro Lobo Guimarães – Presidente da Assembléia Legislativa	Fotografia	Homenagem (Retrato)	1

Fonte: elaborada pela autora, 2017.

Número 3

Legenda	Tipologia	Temática Principal	Espaço (pg.)
Homenagem da Revista de Educação – Dr. Manoel Pedro Silveira, Secretário do Interior e Justiça	Fotografia	Retrato	1
Escola Isolada de Rio Negrinho - Itaiópolis	Fotografia	Estudantes e Professores	1
Despedida – Hino Escolar – letra e música: professor Dailon Fernandez	Partitura	Homenagem (música)	1
Cuidado com a boca – infiltração no sangue	Ilustração (clichê)	Conteúdo Formativo	1/2
Grupo Escolar “Ana Gondin”, de Laguna	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Exposição de Flores da Escola Profissional Feminina de Florianópolis	Fotografia	Exposição de materiais	2
Dramatização do Grito do Ipiranga – Escola Isolada do Alto Rio Krauel	Fotografia	Atividade Escolar	1/2
Uma aula no Grupo Escolar “Paulo Zimmermann” – Rio do Sul	Fotografia	Atividade Escolar	1/2
Grupo Escolar Honório Miranda em Gaspar	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Escola Isolada do alto Rio Krauel	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Escola Isolada de Roçado, município de São José	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Grupo Escolar “Polidoro Santiago” em Timbó	Fotografia	Edifício Escolar	1/2

Fonte: elaborada pela autora, 2017.

Números 4 e 5

Legenda	Tipologia	Temática Principal	Espaço (pg.)
Professores que tomaram parte na Semana Educacional de Tubarão	Fotografia	Professores	1
Grupo Escolar “Arquidiocesano São José” de Florianópolis	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Inauguração do Grupo Escolar “Abdon Batista” de Jaraguá	Fotografia	Atividade Escolar	1/2
Grupo Escolar “Paulo Zimmermann”, de Rio do Sul (ou “Professor Venceslau Bueno, de Palhoça?”)	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Grupo Escolar “Cruz e Souza”, de Tijucas	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Descrição dos exercícios da sessão de jogos – Marcha em círculos (para meninas)	Ilustração	Conteúdo Formativo	1/3
Flexão dos ante braços (diferentes planos)	Ilustração	Conteúdo Formativo	1/3
Flexionamento de pernas; mãos nos quadris, elevação do joelho (diferentes planos)	Ilustração	Conteúdo Formativo	1/3
s/legenda (continuação do “flexionamento de pernas”)	Ilustração	Conteúdo Formativo	1/3
Flexionamento do tronco – afastamento lateral – flexão e extensão do tronco	Ilustração	Conteúdo Formativo	1/3
s/legenda (continuação do “flexionamento do tronco”)	Ilustração	Conteúdo Formativo	1/3
Escola Municipal de Vila Nova, no município de Blumenau	Fotografia	Estudantes e Professores	1
Grupo Escolar “Prof. José Basilício”, de ‘Biguassú’	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Grupo Escolar “Prof. Germano Timm”, de Joinville	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Grupo Escolar “José Boiteux”, de João Pessoa, São José	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Instituto de Educação de Florianópolis	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Grupo Escolar “Abdon Batista”, de Jaraguá	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Grupo Escolar “Polidoro Santiago”, de Timbó (ou Raulino Horn, de Indaial?)	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Grupo Escolar “Raulino Horn”, de Indaial (ou “Polidoro Santiago”, de Timbó?)	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Grupo Escolar “Prof. José Arantes”, de Camboriú	Fotografia	Edifício Escolar	1/2

Fonte: elaborada pela autora, 2017.

Número 6

Legenda	Tipologia	Temática Principal	Espaço (pg.)
S/legenda (Capa)	Ilustração	Paisagem Rural	1
Alunos da Escola Normal Primária de Blumenau prontos para uma aula de educação física	Fotografia	Estudantes	1
Escola Normal Primária – Blumenau – Uma aula de Educação Física	Fotografia	Atividade Escolar	1
S/ legenda (Educação Física)	Ilustração	Conteúdo Formativo	1/3
Mãos nos quadris, elevação da perna distendida (diferentes planos)	Ilustração	Conteúdo Formativo	1/3
S/ legenda (continuação de ‘Mãos nos quadris, elevação da perna distendida’)	Ilustração	Conteúdo Formativo	1/3
Grupo Escolar “Professor Venceslau Bueno”, Palhoça	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
O Clube Agrícola do Grupo “José Boiteux” de João Pessoa – S. José em atividade	Fotografia	Atividade Escolar	1/2
Clube Agrícola de Garcia – Blumenau – O professor Hollenweger e seus alunos preparam a terra	Fotografia	Atividade Escolar + Edifício Escolar (?)	1
O Clube Agrícola de Garcia – Blumenau – em plena atividade	Fotografia	Atividade Escolar + Estudantes	1
O Clube Agrícola de Garcia – Blumenau – em franca atividade	Fotografia	Atividade Escolar + Estudantes e Professor	1
Alunos do Grupo Escolar “Conselheiro Mafra” – Joinville, elegendo a diretora da biblioteca “Professora Rute Lobo”	Fotografia	Atividade Escolar + Edifício Escolar	1/2
Escola Estadual de Morro da Fumaça - Jaguaruna	Fotografia	Estudantes e Professores	1/2
O professor Barreiros Filho discursando no plantio do pau-brasil, no jardim público de Blumenau	Fotografia	Atividade Escolar	1
O colégio de Vargem do Cedro – Imaruí, em recreio	Fotografia	Atividade Escolar + Edifício Escolar	1

Fonte: elaborada pela autora, 2017.

Número 7

Legenda	Tipologia	Temática Principal	Espaço (pg.)
S/legenda (Capa)	Ilustração	Paisagem Rural	1
Grupo Escolar “Vitor Meireles”, Itajaí	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Escola Normal Secundária de Florianópolis	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Encerramento do ano letivo de 1936, no Grupo Escolar “Paulo Zimmermann”, de Rio do Sul	Fotografia	Atividade Escolar	1
Um, dois... Marcha Infantil – letra e música de J. S. Areão	Partitura	Atividade Escolar formativa (?) (música)	1
Grupo Escolar “José Boiteux”, de João Pessoa, município de São José	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Colégio “São José”, em Tubarão, dirigido pelas Revdmas. Irmãs da Divina Providência	Fotografia	Edifício Escolar	1/2
Encerramento do ano letivo de 1936, no Grupo Escolar “Paulo Zimmermann”, de Rio do Sul	Fotografia	Atividade Escolar	1

Fonte: elaborada pela autora, 2017.